SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
A Invenção de Uma Sociedade

Isabel Castro Henriques

DOCUMENTA HISTORICA

Isabel Castro Henriques nasceu em Lisboa em 1946. Licenciou-se em História na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, tendo obtido a «Maîtrise» em História de África em 1974. Nesse ano, entrou como Assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), onde criou a primeira cadeira de História de África em 1974-75. Doutorou-se em História de África na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (1993), com uma tese consagrada à História de Angola (séc. XIX), tendo-lhe sido atribuído o grau europeu de Doctor Communitatis Europeae. É Professora Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa desde 1993, Coordenadora do Mestrado em História de África e Presidente da Comissão Coordenadora da Licenciatura em Estudos Africanos desta Faculdade. É membro do Comité Científico Internacional do Projecto «A Rota do Escravo» da UNESCO-Paris e Presidente do Comité Português do mesmo Projecto.

O seu trabalho científico tem-se centrado em torno da criação de sociedades novas (S. Tomé e Príncipe), da emergência das Nações e Estado angolanos e das relações afro-portuguesas. Tem diversos estudos publicados, entre eles: «L'invention sociale de S. Tomé e Príncipe au XVIe siècle», *Les Assises du Pouvoir, Temps Medievaux, Territoires Africains*, Paris, PUV/UNESCO, 1994; *Commerce et Changement en Angola au XIXe Siècle. Imbangala et Tshokwe face à la Modernité*, Paris, L'Harmattan, 1995, 2 vols., «Comércio e Empresários em Angola no Século XIX», *Economia Global e Gestão*, 1, Lisboa, 1996; *A Rota do Escravo. Angola e a Rede do Comércio Negreiro*, Lisboa, CEGIA/FLAD, 1996 (em colaboração com João Medina); *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, IICT e ICP, 1997; «Tempos africanos, leituras portuguesas. Tentativa de sistematização», *Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Lisboa e Luanda, CNCDP e AHNA, 1997; «L'urbanisation commerciale en Angola au XIXème siècle», *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, CNCDP, 1998.

Outras obras publicadas nesta colecção:

ENSAIOS DE HISTÓRIA MEDIEVAL PORTUGUESA
A. H. Oliveira Marques

HISTÓRIA DAS IDEIAS REPUBLICANAS EM PORTUGAL
Teófilo Braga

TEÓFILO BRAGA E OS REPUBLICANOS
(Organização de Carlos Consiglieri)

DO ANTIGO REGIME AO LIBERALISMO (1750-1850)
(Organização de Fernando Marques da Costa, Francisco Contente Domingues e Nuno Gonçalo Monteiro)

APONTAMENTOS DA VIDA DE JOÃO BRANDÃO
Por ele escritos nas prisões do Limoeiro
envolvendo a história da Beira desde 1834
João Brandão

PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA (2 Vols.)
António José Telo

CRÓNICA DE UMA VIAGEM À COSTA DA MINA NO ANO DE 1480
Eustache de La Fosse

A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL
Séculos XVI-XVII – Período Filipino
Isaías Rosa Pereira

OBJECTIVO EXTERMÍNIO
G. Miedzianagora e G. Jofer

SÉRIE ESPECIAL

OS BAPTIZADOS EM PÉ
Elias Lipiner

Se desejar receber informações pormenorizadas ou livros já publicados, peça o catálogo ao seu livreiro, preencha o postal que poderá encontrar nesta edição ou solicite ainda, através de um simples postal, informações periódicas para:

VEGA EDITORA
Gabinete de Edições
Apartado 41034
1526 Lisboa Codex

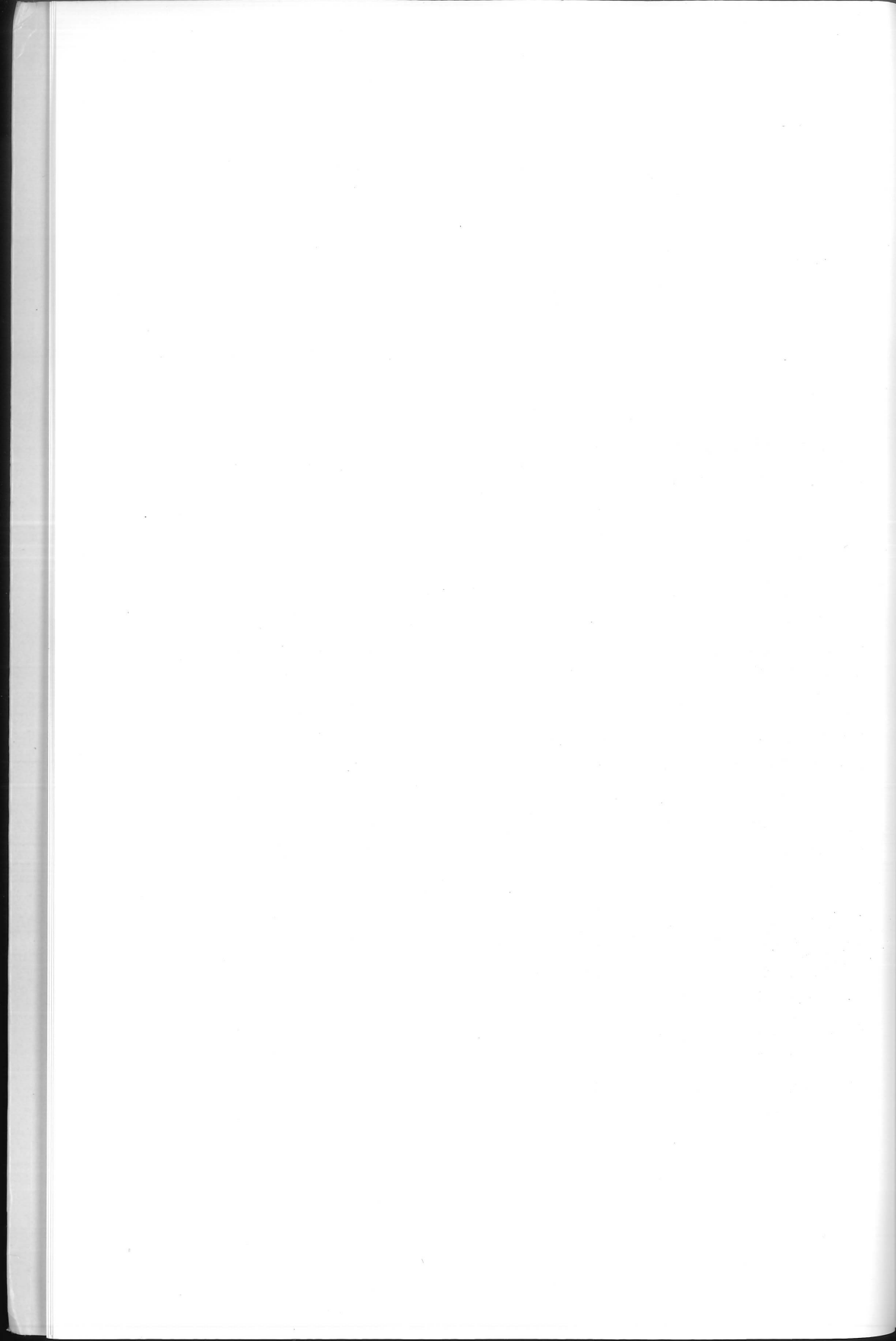
ISABEL CASTRO HENRIQUES

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
A Invenção de Uma Sociedade

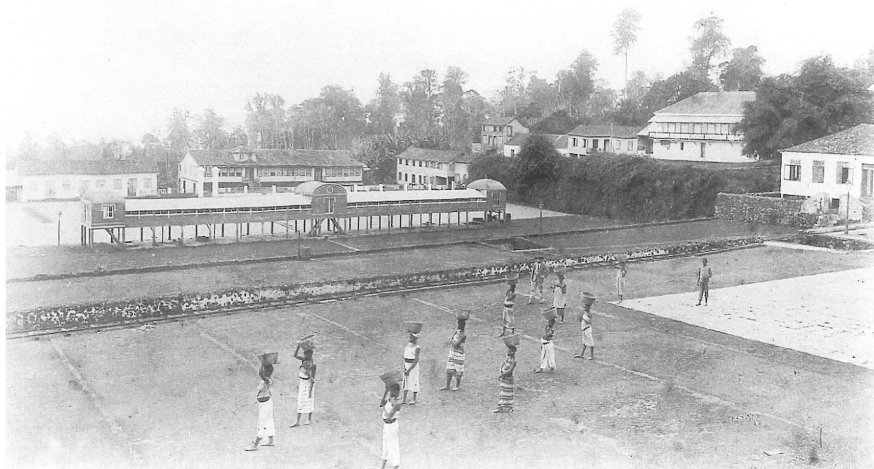
ISABEL CASTRO HENRIQUES

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
A Invenção de Uma Sociedade

vega

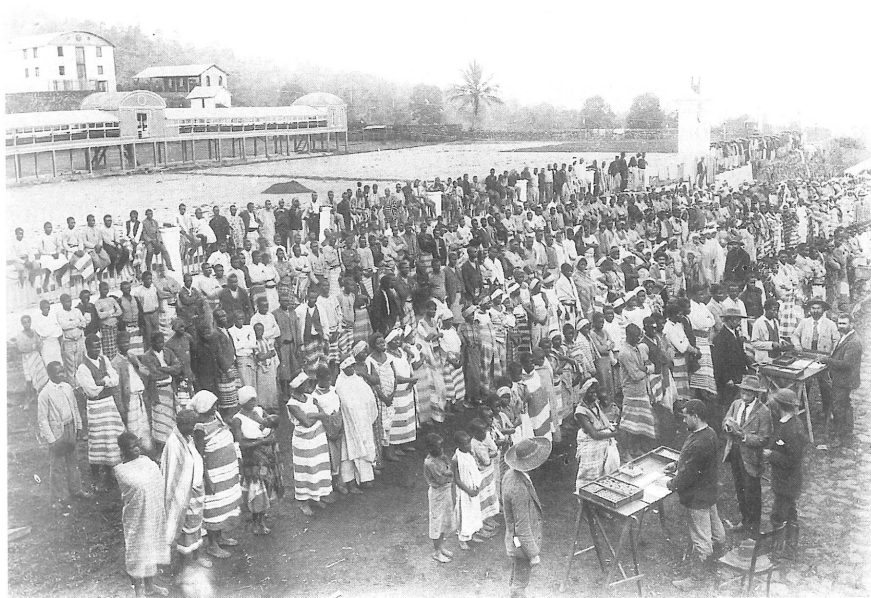
À memória das vítimas
da «guerra do Batepá» (Fevereiro de 1953).

Nos princípios do século XX, os chocolateiros ingleses denunciaram com grande estrondo as práticas esclavagistas observadas nas roças que produziam cacau e café, em São Tomé e Príncipe. Esta acusação mobilizou as autoridades portuguesas e os roceiros, empenhados em anular a veemência desta polémica, que propunha entre o mais o boicote do excelente cacau produzido pelo arquipélago.

A lenta mas contínua recuperação das terras pelos colonos verificada a partir da segunda metade do século XIX, reduziu a propriedade dos Santomenses — os Filhos da Terra — a pequenas plantações, as «roças de forro», que exprimiam uma história conflituosa de ocupação da terra. Considerando-se espoliados e sobretudo recusando ser tratados como escravos, os Filhos da Terra decidiram não aceitar trabalhar nas roças. Tal situação levou os colonos, com o apoio da administração colonial, a importar trabalhadores «contratados» sobretudo nas outras colónias portuguesas — os serviçais — que mais não eram do que escravos presos às roças, sem condições para regressar à sua terra de origem.

A violência das críticas inglesas veio sobretudo avivar a velha ferida que sempre caracterizou o processo colonial português: o recurso constante aos escravos africanos, como trabalhadores e como mercadoria. A réplica portuguesa não pode deixar de nos parecer pobre, perante a catadupa de provas acumuladas pelos chocolateiros ingleses. Ela leva-nos hoje a analisar as condições que presidiram à criação da sociedade de São Tomé e Príncipe, apresentada nos anos 1960, como prova da excelência das soluções coloniais portuguesas.

1. ***A roça: organização do espaço e dos homens***

A distribuição dos espaços construídos não oferece a menor surpresa: trata-se de respeitar as hierarquias sociais, sem esquecer as implicações técnicas da produção. As roças são organizadas de maneira a estar fechadas para dentro, fazendo da administração e das construções que lhe estão adstritas, o coração do sistema. A casa do administrador, a mais importante e imponente, está separada das casas destinadas aos empregados, geralmente brancos, raríssimos mestiços. Ao lado, são instaladas as sanzalas onde estão concentrados os serviçais. Esta separação assegura a distância física que deve ser respeitada entre brancos e pretos, permitindo reforçar o controlo dos trabalhadores africanos.

2. ***Serviçais***

Nesta fotografia estão concentrados os trabalhadores «contratados», quer dizer, os serviçais, já «europeizados», de uma roça santomense. Mas mesmo de maneira superficial podemos verificar tratar-se não de um grupo homogéneo, mas sim de homens provindos de várias regiões africanas sob dominação portuguesa.

3. *A ficção do «salário»*

Uma das questões latentes na problemática da escravatura e da sua passagem ao trabalho livre, reside como é evidente na remuneração. O escravo santomense, importado da costa africana, era instalado na propriedade do senhor, só daí saindo ou vendido ou morto. O senhor devia garantir-lhe alimento e vestuário, mesmo se frequentemente cabia ao próprio escravo a tarefa da produção dos alimentos, em terras fornecidas pelo senhor. O salário não podia deixar de constituir uma formidável novidade no continente africano, onde a maior parte das economias vivia à margem dos sistemas monetários. As roças do arquipélago exerceram a sua influência em pelo menos dois sentidos: asseguraram a transferência de plantas que, importadas pelos Portugueses, vieram a modificar substancialmente as actividades produtoras dos Africanos: basta referir o exemplo do cacau, que os trabalhadores contratados da antiga Gold Coast, que já fora a Costa do Ouro e veio a ser o Ghana, levaram com eles, para iniciar a sua cultura e modificar a economia do país. Por outro lado, são obrigados a aprender a dura disciplina do salário, como mostra de maneira soberba esta fotografia. Se bem que a situação seja tardia em relação ao período privilegiado por esta reflexão histórica, é possível comparar a situação do século XVI com aquela que se registava nos primeiros anos do século XX no que respeita à condição penosa do trabalhador africano, escravo ou serviçal.

A organização do novo espaço do arquipélago de São Tomé e Príncipe, e mais particularmente da ilha de São Tomé, só foi possível graças a duas operações convergentes: a modificação do ecossistema, operação que os Portugueses já tinham levado a cabo na ilha da Madeira, e a importação de populações, umas brancas, europeias e berberes, e outras africanas.

Contrariamente a uma ideia corrente, nem todos os Africanos que participaram nesta operação eram escravos: pelo que as inovações técnicas e populacionais se caracterizam na fase inicial do povoamento por uma colaboração singular mas eficaz entre os Europeus, naturalmente dirigidos pelos Portugueses, e alguns Africanos.

O paradoxo reside na nova situação, que permitiu que a ilha fosse rapidamente africanizada, em consequência da fuga dos escravos africanos ao trabalho escravo nas jovens plantações e nos engenhos produtores de açúcar.

Até certo ponto, pode ver-se em São Tomé e Príncipe uma prefiguração da evolução do Brasil, embora sem populações autóctones, visto que a criação dos Mestiços, que não pertencia ao projecto inicial português, mas resulta da relação cada vez mais apertada entre Europeus e Africanas, obriga a uma revisão dos estatutos, o que permite que a Corte portuguesa decrete e imponha a libertação dos Mulatos, defendidos pelos pais brancos.

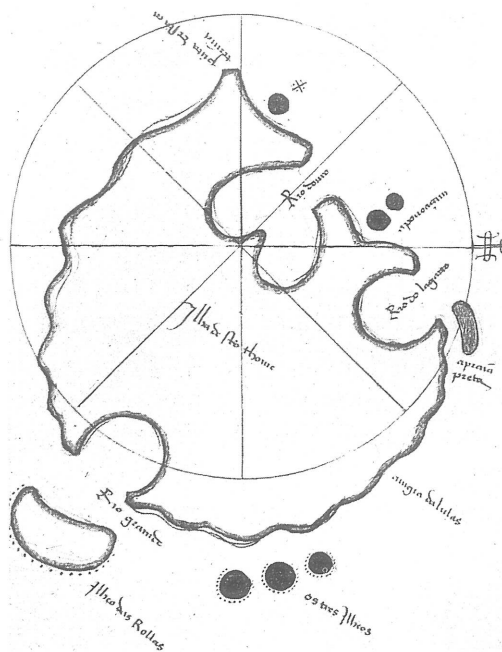
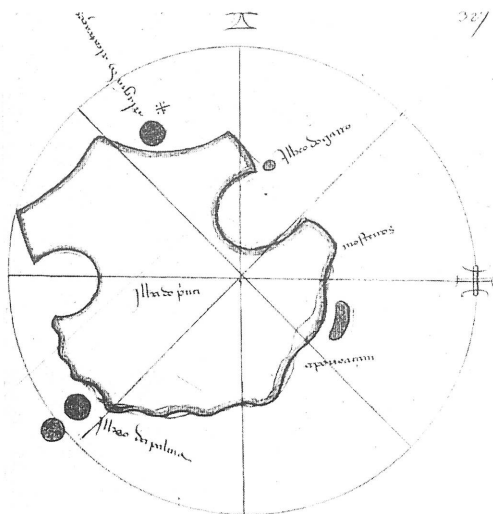
Nestas condições, a criação da natureza e dos homens no arquipélago de São Tomé e Príncipe, constitui certamente uma das operações mais singulares dos projectos ultramarinos portugueses, permitindo compreender a invenção das sociedades novas que caracterizam o mundo moderno. Para tornar mais visível a novidade e a modernidade desta construção social afro-europeia quinhentista, recorreu-se a uma ampla iconografia — do desenho, à gravura, à fotografia — capaz de permitir leituras que se cruzem com o texto e com a documentação existente nos arquivos portugueses. O recurso a documentos iconográficos frequentemente provenientes de épocas posteriores, que referem as experiências brasileira e africanas do continente ou mostram fenómenos contemporâneos, resulta da fragilidade quantitativa e qualitativa de

materiais coevos; não se trata de falsificar a história, mas de utilizar por analogia, imagens de realidades similares que contribuam para esclarecer as situações históricas que caracterizam a criação da sociedade santomense.

A quase totalidade dos estudos consagrados à história de São Tomé e Príncipe nos séculos XV a XVII põe em evidência o papel determinante de Portugal na criação de uma sociedade nova. A colonização destas ilhas despovoadas é descrita como exclusivamente dirigida pelos Portugueses, o que serve para reduzir os Africanos a um papel passivo, sem qualquer intervenção pensada e organizada no processo de formação de uma África inédita, nas duas ilhas do Atlântico africano.

Questões como o povoamento das ilhas, a criação de grupos mestiços, as formas de organização da economia, os sistemas de trabalho, os mecanismos de controlo político e social são estudados de maneira a exaltar o génio dos Portugueses, os quais, sublinha a mitologia colonial, teriam utilizado métodos brandos e práticas humanitárias, transformando as ilhas bravas em espaços organizados para reforçar o capitalismo moderno em via de se afirmar.

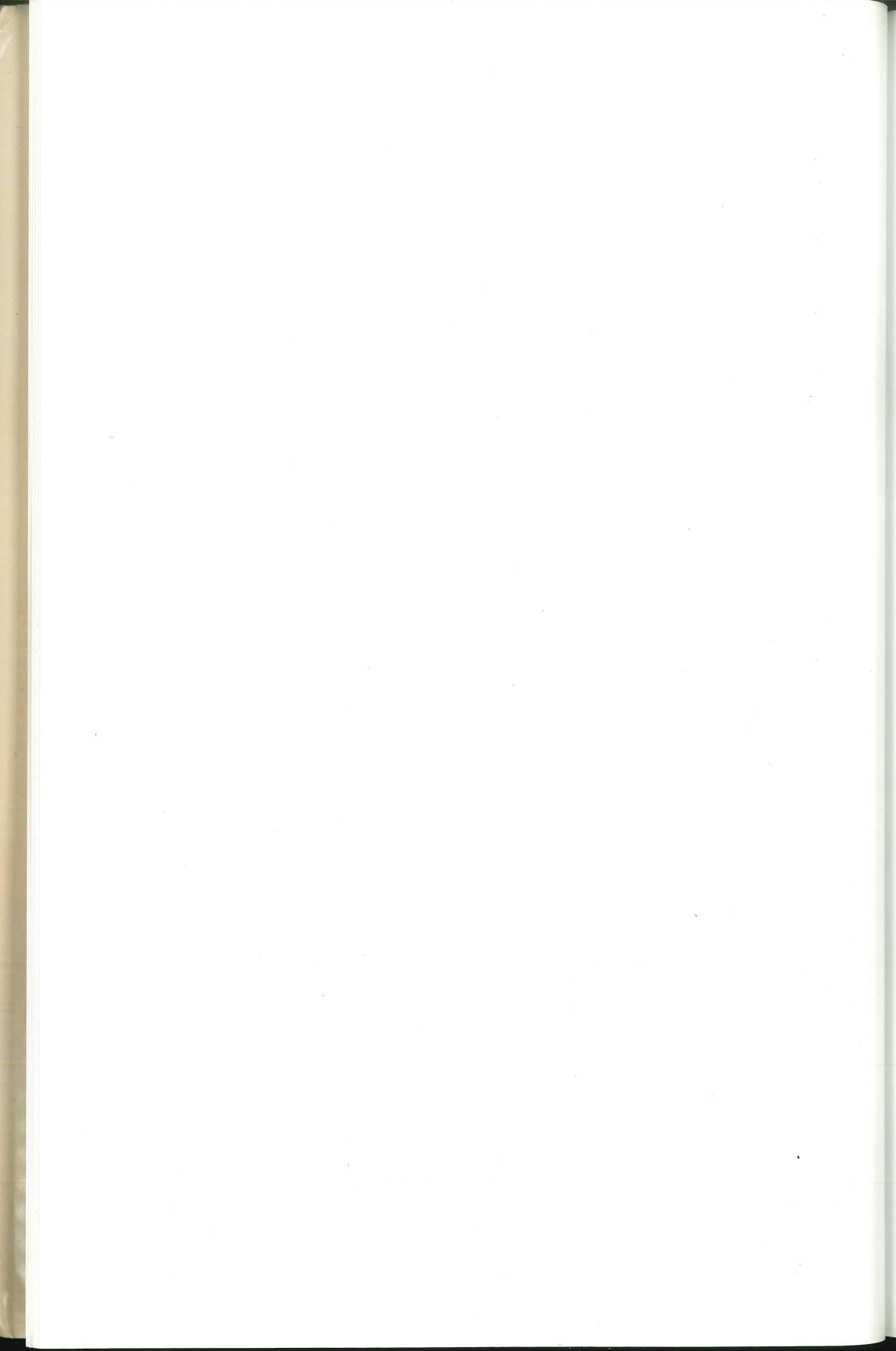
É contudo evidente que não podemos menosprezar a importância decisiva dos projectos e das acções de Portugal na construção da sociedade santomense, organizada em função dos interesses portugueses. Todavia, essa circunstância, não deve permitir eliminar a força da intervenção dos Africanos. Se as relações euro-africanas constituem o motor da transformação dessas ilhas desabitadas em espaços socialmente organizados, são contudo os homens e os valores africanos que impõem o ritmo e consagram a africanização de São Tomé e Príncipe.

Os documentos portugueses e europeus da época são claros: desde a chegada dos Portugueses à ilha de S. Tomé, por volta de 1471, assiste-se a uma dupla transferência de sistemas sociais: se os Europeus procuram impor as regras dos espaços mediterrânico-atlânticos, os Africanos não renunciam a instalar em São Tomé e Príncipe as formas sociais trazidas do continente. Os escravos africanos furtam-se constantemente a esta condição, africanizando os territórios que os Europeus desconhecem e receiam.

4. ***A ilha de São Tomé no final do século XV***

5. ***A ilha do Príncipe no final do século XV***

Trata-se das duas primeiras representações gráficas conhecidas, onde os autores anónimos fornecem algumas indicações topográficas das ilhas. Extraídas provavelmente de uma carta náutica geral, desconhece-se a data exacta da sua elaboração.

A intervenção e o controlo africanos das ilhas vão-se reforçando ao longo do século XVI, obrigando os Portugueses a multiplicar as formas de defesa contra os «Negros» e contribuindo decisivamente para impor, a partir do início do século XVII, o êxodo dos plantadores e dos mestres do açúcar para o Brasil.

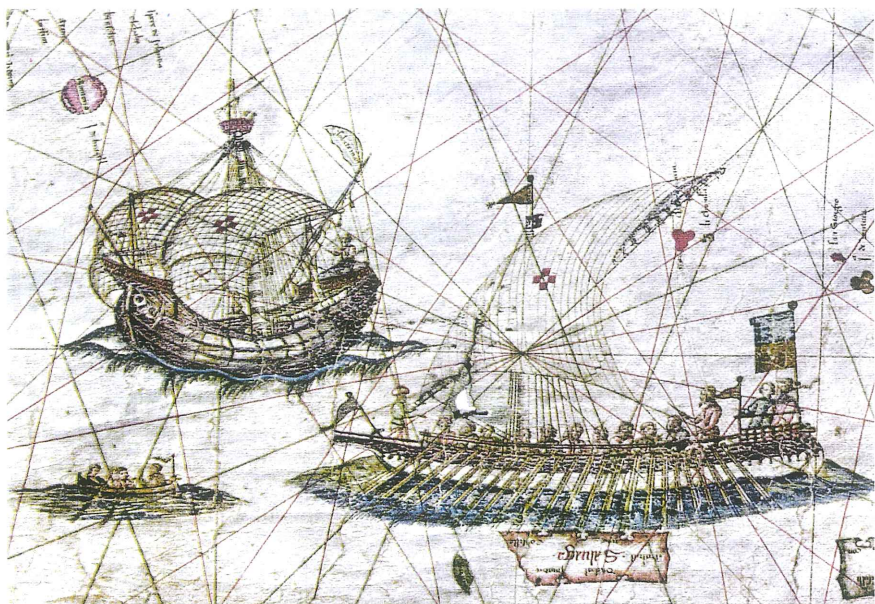
As ilhas de São Tomé e Príncipe, inventadas socialmente a partir dos finais do século XV, no quadro da génese do sistema capitalista mundial, adquirem o seu carácter africano. Todavia, tal não as impede de contribuir para que os Portugueses «pensem» o Brasil e «modelem» o sistema esclavagista americano.

O novo espaço africano insular, tal como o continente, vai permanecer, durante mais de dois séculos, um lugar privilegiado onde os Africanos, armazenados, são obrigados a aprender a ser escravos, antes de ser embarcados para as lucrativas plantações americanas.

CAPÍTULO I

OS PORTUGUESES E O ACHAMENTO DAS ILHAS DO EQUADOR

As viagens de descobrimento e de exploração portuguesas ao longo da costa africana adquirem uma forma sistemática por volta de 1434. Servindo-se de caravelas fabricadas nos estaleiros portugueses, estas navegações organizadas por Portugal recorrem a marinheiros europeus de várias origens, sem os quais não teria sido possível concretizar tal empreendimento [1].

6. ***Construção naval na Ribeira de Lisboa no século XVI***

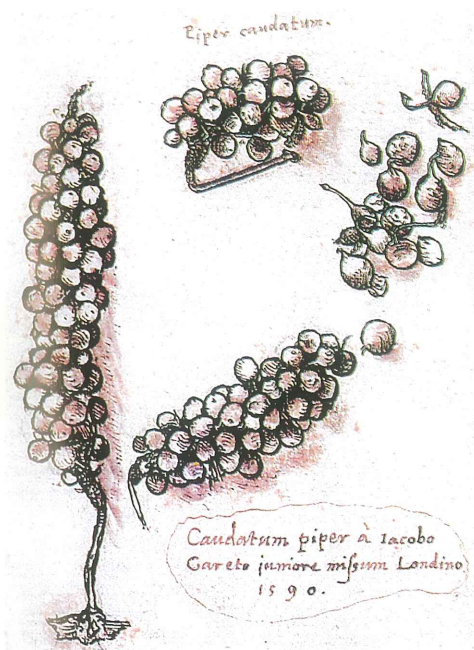
[1] Sobre esta questão ver o já antigo mas sempre importante texto de Charles VERLINDEN, 1952, e também HENRIQUES, I. Castro e MARGARIDO, A., 1989.

7. *Navios portugueses do século XV*

Estas viagens do século XV obrigam a Europa a rever os seus conhecimentos sobre a zona tórrida: esta revela-se habitada e habitável. A complexidade das sociedades africanas do litoral do continente torna-se cada vez mais evidente à medida que os Portugueses navegam para sul.

Tal situação força os Portugueses a proceder a uma reorganização das suas relações com os Africanos: na primeira fase, tinham eles adoptado uma política de razia, que lhes permitia capturar escravos Mouros, Berberes e Negros. Mas a morte de Gonçalo de Sintra em 1444, no arquipélago de Arguim, depois de um combate com os Africanos [2], obriga os responsáveis políticos portugueses a substituir a técnica da razia pelo comércio.

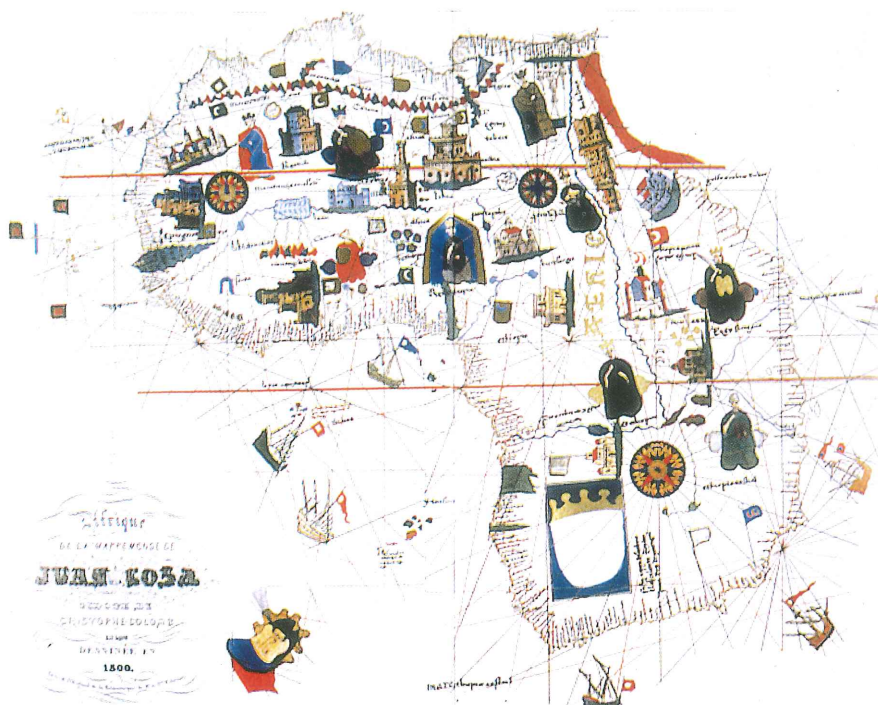
No final da década de 1450, os Portugueses tinham alcançado o Golfo da Guiné. O reconhecimento do litoral africano, a procura de um caminho marítimo para a Índia e sobretudo a necessidade de ampliar o comércio do ouro, dos escravos, do marfim, dos gatos de

---

[2] Ver a descrição do acontecimento *in* GOMES, Diogo (finais do século XV), 1959, pp. 22-24.

8. *A pimenta-de-rabo* **(Piper Caudatum L.)**

Proveniente do Oriente, a pimenta é um dos produtos mais procurados pelos Portugueses na Índia. Na costa do Benim encontram eles «a primeira pimenta que veio daquelas partes da Guiné a este reino, a que nós ora chamamos de Rabo, pela diferença que tem da outra da Índia, por nela vir pegado o pé em que nasceu», BARROS, (1552), 1932, Livro III, cap. 3, p. 88.

9. *A malagueta* **(Afromomum Melegueta Schumann)**

A primeira descrição da malagueta, já antes referida por Cá da Mosto e Diogo Gomes na costa ocidental africana, é do comerciante flamengo Eustache de la Fosse, aquando da sua viagem à costa da Guiné em 1479. Muito apreciada pelos Europeus, esta especiaria entra em concorrência com a pimenta, suscitando, desde o século XV, um comércio regular com os Africanos, e dando o nome à Costa da Malagueta (Libéria).

10. ***Pormenor do Planisfério de Juan de La Cosa (1500)***

11. ***Pormenor do Planisfério de um anónimo português dito de Cantino (1502)***

Pormenores de dois planisférios do início do século XVI, onde as ilhas do Golfo da Guiné, o Equador e o continente africano estão já claramente representados.

algália, da goma e, mais tarde, da malagueta e da pimenta-de-rabo, constituem os principais objectivos das navegações portuguesas nessa região [3].

Os dez anos que se seguem (1460-1469) são marcados por um afrouxamento do ritmo das descobertas. A expansão ultramarina não ocupava então os primeiros lugares na ordem das prioridades do rei e na política oficial da Coroa portuguesa. Por essas razões, a tarefa de descobrir novas terras é então transferida para a iniciativa privada [4].

As expedições marítimas só prosseguem verdadeiramente a partir de 1469, entregues a um rico comerciante de Lisboa, como se de uma mera operação económica se tratasse. Efectivamente, em Novembro desse ano, a Coroa portuguesa arrenda por cinco anos a Fernão Gomes o monopólio do resgate da Guiné, com a condição de mandar descobrir anualmente cem léguas de costa [5].

12. ***Armas de Fernão Gomes da Mina***

Exemplo de um brasão que adapta as regras clássicas europeias às novas relações dos Portugueses com o mundo.

[3] Sobre os objectivos das navegações portuguesas ver em particular, ALBUQUERQUE, 1985, e GODINHO, V. M., 1962 e 1978.

[4] A política e as práticas económicas portuguesas dos séculos XV-XVI permitem à Coroa portuguesa confiar tarefas importantes à iniciativa privada, como mostram, por exemplo, artigos de Virgínia RAU, publicados *in* RAU, V., 1984, pp. 83-225.

[5] Ver documentos publicados *in* BRASIO, vol. IV, 1954, pp. 3-11, e vol. I, 2.ª série, 1958, pp. 436-445 e 455-459.

13. *Viagens portuguesas no Golfo da Guiné*

Só em 1474, quando expira o contrato, entretanto prorrogado por um ano, D. Afonso V estabelece regras precisas para defender o monopólio da Coroa nos tratos da Guiné que, em 1481, são doados ao futuro rei D. João II. Este assume então a direcção da expansão ultramarina. É durante o seu reinado (1481-1495) que a política comercial e marítima portuguesa atinge o seu apogeu, graças à definição e concretização de um plano coerente de navegações e de ocupação dos territórios ultramarinos.

As prioridades estabelecidas pela Coroa portuguesa eram claras: a procura de uma via marítima para os mercados asiáticos de especiarias e a busca de ilhas e de terra firme, susceptíveis de controlo português, que servissem de pontos de apoio indispensáveis às viagens para leste e para oeste [6].

É neste contexto histórico da expansão portuguesa, dominada por objectivos comerciais cuja concretização oscilava entre o regime de monopólio do Estado e o comércio por particulares, dependente da autorização da Coroa ou de concessionários desta, que ocorrem o achamento e a ocupação inicial das ilhas de São Tomé e do Príncipe.

As datas exactas do achamento das ilhas de São Tomé e Príncipe não são conhecidas com rigor [7]. Admite-se, no entanto, que a ilha de

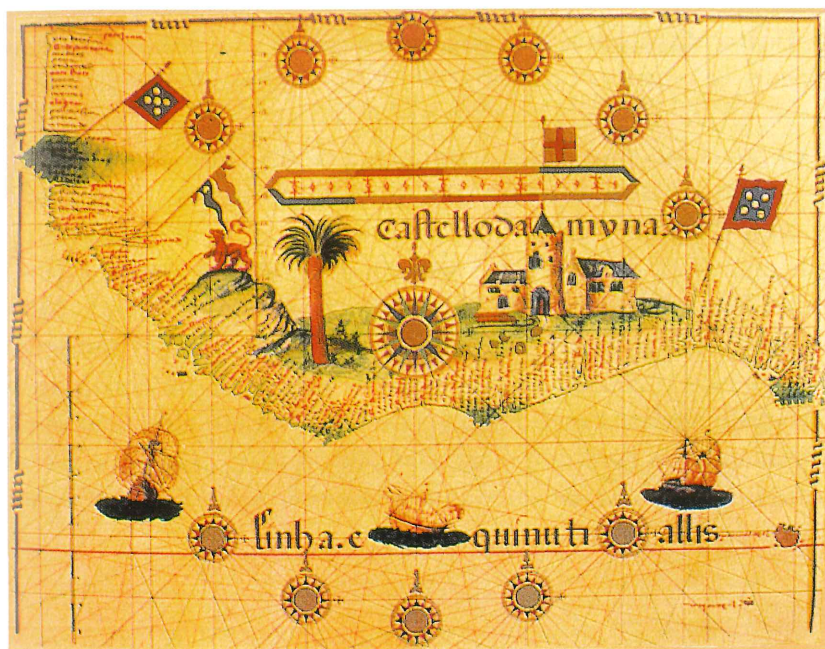
---

[6] Ver GODINHO V. M., 1962 e 1965.

[7] Francisco TENREIRO geógrafo e investigador santomense que deixou uma vasta obra sobre o arquipélago de S. Tomé e Príncipe hesita entre 1470 (TENREIRO, 1950), 1471 (TENREIRO, 1956) e 1472 (TENREIRO, 1961a).

São Tomé tenha sido encontrada em 21 de Dezembro de 1471 e a ilha do Príncipe ou ilha de Santo António ou de Santo Antão, como foi inicialmente chamada, em 17 de Janeiro de 1472. Estas suposições baseiam-se no facto desses dias festejarem os santos do mesmo nome, razão que teria levado os navegadores portugueses, conforme costume da época, a designá-las dessa maneira. Acrescente-se que também a descoberta da ilha de Ano Bom se situa neste momento, mais precisamente, no dia 1 de Janeiro de 1472, ou seja no dia de Ano Novo.

Os descobridores das três ilhas teriam sido Pedro de Escobar e João de Santarém, que, ao serviço de Fernão Gomes, prosseguiam as navegações portuguesas de reconhecimento da costa africana, a sul de São Jorge da Mina.

Os documentos escritos portugueses da época dão-nos conta não só da situação geográfica das ilhas e das suas características naturais, mas também da ausência de população [8]. Pelo que a

14. ***São Jorge da Mina, segundo João Freire (1546)***

[8] É o caso da *Descrição* de Valentim FERNANDES (1506), 1951 ou 1954.

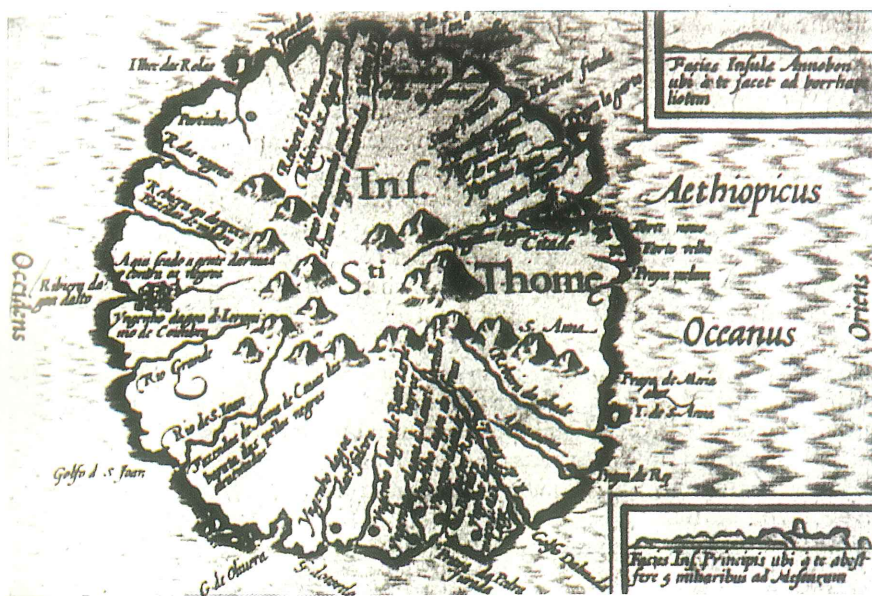
Coroa portuguesa, à semelhança do que fizera nas ilhas do Atlântico norte (Madeira, Porto Santo, Açores, Santiago e Fogo do arquipélago de Cabo Verde), ordenou a sua ocupação. O mesmo é dizer, o povoamento das ilhas, medida indispensável à sua exploração.

Saliente-se aqui o desinteresse português pela ocupação da ilha de Fernando Pó (hoje Bioko) [9], inicialmente designada de ilha Formosa. Encontrada alguns anos mais tarde, possivelmente já na década de 80, esta ilha bem mais próxima do continente, era povoada por Africanos. A resistência das populações à instalação dos Portugueses, situação que já se verificara nas ilhas Canárias, levou a Coroa portuguesa a abandonar os seus projectos nos espaços ocupados por Africanos e a procurar concretizá-los nas ilhas não habitadas.

Contrariamente à ilha de Fernando Pó, as ilhas de São Tomé e Príncipe, inseridas — juntamente com Ano Bom (hoje Pagalu) — no mesmo conjunto vulcânico «que se alinha segundo a bissectriz do Golfo da Guiné... e que prolongando-se pelo continente, culmina nos montes Camarões» [10], encontram-se bem afastadas do litoral africano. Enquanto Fernando Pó se situa a 20 milhas do litoral africano, São Tomé, com cerca de 857 km^2 de superfície e cuja extremidade sul fica imediatamente acima do Equador, encontra-se a 180 milhas da costa de África. A ilha do Príncipe, com uma área de 114 km^2, situada a 82 milhas a norte de São Tomé, fica a cerca de 160 milhas do continente africano. Ambas as ilhas, despovoadas, reuniam as condições que permitiam aos Portugueses inventar, nesses espaços vazios de homens, tanto a actividade agrícola como formas de povoamento até então apenas experimentadas no arquipélago de Cabo Verde [11]. Pelo que a Coroa portuguesa decidiu, de imediato, a sua ocupação. Em particular, a da ilha de São Tomé.

[9] Integrada na Guiné Equatorial, a sua capital é Malabo.

[10] TENREIRO, F., 1961, p. 13.

[11] Excluímos as ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores que, não sendo também povoadas à chegada dos Portugueses, sofreram um processo de povoamento que recruta quase exclusivamente brancos europeus ou brancóides da África do Norte.

15. ***O achamento das três ilhas do Equador (ca. 1600)***

Trata-se de um excelente exemplo do desfasamento entre um informador, que conhecia as ilhas, e um cartógrafo, encarregado da tarefa de as representar cartograficamente. É assim que o Ilhéu das Rolas, que pertence à zona sul da ilha, está colocado a norte! Compreende-se contudo que a cartografia não podia deixar de registar a novidade, que a experiência havia de permitir incluir mais precisamente no quadro da cartografia.

Tal como todos os outros territórios encontrados, também o arquipélago de São Tomé e Príncipe deve tornar-se rendível: os Portugueses procedem, desde o início da colonização, à transferência da cana-do-açúcar [12], planta que tinha mostrado já o seu interesse económico na ilha da Madeira [13].

16. ***A cana-de-açúcar***

Num jardim urbano da cidade de São Tomé.

---

[12] Ver MATTOS, Cunha, 1916, Carta Régia de 1495, p. 11, e Valentim FERNANDES (1506), 1951, p. 140.

[13] Ver MACEDO e RAU, 1962.

Em Setembro de 1485, D. João II, introduzindo o sistema das capitanias utilizado nos outros espaços insulares, nomeia capitão-donatário da ilha de São Tomé, João de Paiva, que parte da Metrópole juntamente com um primeiro grupo de povoadores e desembarca, no ano seguinte, no noroeste da ilha, onde funda uma pequena povoação [14]. Dois meses depois, em 16 de Dezembro de 1485, uma carta régia que regulamenta os direitos e os deveres dos habitantes de São Tomé, sublinha a necessidade de desenvolver a cultura da cana, concedendo para tal inúmeros privilégios aos povoadores [15]. Entre eles avulta a possibilidade de negociarem livremente escra-vos e outras mercadorias — excepto ouro, pedraria, especiaria e gatos de algália —, «nos cinco rios dos escravos que são além da nossa fortaleza de S. Jorge da Mina» [16]. Esta política de «sedução» e de privilégios foi ampliada para atrair mais colonos à ilha de São Tomé.

Em 1490, a capitania de São Tomé é doada a João Pereira e três anos mais tarde, por morte deste, a Álvaro de Caminha, o grande impulsionador da colonização da ilha, a quem o rei concede em Dezembro de 1493 a jurisdição civil e criminal, ampliando também os privilégios aos colonos aí estabelecidos ou que viessem a estabelecer-se [17]. Data também desta altura a transferência da Povoação [18] de noroeste para uma das amplas baías do nordeste, mais tarde chamada Baía de Ana Chaves, onde as terras baixas permitiam uma melhor penetração da ilha, assim como favoreciam o desenvolvimento da cultura da cana e o escoamento da produção açucareira.

---

[14] BRASIO, vol. I, 1952, pp. 50-51.

[15] Ver MATTOS, Cunha (1842), 1916, pp. 109-113.

[16] *Id., ibid.*, p. 109.

A palavra algália é provavelmente de origem árabe e designa o «licor espesso e cheiroso segregado por glândulas do animal chamado gato de algália, e encerrado em um bolso membranoso que ele tem abaixo do ânus», *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa,* de Francisco Solano CONSTÂNCIO, Paris, 1852.

[17] *Id., ibid.,* pp. 113-114. Ver também *Livro das Ilhas* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), fls. 104 a 109, e LIMA, Lopes de, 1844, parte 2, pp. 3-6.

[18] Ver LIMA, Lopes de, 1844, p. 5.

17. ***Planta da Baía de Ana de Chaves em São Tomé, no século XVIII***

É pois esta data de 1493, que marca o arranque definitivo do povoamento efectivo da ilha através de medidas concretas destinadas a multiplicar os habitantes e consequentemente a desenvolver as capacidades produtivas em benefício da Coroa portuguesa e dos «capitalistas» portugueses ou outros europeus.

Quanto à ilha do Príncipe, que em 1500 recebe foral semelhante ao de São Tomé, é doada a António Carneiro e seus sucessores — que a detiveram até ao século XVIII —, iniciando-se então um processo de povoamento e de colonização que adopta as regras do «modelo» santomense [19].

18. ***Planta da Baía de S.to António da ilha do Príncipe, no século XVIII***

[19] Ver LIMA, Lopes de, 1844, parte I, p. IX, e SÁ-NOGUEIRA, 1989.

19. *A costa santomense, no sul da ilha de São Tomé, em Porto Alegre*

20. ***A espessura da vegetação da qual se elevam os coqueiros***

Hoje, como ontem, a natureza do arquipélago opõe um litoral recortado e acessível à densidade da vegetação, composta de diversas espécies autóctones e introduzidas, que anuncia as dificuldades de penetração das ilhas.

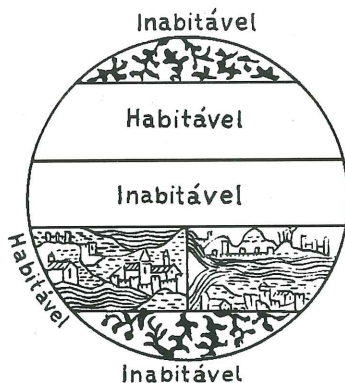
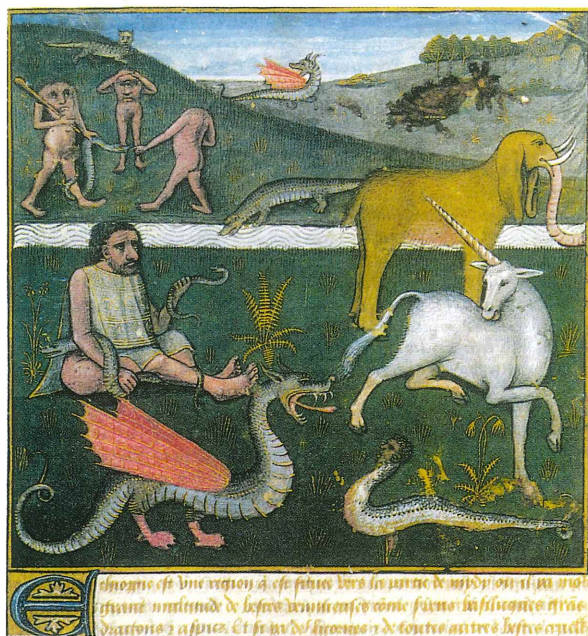
CAPÍTULO II

OS HOMENS E A OCUPAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO

A questão do povoamento constituiu a primeira preocupação dos Portugueses a braços com a necessidade de tornar rendíveis os territórios insulares.

Se no que diz respeito aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, esse povoamento recorreu essencialmente a Portugueses, a outros Europeus e a Moçárabes, já que estas ilhas pertenciam, na visão europeia, à Europa, o que permitia recrutar comerciantes, técnicos e trabalhadores europeus, as ilhas africanas, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, inseriam-se num outro registo cuja violência era claramente afirmada pela elevada mortalidade que atingia os Europeus aí instalados.

21. ***O «habitável» e o «inabitável», no século XVI***

Apesar das viagens marítimas dos Portugueses, ainda se considera, de acordo com a tradição clássica, que as zonas frias polares e a zona quente equatorial não são habitáveis. Esquema das zonas da Terra representado em Tratado da Esfera do Mundo, *II.*

O eco destas mortes provocou a leitura negativa destes territórios — tal como aconteceu com outras terras africanas — que ficaram assim destinados aos condenados [1]. Esta situação contribuiu para

22. ***A visão da África no século XV***

Homens monstruosos e animais ferozes povoam o imaginário europeu, mantendo a fidelidade à tradição mediterrânica.

---

[1] FERNANDES, Valentim (1506), 1951, p. 120, faz referência a este facto: «na povoação principal desta ilha haverá 200 moradores dos quais a maior parte são homens degredados que mereceram morte em Portugal, porque com estes começaram primeiramente a povoar esta ilha». Efectivamente, a carga negativa que pesava já sobre a África, povoada de «negros» «tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos» (ZURARA (1453), 1973, p. 122) reforçou-se com as mortes europeias, provocadas por um clima particularmente nocivo para os Brancos (Ver o PILOTO PORTUGUÊS, s. d., pp. 69-71, a propósito de São Tomé). Os territórios tornaram-se assim, no imaginário português, terras do castigo destinadas aos criminosos. A perda de prestígio do continente africano acelerou-se com a deportação regular deste tipo de população, proveniente dos tribunais e das prisões portuguesas. Ora semelhante povoamento provocou a desqualificação das populações e dos territórios, mesmo se estes criminosos não pertencem a uma criminalidade organizada, sendo frequentemente criminosos primários (uma Carta de mercê (1496) a João Carmona dando-lhe bens no termo do Barcelos, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico* (I-2-127) faz referência ao antigo proprietário, «João Martins lavrador degredado para sempre na Ilha de São Tomé por um juramento falso que fez»). O que não impediu que a África sofresse um descrédito evidente, pelo menos até aos anos 50 do nosso século.

dificultar de maneira sensível a instalação de Portugueses e de estrangeiros livres, obrigando ao recrutamento dos Africanos, considerados como naturalmente adaptados a tão hostis e rudes regiões. Esta forma de povoamento era a mais fácil, eficaz e rendível para levar a cabo o povoamento das ilhas.

1. A organização «tradicional» do povoamento

As explicações dominantes na historiografia portuguesa [2] que frequentemente inspiraram investigadores africanos [3], afirmam que o povoamento da ilha de São Tomé foi assegurado por dois grupos em oposição directa e constante: o grupo europeu hegemónico, activo e interessado na formação de uma sociedade nova, e o grupo africano dominado e passivo, formado por escravos, transportados pelos Europeus e destinados a garantir a «domesticação» do território. Tal maneira de ver elimina os Africanos da dinâmica que gerou a sociedade santomense.

Esta leitura do povoamento das ilhas descreve o primeiro grupo, o europeu, como sendo fortemente heterogéneo, constituído por:

1. Portugueses livres, que «por seu grado vão lá (na ilha de São Tomé) viver, deles por soldo, deles pelo resgate da Guiné» [4], atraídos pelas condições e pelos privilégios que lhes são oferecidos pela Coroa portuguesa [5]. Outros ainda, enviados pelo reino, por períodos de tempo previamente determinados — mas geralmente ultrapassados devido à incapacidade portuguesa de encontrar substitutos —, para aí desempenharem as tarefas político-administrativas e militares impostas pela colonização [6].

---

[2] Ver, por exemplo, as obras de BRASIO, AMBROSIO, CASTELO-BRANCO, autores que se têm ocupado das questões relativas à expansão portuguesa, em geral, e a São Tomé e Príncipe, em particular.

[3] Por exemplo, Francisco TENREIRO, 1961, pp. 60-71.

[4] BRASIO (1506), vol. IV, 1954, p. 34.

[5] Ver, por exemplo, as cartas de privilégios de D. João II, datadas de 1485, 1493 e 1500, publicadas por MATTOS, Cunha, 1916, pp. 109-118.

[6] Diversos documentos publicados *in* BRASIO, vol. I, 1952, referem os insistentes pedidos de regresso ao reino, como é o caso do feitor do rei, João de Lobato, em 1529 (p. 517).

23. *O Forte de São Sebastião em São Tomé, símbolo da colonização portuguesa*

2. Portugueses degredados por crimes cometidos no reino ou em outros espaços sob controlo português, e que, segundo os documentos da época constituem o essencial da população europeia das ilhas [7]. O degredo aparecia como a alternativa à pena de morte ou aos longos períodos de prisão. Face à necessidade urgente de povoamento e às dificuldades experimentadas pela Coroa portuguesa para concretizar este objectivo, estes degredados puderam encontrar nas ilhas as condições para enriquecer, acumulando escravos «com que ganham bem» [8] e comerciando no litoral africano [9]. O degredo permitia-lhes ainda desfrutar dos privilégios concedidos aos povoadores e reabilitar-se, conseguindo mesmo autorização régia para se deslocarem ao reino, por um período de 4 meses, a fim de recuperarem os seus haveres, podendo aí vender algumas mercadorias africanas, caso o «capitão da dita ilha vir que têm bem servido aproveitado na dita ilha» [10].

---

[7] BRASIO (1494), vol. IV, 1964, p. 16.
[8] FERNANDES, Valentim (1506), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 34.
[9] *Id., ibid.*
[10] BRASIO (1493), vol. I, 1952, p. 152.

24. ***A Guiné no século XVI***

A Guiné designava então um vasto espaço do litoral africano, que incluía a região do Golfo, local privilegiado do comércio luso-africano.

3. Europeus de diferentes nacionalidades são também atraídos às ilhas pelas autoridades portuguesas [11], sobretudo a partir do início do segundo quartel do século XVI, quando a produção açucareira e o comércio do açúcar dominavam já a economia sobretudo de São Tomé e prometiam lucros importantes [12]. Se desde 1493 se encontravam nestas ilhas estrangeiros muito particulares — os meninos judeus castelhanos que haviam acompanhado Álvaro

[11] Sobre a participação dos estrangeiros na colonização de São Tomé, ver HENRIQUES, I. Castro e MARGARIDO, A., 1989.

[12] A consolidação das estruturas de produção e de exportação do açúcar situa-se neste momento, coincidindo com a concessão do Foral da ilha (1524). No ano seguinte (1525) uma Carta régia eleva a «Povoação de S. Tomé (a) cidade» ordenando que «se chame cidade de Sam Tomé... (com) todos os privilégios, liberdades e proeminências que são dadas e outorgadas a outras semelhantes cidades», BRASIO, vol. I, 1952, pp. 453-454. Cunha MATTOS, 1961, pp. 127-128, publica o mesmo documento atribuindo-lhe a data de 1535.

de Caminha [13] —, é mais tarde, por volta de meados do século XVI, que o Piloto Português faz referência à presença de habitantes de diferentes origens europeias: «Habitam ali muitos comerciantes Castelhanos, Franceses e Genoveses e de qualquer outra nação que aqui queiram vir habitar, se aceitam todos de mui boa vontade» [14]. Este autor quinhentista chama igualmente a atenção para as boas condições de instalação que a Coroa portuguesa oferecia — terra farta e barata para cultivar em função dos capitais possuídos e provados — a todo o comerciante português ou estrangeiro que aí se quisesse fixar [15].

Contrariamente a este primeiro grupo europeu, o segundo grupo, o africano, é apresentado como um bloco homogéneo formado por «escravos negros com suas negras de Guiné, Benim e Manicongo...» [16]. Os escravos, oriundos de diferentes regiões do litoral atlântico africano, formam o núcleo populacional mais numeroso das ilhas. Em 1506, São Tomé conta com «mil moradores.... (e) escravos 2000, que sempre roçam e cavam e trabalham» [17]. A estes escravos, propriedade dos moradores da ilha, que os iam buscar directamente ao continente, é necessário acrescentar outros escravos africanos, os escravos de resgate, que, segundo o mesmo autor, eram já cerca de 5000 a 6000 [18], permitindo assim o desenvolvimento do negócio da escravatura.

Estas análises mantêm-se fiéis às visões dicotómicas repetidas pela maioria dos estudos até hoje produzidos: de um lado, os Europeus, os Brancos, organizados em diferentes categorias, minoritários mas determinando a estrutura social, a quem pertence o poder e o controlo do território, interessados em assegurar activa-

---

[13] FERNANDES, Valentim (1506), 1951, p. 118. A vinda destes meninos judeus para São Tomé é confirmada por Garcia de RESENDE, *Vida e Feytos del Rey D. João segundo* (1545), Coimbra, 1798, cap. 178, e Ruy de PINA, *Crónica de D. João II* (c. 1508), Coimbra, 1950, cap. 68. Tal não impede a pergunta: como explicar a resistência física destes «meninos», quando a mortalidade dos Europeus é tão elevada? Ficamos com a impressão de estarmos perante um mito complementar, para justificar as condições particulares do povoamento.

[14] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 625.

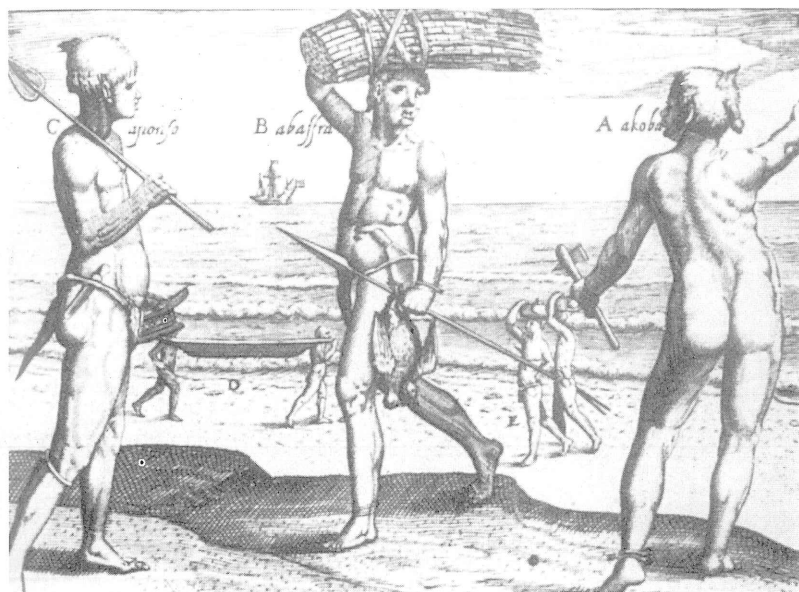
[15] *Id., ibid.*, p. 628.

[16] *Id., ibid.*, p. 626.

[17] FERNANDES, Valentim (1506), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 34.

[18] *Id., ibid.*

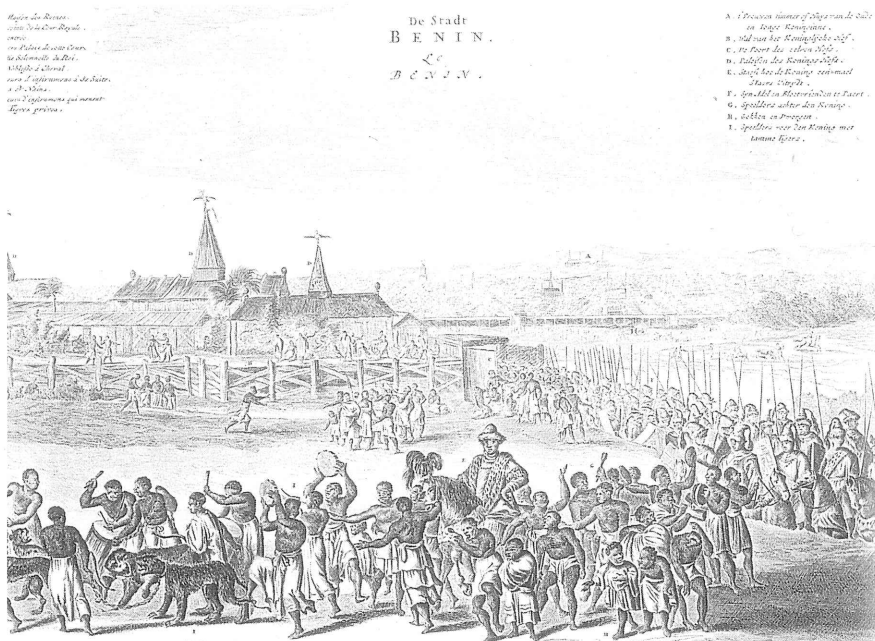
25. ***Representação europeia da «Sagrada Família» guineense***

Pulseiras, pérolas e missangas revelam as relações comerciais com o exterior.

26. ***Habitantes da Guiné***

A figura central desta imagem — um homem — carrega à cabeça um molho de canas. Note-se que, na Europa, os homens carregam às costas enquanto as mulheres carregam à cabeça (ver HERÓDOTO, *Euterpe*).

mente a colonização e a valorização das ilhas. Em face, os Africanos, sempre escravos, e que, apesar da sua importância numérica são reduzidos a uma massa informe e negra, que só os Europeus são capazes de orientar e dirigir.

Uma leitura atenta dos textos portugueses dos séculos XV e XVI revela uma realidade diferente, onde a situação dos dois grupos — particularmente a do grupo africano — e as relações entre eles são infinitamente mais complexas e sobretudo muito mais apaixonantes.

A Europa multiplica as imagens fantasistas, destinadas a permitir uma «visão» de um continente que ocupava cada vez mais espaço nas práticas europeias. Os corpos masculinos são sempre robustos, e os homens estão sempre armados, sendo a nudez tanto masculina como feminina.

27. ***O reino do Benim***

Gravura de 1686 que representa o cortejo real, vendo-se ao fundo a muralha e os diferentes palácios, entre os quais sobressai a Casa das Rainhas, dada a importância do poder político das mulheres nas sociedades africanas.

2. A heterogeneidade do grupo africano

Na fase inicial da colonização de São Tomé, que decorre *grosso modo* até ao início do segundo quartel do século XVI [19], verifica-se a coexistência de uma maioria de Europeus livres com uma fracção minoritária de Africanos livres, mas nem por isso menos activos e participativos no processo em curso. Ao lado deste grupo de homens livres, encontra-se uma maioria de escravos negros levemente «tingida» de escravos brancos, ambos sujeitos ao mesmo estatuto jurídico, tal como pode deduzir-se de uma carta do rei D. Manuel a Fernão de Melo (1499), então capitão da ilha de São Tomé [20].

> Dom Manuell ecc.ª A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que, comfiamdo nós de Fernam de Melo, fidalguo de nossa casa, que o fará como seruiço de Deus e bem de justiça compre. Temos por bem e lhe damos e outorgamos a nossa alçada do çiuell e crime atee morte, sobre os escrauos negros e bramcos que ouuer na dita Ilha, que forem catiuos como forros, que o já fossem e porém o notificamos assy e mandamos a todollos nossos Corregedores, Juizes e Justiças a que esta nossa carta for mostrada e o conheçimento della pertemçer, que a cumpram e guardem em todo como nella hé contheudo, sem duuida nem embarguo alguu que lhe a ello seja posto, porque asi hé nosa mercê. / /
>
> Dada em a nosa çidade de Lixboa, a xb. dias do mes de dezembro, Lopo Fernandez a fez, anno do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} lRix annos.

28. ***Carta de jurisdição a Fernão de Melo (15.12.1499)***

---

[19] Podemos reter a data de 1524 — concessão do primeiro Foral ao arquipélago, mais concretamente à ilha de São Tomé — como o momento crucial em que se assiste ao arranque efectivo da «indústria» açucareira, a existência real do primeiro grupo de Mulatos — os Filhos da Terra — e às alterações verificadas na gestão político-administrativa da ilha de São Tomé, que passa a integrar o património directo da Coroa (1522), na sequência da confiscação de todos os bens ao capitão-donatário João de Melo, acusado de crimes graves e degredado para a ilha do Príncipe. Ver LIMA, Lopes, 1844, Parte 2, pp. 7-8.

[20] BRASIO (1499), vol. 1, 1952, p. 180.

A complexidade da questão torna-se evidente. Mesmo se a maioria dos habitantes africanos das ilhas é formada por escravos, não se pode ocultar a existência de Africanos livres, cujo papel activo na formação da sociedade santomense impõe a necessidade de uma profunda reflexão, que abala o esquema descritivo secular.

O grupo africano é assim um grupo heterogéneo, não só pelas suas origens étnicas, mas também devido às particularidades da sua inserção na vida económica e social da ilha.

Ao lado de Africanos livres, «de uma grande inteligência e ricos» [21] encontram-se outros Africanos libertos pelos seus senhores ou pela administração [22], geralmente chamados negros «forros» e ainda Africanos escravos de estatuto diferente: escravos domésticos, escravos de plantação, escravos em trânsito para São Jorge da Mina, para o reino e, mais tarde, para as Américas.

Todos estes grupos africanos de interesses divergentes e por vezes contraditórios, participam de forma dinâmica no povoamento e na colonização da ilha, seja sob orientação dos Europeus, seja mobilizando-se em função dos seus objectivos próprios.

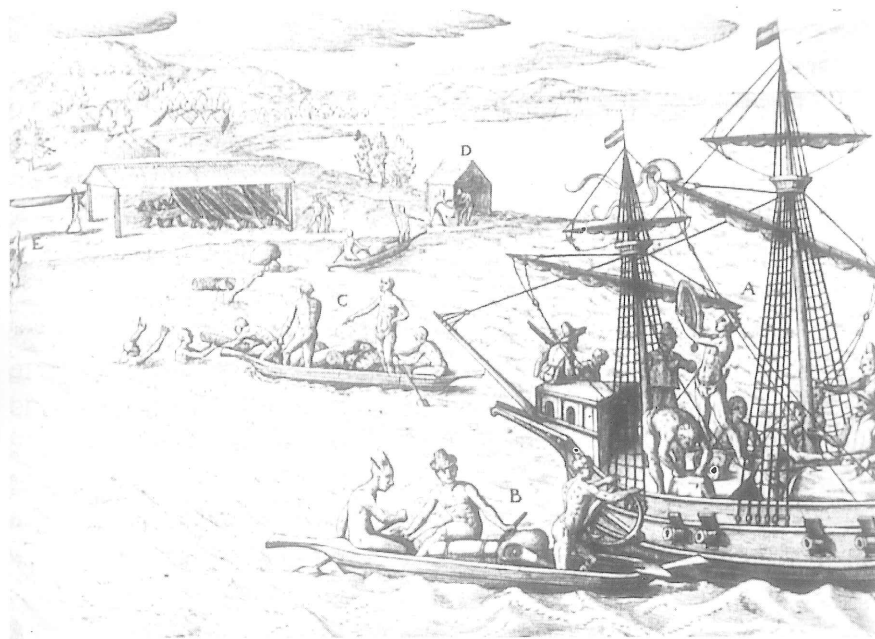
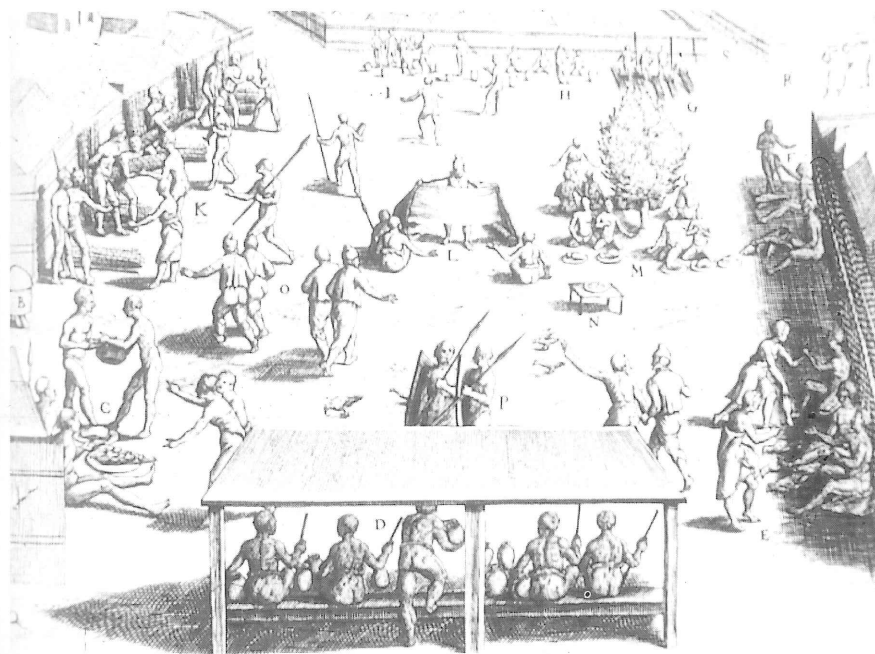
«Por cinco vezes que estive aqui com navios principiando em o ano de 1520, afirmo ter falado com um negro chamado João Menino, homem muito velho, o qual dizia ter sido conduzido ali com os primeiros que foram da costa de África para esta ilha, quando ela foi povoada por ordem del-rei de Portugal; e este negro era riquíssimo e tinha filhos, netos e bisnetos casados, os quais já tinham filhos» [23].

Esta informação do Piloto Português, em meados do século XVI, obriga a reorganizar o esquema clássico. Quem seriam estes Africanos

---

[21] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 625.

[22] A multiplicação dos Mulatos impôs mudanças profundas: tratados como escravos, podiam ser vendidos, o que não podia deixar de desagradar à maior parte dos pais. A Coroa portuguesa viu-se obrigada — também por razões de povoamento — a ordenar a libertação destes Mulatos e das suas mães. Ver inúmeros documentos publicados *in* BRASIO, vol. I, 1952. Por exemplo, pp. 331 (1515), 376 (1517) , 391-392 (1517), 473-474 (1526).

[23] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 631. Sobre a intervenção destes Africanos na formação da sociedade santomense, ver HENRIQUES, I. Castro, 1990.

29. *O comércio na costa ocidental africana*

30. *Mercado africano na Costa da Mina*

ricos, bem integrados na sociedade santomense, como revelam as referências à situação económica de João Menino e ao casamento dos seus descendentes? Lembremos que o casamento constituía um dos principais mecanismos de inserção social do indivíduo (o nome cristão servindo para reforçar o processo de integração na sociedade [24]) e era condição indispensável para o acesso a cargos públicos importantes [25].

Estes Africanos vindos da costa africana para se instalar em São Tomé, no início do processo de colonização das ilhas [26], inserem-se provavelmente nessa fracção de «homens ricos e deles terem escravos» [27], com quem os Portugueses estabelecem relações no litoral africano, trazendo alguns deles para São Tomé. Tal situação permitia-lhes criar uma rede de parceiros africanos indispensável ao desenvolvimento das suas actividades comerciais em terra africana.

31. ***O comércio afro-europeu na costa do Senegal***

---

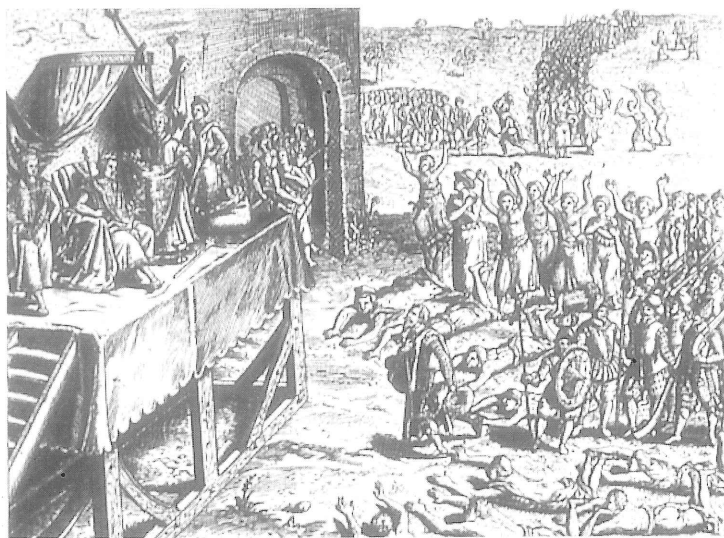
[24] São inúmeras as referências a Africanos com nomes cristãos — segundo norma existente após o baptismo —, o que dificulta a identificação da sua origem. Documentos vários recomendam «especial cuidado em atrair os negros à fé», BRASIO (1529), vol. I, 1952, p. 502.

[25] Ver, por exemplo, a *Carta de Privilégios aos Povoadores de S. Tomé,* de 1528. BRASIO, vol. I, 1952, pp. 500-501.

[26] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), ed. s. d., p. 78.

[27] BRASIO, doc. de 1523 relativo à costa da Mina, vol. I, 1952, p. 451. Sobre as boas relações comerciais com «os negros de Benim», ver doc. de 1526, pp. 496-497.

Se levarmos em linha de conta que, nos primórdios da colonização da ilha, a principal fonte de lucros para os moradores era o comércio com a costa de África, compreendemos facilmente a importância desta transferência de «negros ricos» para São Tomé e a política de bom relacionamento com as populações do continente. Convém acrescentar que se este comércio interessava os moradores europeus, ele atraía também os moradores africanos, livres e ricos, para quem o comércio africano a longa distância constituía igualmente nas suas regiões de origem, a actividade económica que garantia a riqueza, o poder e o prestígio.

São, aliás, inúmeros os documentos da época que dão conta da preocupação portuguesa em manter boas relações com os Africanos, em particular nas regiões da Mina, do Benim, do Congo e de Angola. Note-se que não se trata de quaisquer africanos, mas dos chefes, dos poderosos, «ricos» e proprietários de escravos [28]. A gestão portuguesa

32. ***Recepção do rei do Congo a Rui de Sousa em 1491***

[28] Um documento de 1510 faz referência a um homem condenado a degredo pelo capitão de São Jorge da Mina e enviado para São Tomé acompanhado de «uma das suas 8 esposas e alguns escravos», o que permite pensar tratar-se de um desses «negros ricos», proprietários de escravos, instalado provavelmente na feitoria da Mina. BRASIO, vol. I, 1952, p. 544.

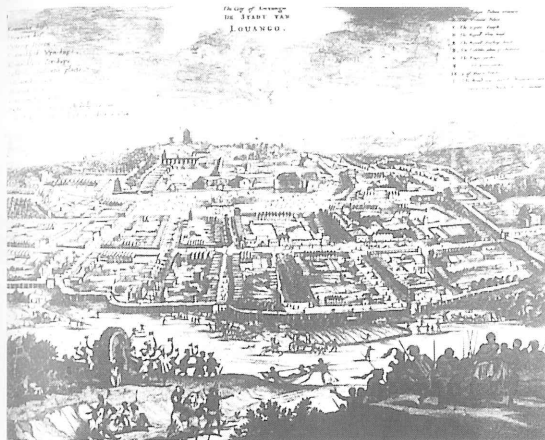
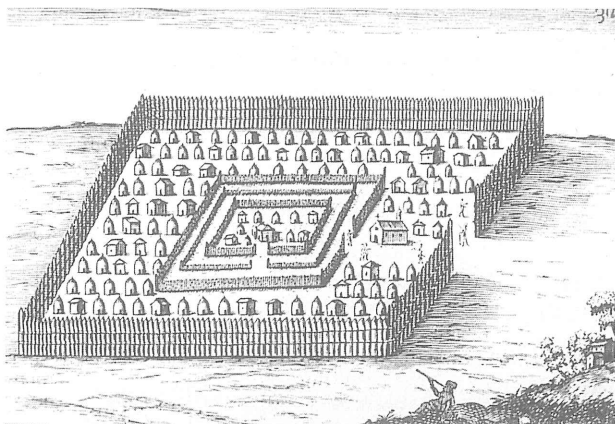
apoia-se assim no conhecimento minucioso das hierarquias sociais africanas [29], fazendo apelo aos responsáveis africanos para levar a cabo as complexas operações de colonização das ilhas.

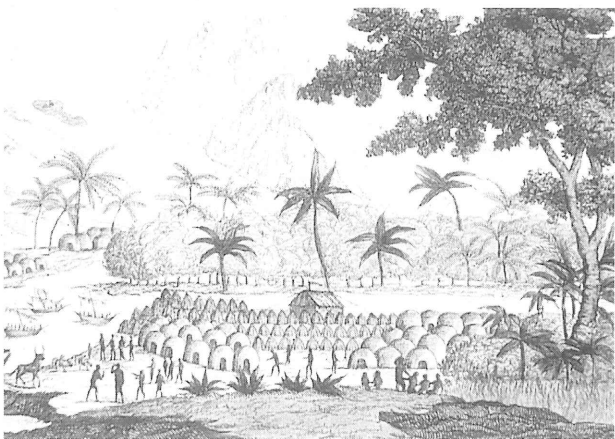
33. ***Chefe angolano transportado pelos seus escravos***

34. ***Senhores do Loango***

---

[29] É importante não esquecer uma prática frequentemente utilizada pelos Portugueses, neste período, que consiste em manter boas relações com os chefes africanos — vejam-se os casos do reino do Benim e do Congo —, acolhendo, em Portugal, Africanos oriundos dos grupos sociais mais elevados. Esta prática — aceite e estimulada pelos Africanos de estatuto elevado —, que constitui um mecanismo fundamental do jogo diplomático e da política colonial portuguesa da época, estende-se também aos espaços que os Portugueses julgam controlar totalmente, como é o caso de São Tomé. Uma carta de D. Afonso, rei do Congo, a D. Manuel (1514), dá conta do desejo do soberano congolês, em enviar para São Tomé «muitos moços e moças (para aí) aprenderem». BRASIO, vol. I, 1952, p. 322. Também um documento de 1520 faz referência às directivas de D. Manuel sobre as relações a estabelecer com o rei de Angola, no sentido de trazer para o reino de Portugal — caso o soberano africano assim o pretenda — «dois ou três filhos desses homens principais que na terra houver»; *Id., ibid.,* pp. 436-437.

35. ***Kilombo* — cidade capital do reino de Kasanje (Angola)**

36. ***Cidade* — capital do reino de Loango**

37. ***Povoação* na região de Benguela, em Angola**

Formas de organização do espaço em África, reveladoras das hierarquias sociais e políticas africanas.

Uma vez resolvido o problema inicial do povoamento com a multiplicação dos Mulatos, os «Filhos da Terra» [30], com o desenvolvimento da indústria açucareira e a instalação de Europeus, estes Africanos ricos desaparecem. A organização da economia moderna do arquipélago não teria sido contudo possível sem estes Africanos, que constituem certamente o elemento mais singular do edifício social santomense em via de estruturação.

Outros Africanos livres são os chamados negros forros. Na fase inicial da colonização das ilhas, encontramos diversas cartas de alforria dadas aos escravos pelos reis de Portugal, bem como indicações várias relativas à libertação dos escravos pelos seus proprietários, em testamento ou em vida [31]. Pretendia-se assim assegurar o povoamento e evitar os conflitos, condições indispensáveis ao desenvolvimento das ilhas.

Se as primeiras cartas de alforria (Janeiro de 1515) parecem ter sido dadas, sob pressão dos moradores da ilha, indignados com a prisão de um Mulato, às mulheres escravas atribuídas aos primeiros povoadores, os filhos destas uniões nascendo livres [32], em 1517, D. Manuel liberta igualmente os homens escravos e seus filhos, que haviam sido dados aos degredados, durante o reinado anterior [33]. Outros grupos são igualmente libertos, por razões de vária ordem: tal é o que se verifica em 1526, com os Africanos, homens e mulheres, pertencentes à Confraria do Rosário, a quem o rei garante protecção, concedendo também autorização «às pretas forras da dita Ilha, que forem confrades da dita confraria.... (para) ser regateiras e comprar e vender quaisquer cousas que quiserem, sem embargo de qualquer provisão e mandado que acerca disso haja em contrário» [34]. Esta

---

[30] Designação dada aos indivíduos nascidos no arquipélago, como referem os documentos da época. Ver, por exemplo, BRASIO (1517), vol. I, 1952, pp. 391-392. Segundo vários autores brasileiros, como PINTO, L. A. Costa, *O Negro no Rio de Janeiro*, S. Paulo, s. d., estes «Filhos da Terra» seriam uma criação exclusivamente portuguesa.

[31] Ver, por exemplo, BRASIO, vol. I, 1952, pp. 391 e 473.

[32] BRASIO, vol. I, 1952, p. 331.

[33] *Id., ibid.*, p. 376.

[34] *Id., ibid.*, pp. 472-474. É possível que outros «negros forros» não pertencentes à Confraria pudessem beneficiar de alguns privilégios. Nas ilhas de Cabo Verde, por exemplo, encontramos, em 1582, «400 pretos forros casados, os quais terão (juntamente com 600 homens brancos e pardos), em suas fazendas de serviço de suas casas 5000 escravos». BRASIO, vol. III, 2.ª série, 1964, p. 99.

determinação régia, assim explicitada, põe em evidência o controlo exercido sobre as actividades comerciais desenvolvidas na ilha.

Dom Manuell, per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algaruues, daquem e dalem mar en Africa, Senhor de Guinee e da quonquista, navegaçam, comerçio, Teopia, Arabia, Persia e da Jndia etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que per El Rey dom Joam meu primo, cuja alma Deus aja e asy per nós foy ordenado que aos degradados e pesoas outras decraradas no Regimento que se diso fez, que fossem à nossa Ilha de Santomé, se dessem a cada hu hua esprava pera a ter e se della servir, e avendo o pryncypall respeito a se a dita Ilha pouorar; e avia duujda se estes esprauos e os filhos que estes desgradados e pesoas a que per o dito Regimento eram dados e nelas aviam, seriam nosos catyuos ou for[r]os e aserca disso foi preso hu Bras Gill, filho de Afomso Gill e por que nõ aja duuida njso, per esta decraramos o dito Bras Gill e bem asy todas as esprauas que aos ditos degradados e pesoas a que per o dito Regymento se deram e filhos que delas nacerem, por lyures e forros, pera fazerem de sy o que lhes bem vier, sem nhunca em nenhu tempo serem demandados por catyuos pera nós, nem pesoa outra nenhua; e mandamos ao Capitam da dita Ilha e ao Corregedor e Justiças della e a todas Justyças de nosos Regnos que ajam o dito Bras Gill por forro e todas as esprauas que asy se deram e todos seus filhos que delas nascerem e os nom apremem nem os costranguam [a] fazer serviço de catyvos, senam ao que elles de suas vontades quyserem; por tanto nós os avemos per esta por forros e lyures como dito hé, por outro sy se achar ser direito; e disto lhe mandamos dar esta nossa carta, per nós asynada e aselada com o nosso seello pendente. / /

Dada em a nossa villa dAlmeyrym, a xxix dias do mes de janeiro, André Lopez a fez, de mjll e quynhentos e quymze anos.

ATT — *Chancelaria de D. Manuel,* liv. II, fl. 75 v. — *Livro das Ilhas,* fl. 199-199 v.

38. *Carta de Alforria às Escravas de São Tomé, em 1515*

Por outras palavras, o comércio local era controlado ou pelas autoridades administrativas portuguesas, ou pelos próprios moradores. O mesmo acontecia com o comércio no litoral africano, onde «brancos e negros forros» [35], pertencentes aos navios vindos de São Tomé para comerciar, se deixavam ficar, desertando, para se dedicarem à actividade comercial, à revelia das autoridades portuguesas, tal como refere uma carta dirigida a D. João III, em

[35] BRASIO (1530), vol. I, 1952, p. 544.

1530 [36]. É de realçar a conjunção dos interesses dos «brancos e negros», situação que rejeita o carácter simplista e linear das leituras que tradicionalmente se baseiam na oposição branco/negro.

Estes homens e mulheres libertos da escravatura devem assegurar a sua própria sobrevivência. Encontram-se eles em situação delicada, já que as múltiplas actividades económicas que se desenvolviam nesta fase inicial da colonização da ilha eram proibidas aos «negros forros» e desempenhadas por Africanos escravos em benefício do seu proprietário, europeu ou africano. Tal facto evidencia a característica central deste processo de colonização: se a produção e o comércio do açúcar constituem, desde o início, a principal preocupação da colonização, foi necessário recorrer a outras produções agrícolas destinadas a ser comercializadas localmente mas também «na terra firme a saber desde o Rio Real e ilha de Fernão do Pó até toda a terra de Manicongo» [37], para assegurar a crescente rendibilização do empreendimento. Estas produções devem servir igualmente para garantir a aguada dos navios em trânsito e responder às necessidades de subsistência dos escravos armazenados à espera do embarque para outras regiões do mundo [38].

Esta estrutura comercial, que depende do trabalho dos escravos africanos, favorece economicamente os colonos, assim como a Coroa portuguesa e a Europa. Se o açúcar que se destina aos mercados europeus é um negócio altamente rendível, o comércio de escravos — elemento central da colonização de um Novo Mundo, primeiro hispânico, mas que rapidamente se alarga às outras nações europeias — torna-se também uma fabulosa fonte de lucros.

Os escravos constituem assim a força interna de um sistema onde se verifica uma associação entre a lucrativa monocultura da cana sacarina e a agricultura destinada ao comércio, sendo eles próprios uma mercadoria de rendimento crescente para os Europeus. Grupo

---

[36] *Id., ibid.*

[37] MATTOS, Cunha (doc. de 1500), 1916, p. 116. O Rio Real situa-se na região de Calabar, no fundo do Golfo da Guiné, a leste do Cabo Formoso. A região intitulada «terras de Manicongo» correspondia à fracção de litoral pertencente ao rei do Congo, que se estendia desde o rio Cuilo, no Maiombe (a norte da actual província angolana de Cabinda) até Luanda (ver mapa publicado *in* RANDLES, 1968, p. 22).

[38] Ver, por exemplo, documentos de 1519 publicados *in* RAU, 1984, pp. 167-171; e também o PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 632.

39. *«Negras forras» no Brasil*

À semelhança do que acontecia em São Tomé no século XVI, as escravas libertas no Brasil oitocentista, assim como algumas «escravas de ganho», dedicavam-se igualmente à actividade do comércio de rua.

40. ***«Negras da Confraria de Nossa Senhora do Rosário», no Brasil***

Estas mulheres gozavam de estatuto semelhante àquele que caracterizava as «forras» em São Tomé.

heterogéneo, devido às suas múltiplas funções no contexto santomense do século XVI, os escravos formam o grupo africano mais numeroso, sujeito a uma exploração desenfreada que só lhes deixa a fuga e a revolta como via única de libertação [39].

3. A questão dos Angolares

A tradição oral e alguns autores actuais [40] defendem a tese da existência de uma população africana radicada nas regiões mais isoladas do sudeste da ilha de São Tomé, no momento da chegada dos Portugueses ao arquipélago. Tratar-se-ia já dos Angolares, hábeis pescadores do século XX, que até ao século XIX se mantiveram afastados do contacto com as outras populações santomenses.

41. ***S. João dos Angolares***

A pesca constitui uma actividade fundamental deste grupo, tal como acontece com toda a população do arquipélago.

---

[39] Ver sobre esta questão HENRIQUES, I. Castro, 1987.

[40] Ver CRUZ, 1975, que afirma: «ao contrário do que narram as 'histórias' colonialistas não há provas fundamentais que garanta (sic) a ausência de povos autóctones aquando da chegada dos Portugueses» (p. 18). Segundo o autor, «os historiadores ligados ao colonialismo recusa(m-se) a admitir (a presença de outras populações)... citando os

Francisco Tenreiro fornece indicações sobre esta população, cuja origem «misteriosa» serviu para organizar diferentes escritas historiográficas ao serviço de ideologias tão opostas quanto a colonial e a anticolonial. Segundo este autor santomense é «a partir de 1884, e por força da irradiação pelas praias da ilha (em consequência do desenvolvimento das grandes explorações agrícolas cujos produtos eram escoados pelo mar), que os Angolares entraram em contacto com as populações nativas do norte e do nordeste, tendo-se desencadeado um processo de aculturação. Católicos rudimentares por via do contacto, falam hoje (1961) o dialecto de S. Tomé, sem que no entanto o seu linguajar se encontre ainda sobrecarregado de palavras sobreviventes de línguas africanas; vestem-se, comem e vivem muito à semelhança dos forros... (distinguindo-se destes pela) nítida aversão ou desinteresse que mostram pela vida da terra (...). Tudo leva a supor... que tenham arrostado vida penosa nos seus 'quilombos', dedicados a uma actividade de recolecção... (e) ainda hoje nutrem particular desprezo pela actividade do campo... a

42. *Casa de Angolares, hoje*

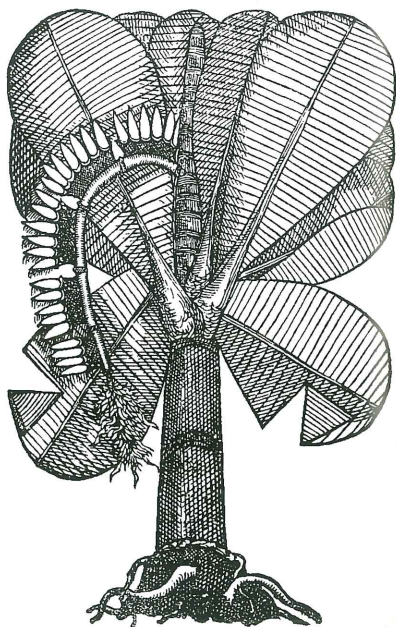
Angolares como sobreviventes de um imaginário naufrágio...» (p. 20). Esta maneira de desorganizar a história põe em evidência uma ferida simbólica: para a «curar» expulsa-se a verdade histórica, procura-se mostrar que o país foi uma invenção exclusivamente africana e esquece-se que este tipo de explicação não é mais do que uma simples inversão da argumentação utilizada pelas «histórias colonialistas».

Ver também ESPÍRITO SANTO, 1979: este autor santomense, embora não defenda a hipótese da presença de populações santomenses antes da chegada dos Portugueses, deixa no seu texto uma interrogação, que seria totalmente legítima se Espírito Santo não tivesse optado pelo caminho da ambiguidade histórica e da incapacidade em definir com rigor quaisquer ideias inovadoras. Pelo contrário, limita-se a uma descrição histórica, a uma história factológica digna dos melhores representantes da historiografia colonial portuguesa!

43. ***Capela do ilhéu das Rolas***

Aqui, como em todo o arquipélago, o catolicismo construiu alguns monumentos, nunca conseguindo eliminar as formas religiosas africanas. O laço entre o passado e o presente religioso mobiliza certamente as capelas, mas também as cerimónias do «paga-deve».

44. ***Bananeira ou figueira-da-índia (1578)***

Originária do Oriente, a planta deve ter sido introduzida na costa oriental da África no século III da nossa era. A planta é assinalada em São Tomé, em 1506, por Valentim Fernandes, que lhe chama «avalaneira». (FERNANDES, 1951, p. 134.) Em meados do século XVI, o Piloto Português refere que os Portugueses introduziram na ilha essa «erva que se faz tão grande que parece uma árvore e produz aqueles cachos com frutos a modo de figos». De São Tomé, a planta foi transportada para o Brasil, segundo Gabriel Soares de Sousa, Notícia do Brasil, *1587, II parte, cap. L.*

45. ***Bananas de São Tomé***

Aguarela do século XVIII, representando as diferentes variedades de bananas do arquipélago.

bananeira (desempenhou) papel de relevo na sua alimentação...e (tê-los-á) aguentado durante séculos» [41].

As primeiras referências escritas aos Angolares da ilha de São Tomé datam do século XIX: é Cunha Mattos que num texto de 1841 assinala expressamente a sua presença no sudeste da ilha, perto da Angra de S. João, na «vila de Santa Cruz dos Angolares... e em todos os bosques circunvizinhos», referindo ainda que «os Angolares descendem dos escravos, que escaparam do naufrágio de um navio, que vindo de Angola deu à costa em uma praia do sudoeste da ilha, muito antes do ano de 1574». Este autor acrescenta que «estes povos... vivem do trabalho das madeiras, que prontificam e exportam para a cidade, da qual distam pouco mais de cinco léguas e assim também da grande criação de porcos e cultura das bananeiras» [42]. Esta informação de Cunha Mattos mostra de maneira indiscutível a integração dos Angolares na sociedade e na estrutura comercial santomenses. Tal integração deve ter-se consolidado ao longo do século XVIII, continuando no século XIX, visto que as actividades

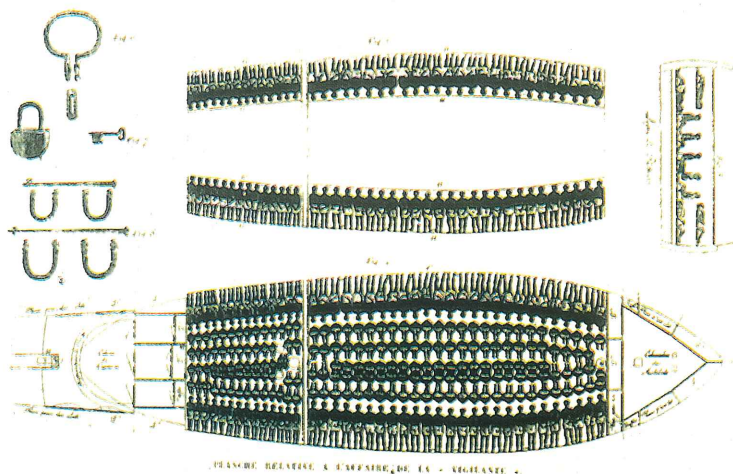
---

[41] TENREIRO, F., 1961, pp. 133-134. A importância da bananeira no arquipélago é tal que é ela orgulho das populações, pela qualidade e variedade que esta planta aí apresenta.

[42] MATTOS, Cunha (1842), 1916, p. 49.

produtoras referidas no texto são destinadas a satisfazer a procura santomense. Ou seja, a economia dos Angolares, embora sendo periférica, está integrada no urbano e podemos pensar que já então se caracterizava pela monetarização.

A relação comercial com os Europeus é pois pacífica, não se registando, seja no século XIX, seja neste século XX, a menor insurreição angolar, contrariamente à tradição que procura apresentar os Angolares como os únicos agentes da contestação quinhentista dos Africanos contra os Europeus [43].

Com efeito, o texto do cónego Manoel do Rozário Pinto (1734) registou a tradição oral da ilha que se refere ao naufrágio de um barco carregado de escravos, que teriam encontrado salvação na costa santomense. «Dando à costa um navio de Angola, carregado de escravos em uma praia desta Ilha a Sudoeste, escaparam maior parte dos ditos escravos e fizeram sua aldeia em Pico [44], e foram multiplicando de tal sorte que sem receio com armas de frechas destruíram muitos engenhos, e no mesmo ano do falecimento do Bispo Dom Gaspar

46. ***Representação do porão de um navio negreiro***

A busca da rendibilidade máxima... (século XVIII).

---

[43] Tal como refere Cunha MATTOS, *ibid.,* p. 10.

[44] Havendo um número significativo de picos em São Tomé, não é possível identificar, de maneira segura, este pico referido pelo autor setecentista.

Cão (1574), vieram com resolução de tomar a Cidade, tendo o Capitão da ilha aviso mandou soldados: investiram com arbuzes desbaratando--os os soldados e apelidando a vitória desanimaram os negros Angola de Pico, com alguma gente morta viraram-lhe as costas» [45].

Não há nestas informações a menor alusão aos Angolares, pois que o documento se refere aos «negros Angolas do Pico». Não é evidente que se o Cónego se quisesse referir aos Angolares, se estes existissem então com semelhante designação, lhes teria dado o nome e a função que então ocupavam, tanto mais que era ele — o autor — natural de São Tomé? O documento apresenta alguns elementos perplexizantes. O primeiro diz respeito ao naufrágio e à chegada dos escravos ao litoral: sabendo-se que os escravos eram transportados nos navios negreiros presos com correntes de ferro, como teriam eles conseguido atingir a nado a ilha de São Tomé?

O segundo elemento tem a ver com a própria geografia da ilha: estes hipotéticos Angolares teriam naufragado na costa sudoeste da ilha, atingido um Pico na região centro-ocidental de São Tomé —

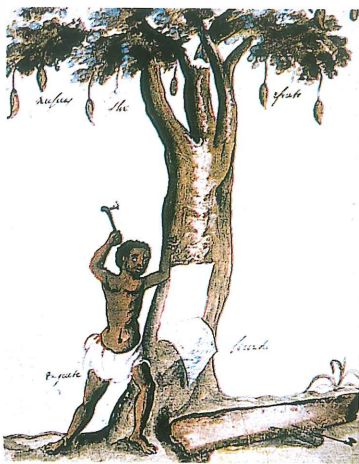
47. ***Pico***

As ilhas apresentam numerosos picos, sendo o mais elevado o Pico de São Tomé (2024 m).

[45] PINTO, M. Rozário (1734), 1910, p. 241.

«O aliconde, a que os Pretos chamam mbondo *[baobá, imbondeiro, em Angola, ou* ocá, *em São Tomé], é árvore de desmedido tamanho e grossura... com a casca macerada e reduzida a fios fortes e resistentes fazem-se cordas, lonas... e uma espécie de pano tosco, com que as pessoas mais selvagens [dos reinos do Congo, Matamba e Angola] se cobrem» (Cavazzi, 1687.)*

48. ***Ocá***

Se outrora o ocá fornecia o líber com que se teciam os tecidos destinados ao vestuário e se fabricavam cestos e outros bens de consumo doméstico, a madeira desta árvore era (e é) utilizada para o fabrico de pratos, travessas e sobretudo para a construção de canoas destinadas à pesca e à circulação dos homens.

49. ***Representação seiscentista de um imbondeiro ou ocá***

50. ***Barcos***

Às formas e materiais do passado acrescentam-se as inovações técnicas do presente.

de onde dificilmente, dadas as características naturais da ilha, atacariam a Povoação situada no litoral nordeste — e, finalmente, ter-se-iam estabelecido em Santa Cruz dos Angolares, a sudeste da ilha, onde são assinalados no século XIX, por Cunha Mattos. Como explicar esta multiplicação de instalações ao longo de pouco mais de dois séculos, quando elas exigem uma luta constante com a feracidade da natureza tropical?

A Relação do Cónego Manoel do Rozário Pinto só nos autoriza a dizer que alguns ataques organizados contra os engenhos, as plantações e até a cidade, foram levados a cabo por «negros Angola», que ainda se não tinham tornado santomenses.

O debate já complexo foi agravado, em 1971, pela publicação de excertos de um documento manuscrito redigido por volta de 1718--1720, sem indicação do autor, do lugar ou das condições de elaboração e sem qualquer referência ao arquivo onde se encontrava. Em 1990, este documento, da autoria de Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, «Memórias da ilha de São Tomé», existente na Torre do Tombo, foi utilizado para a elaboração da dissertação de mestrado de Celso Baptista de Sousa, que assegurou a transcrição do documento [46]. Mas a verdade é que as indicações contidas neste manuscrito não fazem qualquer alusão a «angolares». Ao descrever uma fracção da costa de São Tomé diz: «desde a dita ponta de Santa Catarina até à de Angra (é) deserta de moradores e somente habitam alguns negros gentios que antigamente faziam muito dano às roças... dando-lhes assaltos para roubarem e levarem mulheres... porém hoje já não fazem mal algum e somente alguma negra desgarrada que acaso encontram...» [47]. O documento refere ainda que esta população utiliza o líber das árvores para fabricar as suas roupas, técnica que o autor do manuscrito identifica com as práticas «dos negros de

[46] CASTELO-BRANCO, 1971 e SOUSA, 1992. O documento foi posteriormente publicado em 1992, na revista *Mare Liberum,* n.º 4.

[47] CASTELO-BRANCO, 1971, p. 151 e CALDEIRA, 1999, p. 236.

Assinale-se que o «roubo» das mulheres — prática que encontramos em África e que se prende com o reforço do poder que assenta de forma significativa no número de dependentes — tem uma explicação simples: os grupos instalados no interior da ilha procuram aumentar o número de habitantes de maneira a assegurar a perenidade do mocambo e a consolidar a africanização da ilha.

Angola» acrescentando que «é tradição, são estes precedidos de um navio que antigamente dera à costa naquelas Praias» [48]. A partir desta última referência e da relação entre as técnicas da utilização das árvores em Angola, conclui-se, de maneira apressada, estarmos perante os Angolares [49].

O que podemos verificar é a existência de ataques contínuos lançados pelos Africanos fugitivos, escravos na sua maioria, instalados em aldeias, mocambos ou quilombos [50], contra os Europeus. O ataque mais importante — que analisaremos mais adiante — foi levado a cabo em 1595 tal como o relatam um documento português e uma narrativa italiana, redigida por uma testemunha

51. ***O interior da ilha: refúgio dos escravos***

O obó *ou floresta de São Tomé caracteriza-se por uma grande densidade e variedade de vegetação que dificulta a circulação dos homens através da ilha.*

---

[48] *Id., ibid.* Esta é a primeira referência conhecida a este episódio que se tornou mítico e continua a exercer a sua sedução na historiografia santomense.

[49] CASTELO-BRANCO, 1971, pp. 151-152 e CALDEIRA, 1999, pp. 85-94 e 237 (nota 4).

[50] Ver cap. IV, p. 112 e nota 33.

ocular [51]. A operação foi chefiada por Amador, um «escravo fugido de engenho» [52], que a tradição santomense fixou como sendo «rei dos Angolares» [53].

52. *Mulher angolar*

É por isso falacioso associar estes ataques, desencadeados por Africanos fugidos, refugiados no interior da ilha e dispostos a atacar os Europeus e os Mulatos proprietários de engenhos e de escravos, à existência dos Angolares. Podemos assim concluir que alguns grupos de fugidos originários de Angola se instalaram a uma certa distância dos Europeus, tendo podido conservar a sua autonomia até aos princípios do século XIX.

Esta maneira de apresentar a origem dos Angolares e de lhes atribuir a responsabilidade da resistência aos Europeus desde o século XVI procura assim rejeitar as teses da ilha despovoada e desconhecida dos Africanos, no momento da chegada dos Portugueses.

Se estas teses constituíram, durante o período colonial, um instrumento eficaz da historiografia oficial portuguesa para alimentar os mitos da ideologia então dominante, elas estão hoje ultrapassadas. Inversamente, não são de aceitar as histórias africanas, igualmente marcadas por uma carga nacionalista quase caricatural que, recorrendo aos mesmos modelos de interpretação utilizados pela história colonial, comprometem a elaboração de explicações rigorosas do passado dos povos africanos sujeitos à dominação colonial portuguesa.

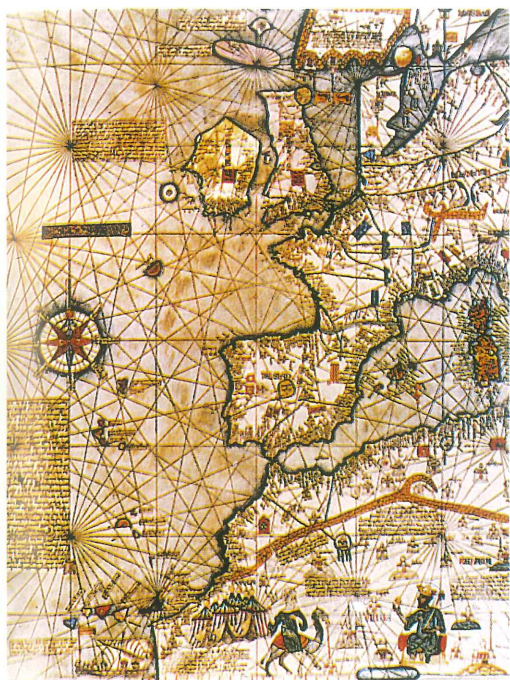
---

[51] BRASIO, documentos de 1595, vol. III, 1953, pp. 521-523 e 524.

[52] *Id., ibid.*, pp. 521-522.

[53] Sobre a fixação desta figura lendária ver LIMA, Lopes de, 1844, e NEGREIROS, Almada, 1895. Esta criação recente de um laço ligando os Angolares a Amador — transformado em herói-epónimo do grupo —, que os documentos históricos até hoje conhecidos ignoram, exige um estudo particular no qual estamos neste momento empenhados.

A anterioridade da presença dos Angolares na ilha de São Tomé revela-se um falso problema, herdeiro dos princípios caducos de uma historiografia portuguesa hoje arcaizada e arcaizante, que procurava justificar as ideias e os comportamentos portugueses na relação com os outros, recorrendo ao velho argumento da prioridade portuguesa no processo da expansão.

A génese e a consolidação de um espaço africano novo, nascido nos finais do século XV, não se reduz à questão «de quem chegou primeiro». Livres ou escravos, são os Africanos vindos do continente — entre os quais aqueles que mais tarde serão designados por Angolares —, associados a Europeus e Mestiços que realizam o povoamento das ilhas, contribuindo, graças ao seu trabalho, para a socialização definitiva do arquipélago de São Tomé e Príncipe.

53. ***Portugal, a Europa e o Mediterrâneo em 1375***

54. ***Comércio atlântico e comércio mediterrânico (1563)***

A representação da fortaleza de São Jorge da Mina, símbolo do comércio atlântico africano, está associada a um pormenor alusivo ao comércio transariano.

CAPÍTULO III

AÇÚCAR E ESCRAVOS: A SOCIALIZAÇÃO DO ESPAÇO INSULAR

É hoje normalmente aceite a ideia de que a expansão portuguesa não foi exclusivamente obra dos Portugueses. Efectivamente, se estes forneceram os quadros político e administrativo, não é menos verdade que tiveram de recorrer a técnicas, conhecimentos, capitais e especialistas estrangeiros. Assim, a colonização das ilhas atlânticas não pode ser explicada unicamente como consequência dos interesses económicos de Portugal.

Tal facto não põe em causa nem a originalidade do projecto português, nem a capacidade portuguesa para reconhecer e utilizar os meios técnicos mais apropriados aos objectivos em vista e os homens mais aptos para os aplicar e desenvolver. Nem tão-pouco reduz a responsabilidade portuguesa na estruturação de mecanismos de exploração das populações africanas sujeitas, desde os finais do século XV, ao duro trabalho da cultura da cana e da produção do açúcar.

Por outras palavras, no momento inicial da construção de uma economia-mundo capitalista, se a Europa delega na Península Ibérica, e em Portugal em especial, com quem mantém relações económicas, comerciais, culturais seculares, as tarefas do descobrimento de

mundos que desconhece, ela irá participar e dirigir também as formas de exploração económica organizadas nas regiões recentemente encontradas.

São Tomé e Príncipe não constituem, neste momento da história do mundo, apenas um espaço importante da expansão portuguesa em África. São também um elemento essencial do sistema capitalista mundial em formação, apresentando-se como centros de «experimentação» de formas de colonização não inteiramente originais, porque oriundas de outros espaços e de outros tempos, mas organizadas numa perspectiva inédita. As duas ilhas aparecem sobretudo como os primeiros espaços do mundo onde os Africanos, livres ou escravos, contribuíram de forma dinâmica e definitiva para a construção de sociedades novas.

1. O açúcar, a Europa e a África

O interesse português pelo desenvolvimento da produção açucareira em São Tomé explica-se pela existência de uma crescente procura deste produto nos mercados europeus, já que o consumo do açúcar se foi progressivamente alargando a uma população mais numerosa, que o utilizou para substituir o mel — produto doce até então mais consumido —, graças a uma melhoria das condições de vida, na Europa [1].

Por esta razão, os investimentos neste domínio garantiam a obtenção de lucros rápidos e importantes desde que se verificassem as condições necessárias à estruturação de um sistema em que os custos da produção e da circulação da mercadoria fossem suficientemente baixos. A distribuição portuguesa na Europa era assegurada pelos canais comerciais existentes e pelo sistema das feitorias, que ligavam Portugal aos outros centros nevrálgicos do comércio europeu, situados principalmente na Europa do Norte [2].

---

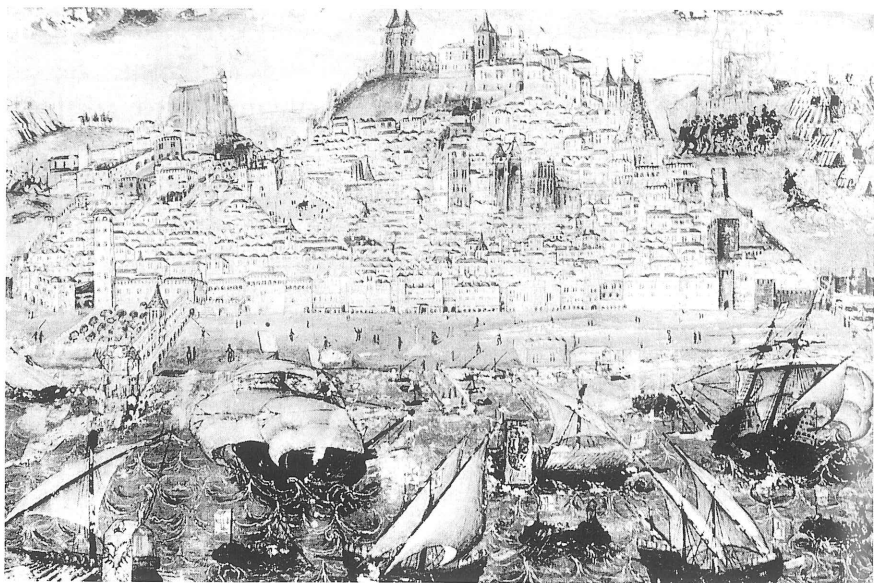
[1] Sobre esta questão ver a obra de GODINHO, V. M., 1962, 1963-1965, 1990, e PARREIRA, 1952.

[2] Ver RAU, 1984, pp. 141-199.

55. ***Génova nos finais do século XV***

Grande empório mundial, Génova fornece técnicos e capitais à expansão portuguesa e à colonização das ilhas do Atlântico, da Madeira a São Tomé. Uma lenda tenaz «obriga» Cristóvão Colombo a ser originário desta cidade.

Centro nevrálgico do comércio europeu, Antuérpia, onde se situava a mais importante feitoria portuguesa de então, assegurava, na Europa, a redistribuição dos produtos vindos da África e do Oriente.

56. ***Antuérpia em 1515***

57. ***Lisboa por volta de 1520***

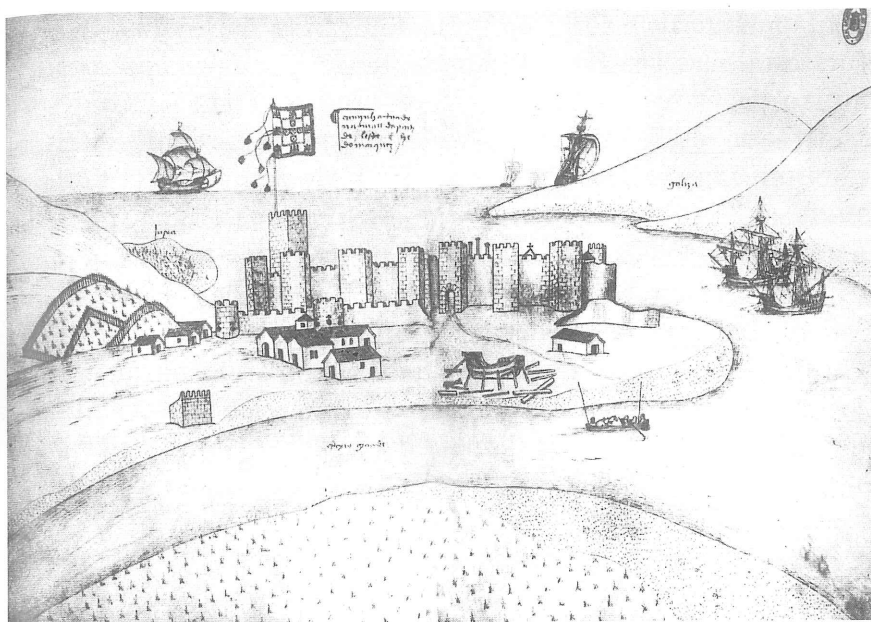
Compare-se com as gravuras representando Génova e Antuérpia. O ponto de vista é o mesmo, mostrando o porto e as embarcações no primeiro plano.

A lucrativa experiência madeirense estimulava o empreendimento em outras regiões insulares. O sistema de produção era bem conhecido dos Portugueses e o problema do transporte do açúcar estava assegurado.

Efectivamente, desde o início da expansão — em que participam homens e capitais estrangeiros —, os Portugueses tentaram diversificar as suas relações comerciais com os povos extra-europeus, em particular africanos e asiáticos, levando mercadorias europeias e procurando trocá-las junto destes por produtos necessários à economia europeia, como é o caso do ouro e também das especiarias [3]. A rede dos transportes teve de ser organizada cedo, graças ao desenvolvimento da construção naval em vários portos da costa portuguesa, de Lisboa a Caminha [4], assim como aos portos algarvios.

---

[3] Ver GODINHO, V. M., 1963-1965.

[4] A Ribeira das Naus lisboeta está associada ao Paço e à Casa da Índia, pondo em evidência o laço tecido entre o poder político, a construção naval e o comércio a longa distância.

58. ***A construção naval em Caminha nos princípios do século XVI***

Embora menos denso, este urbanismo respeita as regras existentes nas grandes urbes europeias.

Resolvidos os problemas da distribuição e da circulação do açúcar, havia que aumentar o volume e a qualidade da produção. Por outras palavras, o desenvolvimento da produção açucareira de forma rendível só era possível se os Portugueses pudessem dispor de uma mão-de-obra abundante, barata e potencialmente passiva, essencial à cultura da cana, que, como todas as mono-culturas de tipo industrial, é grande devoradora de força de trabalho.

A África era para os Europeus a fonte de mão-de-obra para a produção de açúcar, sendo bem conhecido o comércio de escravos negros que os Árabes levavam para o Mediterrâneo [5]. A partir do século XV, ao tráfico árabe acrescentou-se um segundo eixo de comércio de escravos negros africanos promovido e desenvolvido pelos Europeus [6].

---

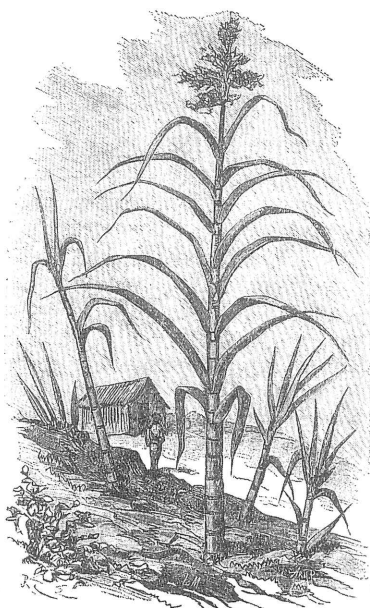
[5] Ver DEVISSE, 1972, HEERS, 1963, MAUNY, 1967, e VERLINDEN, 1983.

[6] Ver CARREIRA, 1978, CURTIN, 1969, e GODINHO, 1965.

Por volta de 1450, um certo Lançarote de Freitas, recebedor das alfândegas reais de Lagos, funda uma companhia para o tráfico da Guiné. Na década de 1460, esta Casa da Guiné foi transferida para Lisboa juntamente com a Casa de Arguim, anteriormente fundada em Lagos, dando origem a uma Casa única intitulada Casa da Guiné e da Mina. Nos primeiros anos do século XVI, a importância do comércio português no Índico impôs uma nova reorganização do sector, conduzindo à criação da Casa da Guiné e Índia — ou simplesmente Casa da Índia —, que se tornou a instituição centralizadora de todo o comércio ultramarino [7]. A importância crescente da compra e venda de escravos leva a autonomizar este comércio que é confiado à Casa dos Escravos, instituição independente da Casa da Índia.

Sabia-se também que, no Oriente, a cultura da cana e a produção do açúcar assentavam no trabalho escravo [8].

É, pois, provável que os Portugueses tivessem decidido experimentar a cultura da cana nas ilhas atlânticas, quando os primeiros navegadores começaram a trazer para Portugal os escravos «raziados» na costa de África [9].

Açúcar e escravos eram pois inseparáveis. E a existência de uma mão-de-obra tão próxima, abundante e barata garantia o êxito da monocultura da cana na ilha de São Tomé.

59. ***A cana-de-açúcar na Índia***

[7] Sobre a estrutura e poderes da Casa da Índia ver a síntese feita por MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal,* vol. II, Lisboa, Palas Ed., 10.ª ed., 1984, pp. 70-72.

[8] Sobre o açúcar no Oriente ver GODINHO, V. M., 1966, pp. 472-478.

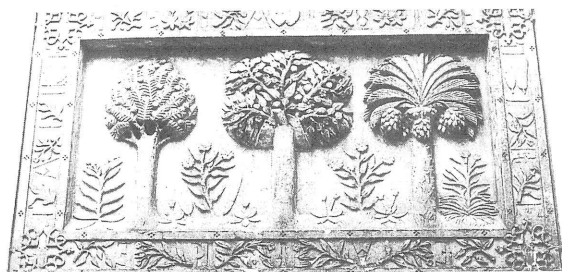
[9] ZURARA (1453), 1972, cap. XII e seguintes, descreve a forma como, desde 1440, os Portugueses capturavam os Africanos que escravizavam. Relata igualmente a chegada destes a Lagos e a sua distribuição (cap. XXIV-XXV).

Desde os primórdios da colonização da ilha, D. João II concede aos seus habitantes o privilégio de irem traficar escravos na costa africana para além da Mina [10], o que permitiu o rápido desenvolvimento de uma «indústria» açucareira dinâmica, que durante um século manteve o interesse financeiro da economia santomense.

Se os factores assinalados determinaram a estruturação de um sistema de monocultura da cana e de produção do açúcar, a existência de condições naturais favoráveis facilitou a concretização do empreendimento [11].

2. A natureza africana e a monocultura da cana sacarina

À primeira vista, as ilhas de São Tomé e Príncipe, de aspecto montanhoso e cobertas por uma exuberante vegetação, não parecem ser o espaço geográfico-morfológico mais adaptado à monocultura.

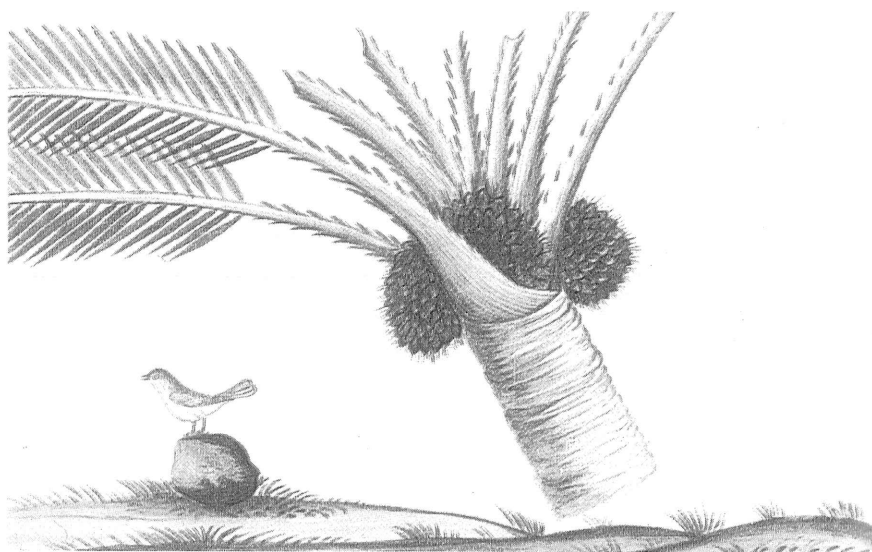
Desde o seu achamento, os navegadores europeus manifestam a sua perplexidade perante a flora do arquipélago, sobretudo de São Tomé — a ilha mais referenciada nos textos quatrocentistas e quinhentistas. Em 1506, Valentim Fernandes descreve uma ilha cheia de arvoredo formado por «árvores que nunca perdem a folha... muito

60. ***As palmeiras — sinal gráfico europeu para designar as regiões tropicais***

Neste trabalho de um entalhador francês foram concentrados três exemplos de palmeiras, árvores de além-mar, da América, da África, da Ásia.

---

[10] MATTOS, Cunha (1842), 1916, p. 109.

[11] Nas ilhas de Cabo Verde onde os Portugueses já tinham experimentado um modelo idêntico de colonização, as más condições naturais das ilhas impediram a cultura da cana sacarina, bem como a adaptação de algumas plantas introduzidas pelos Portugueses e que rapidamente se desenvolveram em São Tomé. (Ver TENREIRO, F., 1956).

grossas direitas e altas» [12]. Esta característica não pode deixar de intrigar o autor alemão, tão diferente é a situação na Europa, onde a maior parte das árvores respeita o ritmo das estações, perdendo as folhas entre o Outono e a Primavera. Cerca de quarenta anos mais tarde, o Piloto Português caracteriza de forma idêntica, mas com mais rigor, a flora santomense. Começa este autor por ver «um bosque copadíssimo, com árvores viçosas e tão grandes que parecia tocarem no céu; eram de diversas castas, porém estéreis e os seus ramos diferentes, do que o são entre nós... [já que] aqui sobem todos para cima» [13], referindo também o carácter impenetrável da ilha provocado pela espessura e densidade da cortina vegetal e pelo «alcantilado» do relevo [14].

61. ***A palmeira-dendem***

Originária da costa ocidental da África, esta palmeira a que os Santomenses chamam «palmeira-do-andim» — o dendem brasileiro —, que surpreendia os Europeus devido ao ruivo violento dos cachos maduros, desempenha um papel fundamental na economia das sociedades africanas, desde S. Luís do Senegal até Benguela, em Angola, estendendo-se para o interior, até às proximidades do Lago Vitória. Produz ela o óleo ou azeite tanto utilizado na alimentação, como na fabricação de sabão.

---

12 FERNANDES, V. (1506), 1951, p. 128.

13 PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., pp. 50-51.

14 *Id., ibid.*, p. 65.

Em 1680, Cadornega descreve a palmeira «que há nestes reinos de Angola», a flor, os frutos, os vinhos de «três castas que dela tiram os vinhateiros (trepadores) a que chamam Emgemas».

62. ***«O que é a palmeira e o préstimo que tem»***

A referência à esterilidade das árvores é talvez o elemento mais singular desta descrição quinhentista. Mostra ela que os Portugueses parece não considerarem como árvores as palmeiras [15] que se encontram em toda a ilha e que produzem tâmaras, mesmo se estas não são tão boas como as do Levante, que pareciam gozar das preferências comerciais e gustativas dos Portugueses [16].

Como em outros lugares, os Europeus sentem-se derrotados por uma natureza sem nome [17], já que não há sequer habitantes que possam decifrar o mistério. Cedo procuram transferir de Portugal um certo número de plantas, começando pelas plantas simbólicas, o trigo, a videira e a figueira, a que se juntam outras árvores de frutos correntes em Portugal, como limoeiros, laranjeiras, cidreiras, pessegueiros,

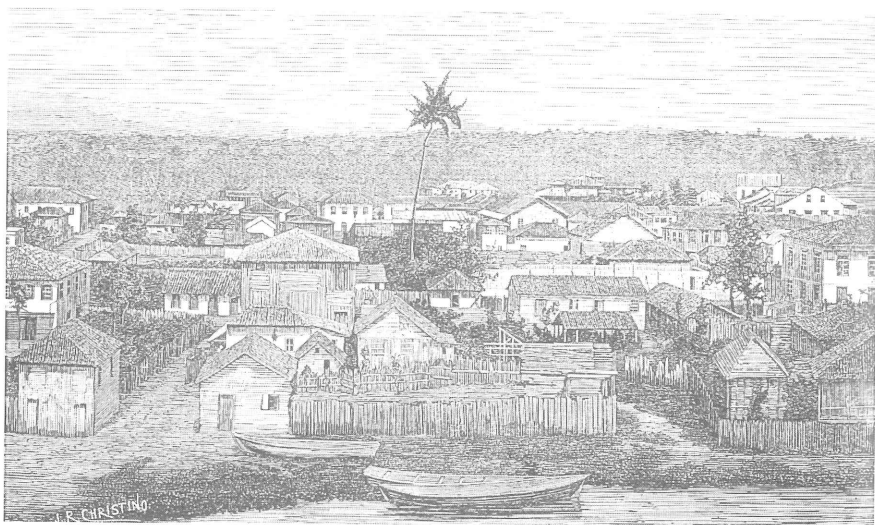
[15] O PILOTO PORTUGUÊS consagra o cap. XVII (pp. 61-68) «às árvores desta ilha e da utilidade da palmeira que produz cocos», referindo que se trata de uma planta que os Portugueses «ali levaram da costa da Etiópia... que produz os frutos a que eles chamam cocos e na Itália nozes da Índia, cuja amêndoa... é de um gosto delicadíssimo e da água que se contém dentro do coco se servem por mil maneiras, por ser de um sabor muito suave». Trata-se do coqueiro, que desde então orla inúmeras praias do arquipélago.

[16] Ver Valentim FERNANDES (1506), 1951, p. 126.

[17] Sobre esta questão ver MARGARIDO, A., 1989.

amendoeiras, além de outras correntemente utilizadas na alimentação portuguesa [18]. Seja como for, o leque das novas plantas não é muito alargado, mas assinala a determinação dos Portugueses de reduzir o espaço das plantas sem nome e por isso sem utilidade, para as substituir pelas plantas pertencentes ao catálogo botânico europeu [19].

Mas é sobretudo a introdução da cana sacarina que vai provocar uma modificação sensível da natureza santomense, nas regiões mais próximas do litoral norte e nordeste da ilha: para instalar as plantações de cana-de-açúcar e os homens indispensáveis à produção e ao comércio do açúcar, os Europeus são obrigados a abater as árvores, de forma a disporem de espaços amplos e pouco acidentados necessários à monocultura e à criação de uma «grande cidade, a que chamam Povoação» [20].

Tanto no norte como no nordeste, São Tomé apresentava boas condições para a cultura da cana. As terras eram baixas subindo lentamente em direcção a um interior montanhoso, rico em vegetação

63. ***A cidade de São Tomé***

Em 1525, a Povoação é elevada a cidade, por carta régia, passando a chamar-se Cidade de São Tomé.

---

[18] Ver Valentim FERNANDES (1506), 1951, pp. 126, 128, 134, 136 e 140.

[19] Ver HENRIQUES, I. Castro, 1989a.

[20] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., p. 51.

necessária à alimentação dos fornos indispensáveis à produção do açúcar e de onde corriam múltiplos «rios... uns maiores, outros menores... com água [dos quais] os negros regam os campos aonde estão as canas de açúcar» [21]. Também o litoral desta região, recortado e baixo, de boas baías e praias, facilitava o acesso dos navios e permitia um fácil escoamento do açúcar e das demais mercadorias.

Se acrescentarmos a estes dois factores, a existência de uma terra fértil «de cor avermelhada e amarela, gorda... [que] produz bem quanto se lhe planta» [22], e um clima quente e húmido, de pluviosidade moderada, temos reunidas as condições mais propícias para o desenvolvimento da economia açucareira.

Desde o início da colonização das ilhas, os Portugueses, à semelhança do que tinham feito nas ilhas do Atlântico norte, procederam à transferência da cana sacarina, *Saccharum officinarum L.* Esta planta, provavelmente originária da Ásia do Sudeste, teria sido introduzida, bem como a «indústria» do açúcar, pelos Árabes na bacia mediterrânica. Embora a cultura da cana e o fabrico do açúcar fossem praticados na Península Ibérica e, em particular, no sul de Portugal, os Portugueses levaram a planta da Sicília para a ilha da Madeira e daqui, no último quartel do século XV, para São Tomé, acompanhada pelos mestres do açúcar [23]. Só mais tarde, no princípio do século XVI, a planta foi transferida para a ilha do Príncipe.

Em 1485, o rei regulamenta, em carta dirigida ao primeiro donatário da ilha de São Tomé, os impostos que devem ser pagos à Coroa sobre o açúcar exportado [24]. Nove anos mais tarde, em 1494, D. João II, fornecendo a Jerónimo Munzer informações sobre a ilha, cita a existência de «plantações de cana de açúcar e que as canas crescem três vezes mais que na ilha da Madeira e que produzem bom açúcar» [25].

---

[21] *Id., ibid.,* p. 66.

[22] *Id., ibid.,* p. 64.

[23] É LIMA, Lopes, 1844, parte 2.ª, p. 5, que assinala a proveniência madeirense da cana introduzida em São Tomé. O PILOTO PORTUGUÊS, s. d., p. 57, confirma a presença dos mestres madeirenses.

[24] MATTOS, Cunha (1842), 1916, p. 111.

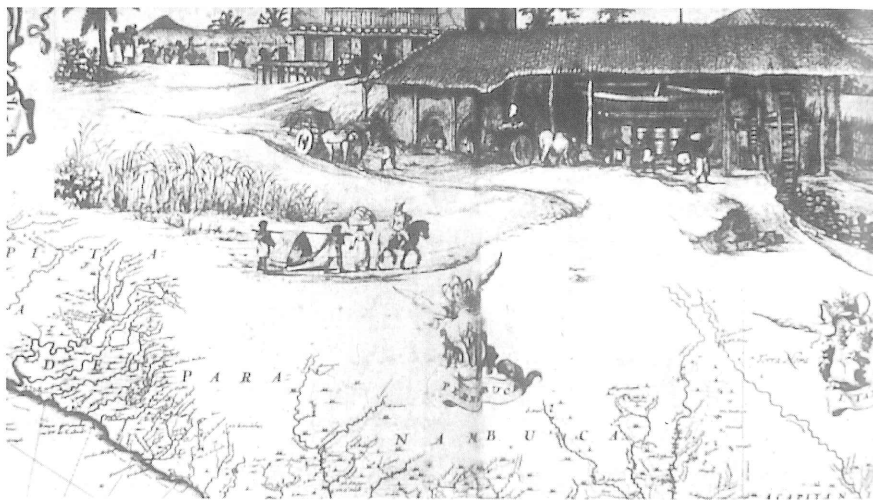
[25] BRASIO, vol. IV, 1954, p. 18.

Em 1506, Valentim Fernandes sublinha a intensificação da cultura [26] e, em 1529, D. João III ordena ao feitor da ilha, João Lobato, a construção de doze engenhos novos, devendo prosseguir a exploração dos engenhos já existentes [27].

O rápido desenvolvimento da monocultura da cana sacarina altera a natureza das regiões onde se instalam as plantações, dando origem a um sistema complexo de produção e comercialização do açúcar.

3. As novas formas de organização do espaço: engenho, escravatura, produção e comércio do açúcar

a) *O engenho*

O engenho, célula-base de todo o sistema produtivo, não significava exclusivamente o moinho onde decorriam algumas fases da produção do açúcar, como literalmente se pode supor, mas designava

64. ***Engenho de açúcar brasileiro (século XVII)***

Engenho brasileiro situado na capitania de Pernambuco, representado por um soldado holandês. As técnicas são as mesmas, qualquer que seja o colonizador. Engenhos santomenses ou brasileiros assentam no mesmo regime de propriedade da terra: a «sesmaria» e a exploração do trabalho escravo.

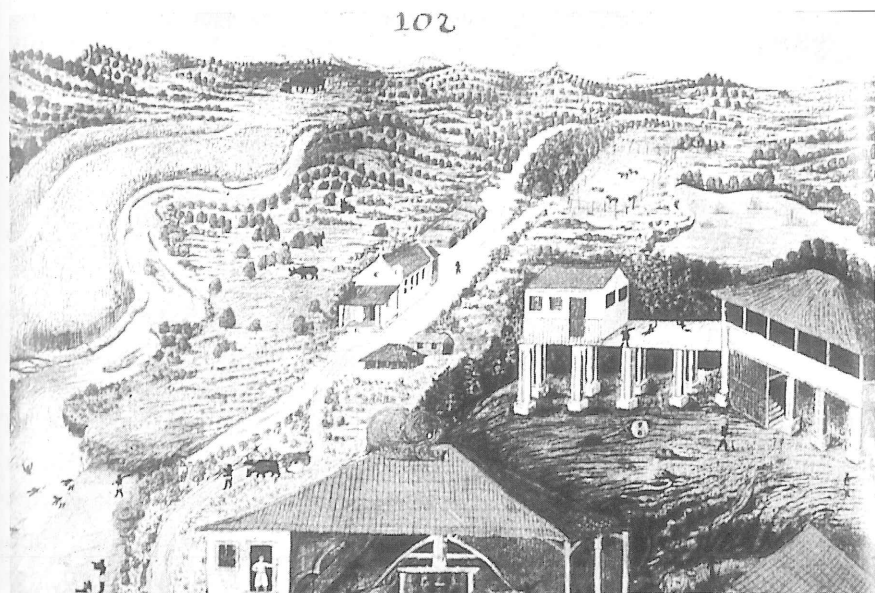
---

[26] FERNANDES, V. (1506), 1951, p. 140.

[27] BRASIO, vol. I, 1952, p. 508.

um conjunto complexo de construções, espaços e homens indispensáveis ao processo de produção. Tal como escrevia Filippo Pigafetta em 1591, tinha a aparência de uma «aldeia, com talvez 300 pessoas a esse serviço ordenadas» [28].

O engenho era assim o conjunto constituído pelo moinho, elemento central deste sistema económico, pelas casas de madeira do proprietário e dos mestres do açúcar, situadas em redor do moinho, pelas habitações dos escravos, mais afastadas, na orla da floresta circundante, rodeadas de uma pequena horta, pelos edifícios necessários ao fabrico e à armazenagem do açúcar e às outras actividades indispensáveis à vida da população, e ainda pelas plantações de cana sacarina, situadas nos campos mais férteis e melhor irrigados.

Mesmo se Valentim Fernandes nos fornece uma descrição minuciosa dos diferentes cursos de água existentes sobretudo a norte

65. ***Engenho e paisagem circundante no Brasil seiscentista***

Vista em «plongée», de maneira a abarcar a totalidade do espaço, salientando a zona do canavial — à direita do espectador — da zona de pasto dos quadrúpedes — à esquerda do curso de água onde se banham os escravos. O espaço do engenho está nitidamente separado da Casa Grande, que não aparece na pintura.

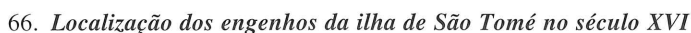
---

[28] PIGAFETTA, F. (1591), 1951, p. 24.

e nordeste da ilha, assinalando aí a presença de núcleos populacionais [29], o conhecimento da localização exacta dos engenhos é difícil, devido ao parco rigor das poucas informações dadas pelos documentos da época.

Quanto ao número de engenhos, que variou, de forma geralmente crescente, ao longo do século XVI, é referido nas fontes existentes, salientando o Piloto Português a existência de sessenta engenhos em meados do século [30]. É a partir deste número, dos elementos anteriormente fornecidos por Valentim Fernandes e das referências contidas num mapa inserido num *Atlas* publicado em Amsterdão,

66. ***Localização dos engenhos da ilha de São Tomé no século XVI***

---

[29] FERNANDES, V. (1506), pp. 122, 128-130.
[30] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), p. 55.

em 1602, e elaborado com base em outro datado de 1597, que assinala doze moinhos de água, que Francisco Tenreiro traçou uma carta da ilha no final do século XVI, com a localização de dezasseis engenhos certos e catorze prováveis [31].

Como se formaram estes «domínios», no interior dos quais se articulava um duplo sistema de produção: por um lado, uma produção agrícola destinada a subsistência da mão-de-obra escrava e ao aprovisionamento dos navios e, por outro, a monocultura da cana e o fabrico do açúcar?

A Corte portuguesa, empenhada em assegurar o povoamento e a exploração económica destes novos territórios, criou as «capitanias», atribuídas pelo rei de Portugal a um capitão-donatário que gozava de largos poderes económicos, jurídicos, administrativos, sendo obrigado a conceder a terra a colonos, com o objectivo de assegurar o povoamento. Estas concessões ou «sesmarias», faziam-se segundo um processo enfitêutico corrente no sul de Portugal, desde a segunda metade do século XIV: os colonos recebiam as terras com direitos de exploração e de propriedade, mas eram obrigados a povoá-las e a cultivá-las num prazo de, geralmente, cinco anos, sob pena de as perderem, regressando estas à posse do capitão-donatário que as entregava a outro colono [32]. Deviam também pagar regularmente ao donatário um imposto, as redízimas, isto é, 10% da dízima, imposto correspondente à décima parte da colheita anual da terra que exploravam.

No início da colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe, o regime de propriedade assenta na «sesmaria» que, deste modo, está na origem das grandes explorações agrícolas centradas na cultura da cana e na produção do açúcar, «principal negócio dos habitantes», como sublinha, em meados do século XVI, o Piloto Português, referindo-se à ilha de São Tomé [33].

O negócio do açúcar desenvolveu-se rapidamente ao longo do primeiro quartel do século XVI, permitindo a obtenção de lucros

---

[31] TENREIRO, F., 1961, p. 66.

[32] Ver BRASIO (1485), vol. I, 1952, pp. 50-51, e MATTOS, Cunha (1842), 1916, doc. de 1524, p. 119

[33] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 625.

fáceis. O que levou alguns dos responsáveis de São Tomé a cometer abusos contra os colonos e contra os direitos da Coroa, utilizando a sua posição e os seus poderes para beneficiar do lucrativo comércio do açúcar [34].

Também a Coroa portuguesa não podia ficar indiferente face a tão rendoso negócio, pelo que decidiu passar a intervir directamente na produção da cana e a controlar, de forma apertada, a exportação do açúcar.

Assim em 1522, o capitão-donatário acusado de corrupção é expulso, sendo nomeado pelo rei um governador para gerir as ilhas, em nome da Coroa, de acordo com os interesses da Corte portuguesa [35].

Algumas medidas destinadas a assegurar o desenvolvimento do comércio do açúcar são igualmente tomadas. Entre elas contam-se aquelas que apoiam a construção de novos engenhos para o aumento da produção; autorizam todos os navios a transportar o açúcar santomense, mediante o pagamento de taxas no momento do embarque em benefício da Coroa [36] e procuram atrair a São Tomé novos colonos, portugueses ou estrangeiros. É o que refere o Piloto Português: «logo... que algum negociante de Espanha ou de Portugal ou de qualquer outra nação vem aqui habitar, é lhe assinado pelo feitor del-rei, por via de compra e por preço cómodo, tanto terreno quanto lhe parece que tem modo de fazer cultivar, e este compra logo uma porção de negros e os põe a fabricar o dito terreno, isto é, a arroteá-lo...» [37].

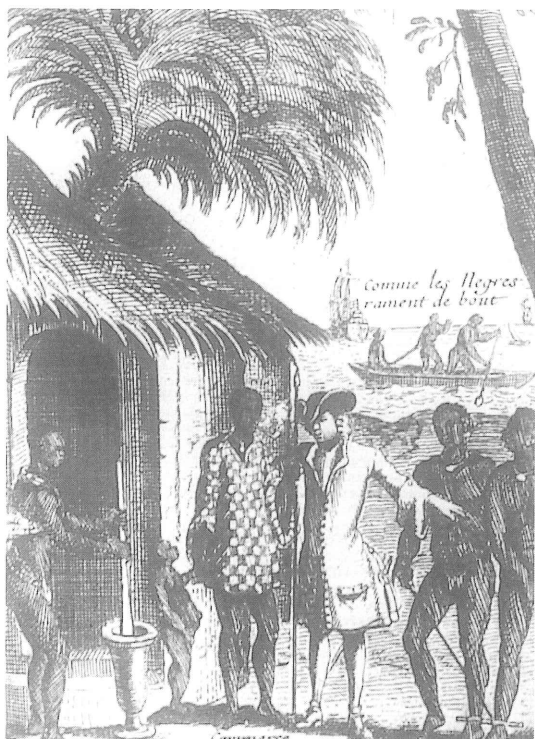
Estes novos proprietários, cujos interesses económicos coincidem com os da Coroa portuguesa, investem pois os seus capitais na compra de terras para a plantação da cana, na construção de engenhos e na compra de escravos, assegurando o rápido desenvolvimento da indústria açucareira.

---

[34] Sobre esta questão ver MATTOS, Cunha (1842), 1916, e LIMA, Lopes, 1844.

[35] Ver nota 19.

[36] Situação nova relativamente àquela que se verificava desde 1485 (MATTOS, Cunha, 1916, doc. 1485, pp. 110-111). Ver, por exemplo, BRASIO, docs. de 1529 e 1531, vol. I, 1952, pp. 505-518 e 547-553 e também MATTOS, Cunha, 1916, doc. de 1524, p. 120.

[37] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., p. 59.

67. ***A compra de escravos no litoral africano (século XVII)***

A gravura chama também a atenção, no segundo plano, para a técnica utilizada pelos «remadores de pé».

b) O trabalho escravo

Em meados do século XVI, o Piloto Português dá-nos indicações fundamentais para compreender o sistema de trabalho organizado pelos Europeus em São Tomé [38]: «Cada habitante compra escravos negros com as suas negras... e os emprega aos casais em cultivar as terras para fazer as plantações e extrair os açúcares. E há homens ricos que possuem cento e cinquenta, duzentos e até trezentos entre negros e negras, os quais têm obrigação de trabalhar toda a semana para o seu senhor, excepto ao sábado, que trabalham para si, e nestes dias semeiam milho zaburro,... as raízes de inhame e muitas hortaliças

---

[38] Sobre esta questão, ver HENRIQUES, I. Castro, 1987.

oficinais...» [39]. Este autor quinhentista acrescenta ainda que «o senhor não dá coisa alguma àqueles negros,... eles trabalham toda a semana para ele e o sábado só para si; nem mesmo faz despesa em dar-lhes vestidos, nem de comer, nem em mandar-lhes construir choupanas, porque eles por si mesmos fazem todas estas coisas...» [40].

125

NAVIGATION DA LISBONA ALL'ISOLA DI ſanThomè poſta ſotto la linea dell'equinottiale ſcritta per vn pilotto Portogheſe, & mandata al Magnifico Conte Rimondo della torre gentilhuomo Veroneſe, & tradotta di lingua Portogheſe in Italiana.

Vanti ch'io mi partiſſi da Venetia come ſa V. S. il Signor Hieronimo fracaſtor mi impoſe per ſue lettere da Verona, che giunto ch'io ſuſſi in villa di Conde doueſſi tranſcriuergli d'alcune mie memorie, ch'io hauea detto à V. S. hauere appreſſo di me, tutto il viaggio che noi pilotti faciamo all'iſola di s. Thomè, quando vi andãmo à caricar zuccheri, conciosia coſa che l'andar fino ſotto la linea dell'equinottiale, doue è detta iſola, li pareua coſa mirabile, & degna che ciaſcuno huomo ſtudioſo la intendeſſe. V. S. poi anche al partir mio me ne pregò. per laqual coſa giunto che ſui qui, mi poſi ſubito à tranſcriuer detto viaggio, cõmunicatolo anche con alcuni miei amici ſtati altre fiate in quello. Dapoi hauendolo riletto, & penſatoui ſopra, ĩmediate mi ſon accorto che queſte tal mie ſcritture non eran degne d'eſſer lette da vn coſi grande, & eccellente huomo in ſcientie come è il Signor Hieronimo, del che me ne hãno fatto troppo gran teſtimonianza li libri cõpoſti per quello, che V. S. mi donò al partir mio da Venetia, & però era al tutto deliberato di metterle da parte, nõ le laſciando veder d'alcuno. ma l'hauermi di nuouo V. S. replicato di q̃ſto tal mio debito, mi ha miſſo nell'animo vn troppo grande ſtimolo, & fattomi conoſcere, che non obediendo alli ſuoi preghi, che mi ſono comandamenti, io pareria diſconoſcente di tanti beneficij, & corteſie riceuute da quella, che inuero ſono ſtate infinite, onde io ho eletto piu toſto d'eſſer riputato huomo di poco ſapere, & groſſo, che ingrato, & inobediente: & per queſto li mando alcune poche coſe, che altre volte io notai, & da diuerſi huomini, ch'erano ſtati alquanto fra terra ſopra l'Ethiopia inteſi, lequali, per eſſer io marinaro, & non pratico di ſcriuere, ſon deſcritte ſenza alcun'ordine, ouer ornamento. ſupplicando ambedue le Signorie voſtre, che poi che l'harãno lette, le voglian naſcondere, accio che queſto errore ch'io ho fatto ſolo per vbbidienza, & non per preſuntione, non mi rechi ogni giorno infiniti biaſimi.

Da Lisbona città principal del regno di Portogallo, qual dalli antichi fu chiamata Oliſippo gradi. 39. ſopra l'equinottial verſo il noſtro polo, ſogliono partir le naui che vanno à caricar zuccheri nell'iſola di ſan Thomè, il piu delle fiate nel meſe di ſebbraro, anchor che ĩ ogni tẽpo dell'anno ſe ne partino. nauicano p̃ vna quarta di Garbin verſo mezzo di fino all'iſole delle Canarie chiamate dalli antichi Fortunate. & arriuano all'iſola detta dalle Palme gradi ventiotto è mezo ſopra l'equinottiale: laqual è del regno di Caſtiglia, lõtana leghe. 90. da vn promontorio dell'Africa detto capo di Boiador, iſola molto abondãte di vini, carne, formaggi & zuccheri. Hanno fatto come giugneno à detta iſola da leghe. 250. che ſon. 1000. miglia. queſto parizzo è molto pericoloſo per eſſerui il mare alto, & fortuneuole in cadaun tempo dell'anno, & maſſime nel meſe di decembre. & ſopra aglialtri il vento da maeſtro, qual vien diſcoperto al diritto ſopra il mare, & nõ tocca terra in alcun loco, fa fortune grandiſſime. Da queſta iſola dalle Palme ſogliono prendere vn de duoi camini, cioè che ſe le naui ſi truouano fornite di peſci ſalati per il viuer loro (dellaqual vettouaglia fanno gran cõto di hauerne ſempre aſſai) vanno di lungo all'iſola del Sal, ch'è vna dell'iſole di Capo verde per cauſa di vn promontorio dell'Africa coſi detto al preſente. Queſta iſola è gradi ſedeci e mezo ſopra l'equinottial. & ſi va ſempre verſo alla quarta di Garbin. & arriuatiui hanno fatta dall'iſola delle palme à queſta dal Sal. 225. leghe, & con buon vento ſi fa queſto viaggio in 6. ouer 8. giorni. Queſta iſola è dishabitata per eſſer ſterile, ne vi ſi truouano altri animali ſe non capre aſſai ſaluatiche, & per eſſer di ſito baſſo con ogni poco di fortuna l'acqua del mare monta in alcune lagune & luochi baſſi, & come il Sole vien al tropico di cancro paſſandoui di ſopra perpendiculare, ſubito tutta ſi congela & fa ditto ſale. Il medeſimo interauiene in tutte l'iſole di Capo verde, & ancho in le Canarie. ma in queſta molto piu delle altre, & per queſta cauſa vien chiamata l'iſola del Sale. poi vi è quella di Bona viſta. & non molto lontan dalla detta vi è l'iſola di Maio. nellaqual vi è vna laguna lunga piu di due leghe, & altrotanto larga, tutta piena di ſale congelato dal Sole, doue ſi potrian caricarui mille naui, qual ſale è comune

68. ***Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé (c. 1545)***

Este texto de um piloto português anónimo, de que se conhece apenas a tradução ou mais provavelmente a versão italiana, constitui um documento essencial para o conhecimento da história de São Tomé no século XVI.

---

[39] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., p. 54.

[40] *Id., ibid.*, pp. 59-60.

Não se trata, como é evidente, de um regime de trabalho ditado por uma tolerância e por um humanitarismo específico dos Portugueses para atenuar o estatuto do escravo, que, na interpretação de Tenreiro, passaria a ser um «servo a quem se pedia trabalho, mas a quem, por outro lado, se permitia uma relativa liberdade na prática dos seus hábitos» [41]. Nem tão-pouco se trata de uma técnica portuguesa, mas, provavelmente, da adopção em São Tomé de um regime proveniente da África, que era certamente o mais rendível, assim como o mais capaz de permitir dispor de uma força de trabalho numerosa e auto-alimentada. Os Portugueses associados aos Africanos, teriam adoptado um regime de trabalho já praticado pelos Africanos na região do rio Grande, na costa ocidental africana, onde, tal como nos é referido por Valentim Fernandes, «os escravos... servem e ganham para seus senhores seis dias e sétimo ganham para si do que se hão de manter os seis dias» [42].

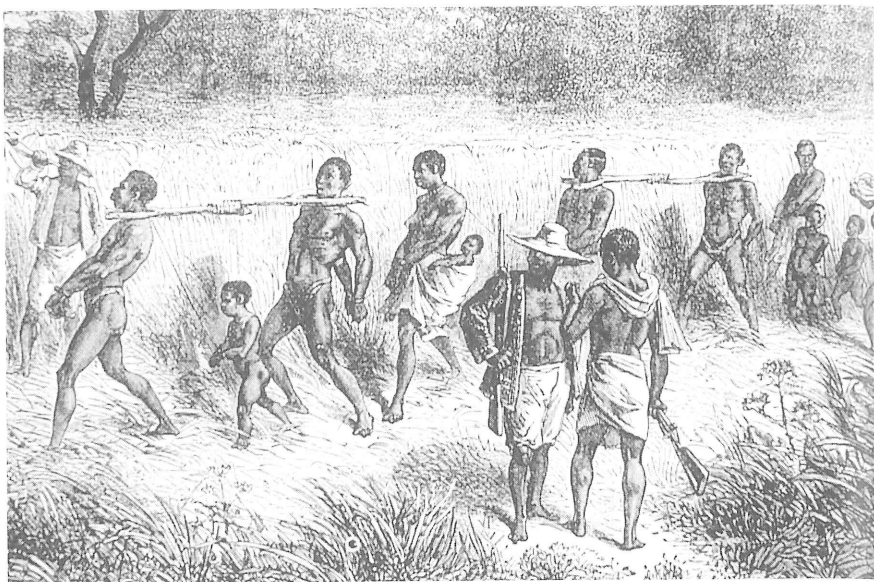
No que se refere à compra e à utilização dos escravos negros aos casais, não era uma prática exclusivamente portuguesa, neste século XVI, que marca o início da construção de uma economia--mundo capitalista. Neste momento, em que se não verifica ainda uma diferenciação real entre proprietários (das terras e dos escravos) e comerciantes, a procura de casais-escravos permite uma reprodução fácil e barata da mão-de-obra. A partir do século XVII, o comércio de escravos para as Américas torna-se uma actividade económica independente e altamente lucrativa. Essa situação leva as nações europeias e os respectivos governos coloniais, em sintonia com os interesses dos grandes comerciantes, a proibir o acasalamento dos escravos para estimular o comércio negreiro [43].

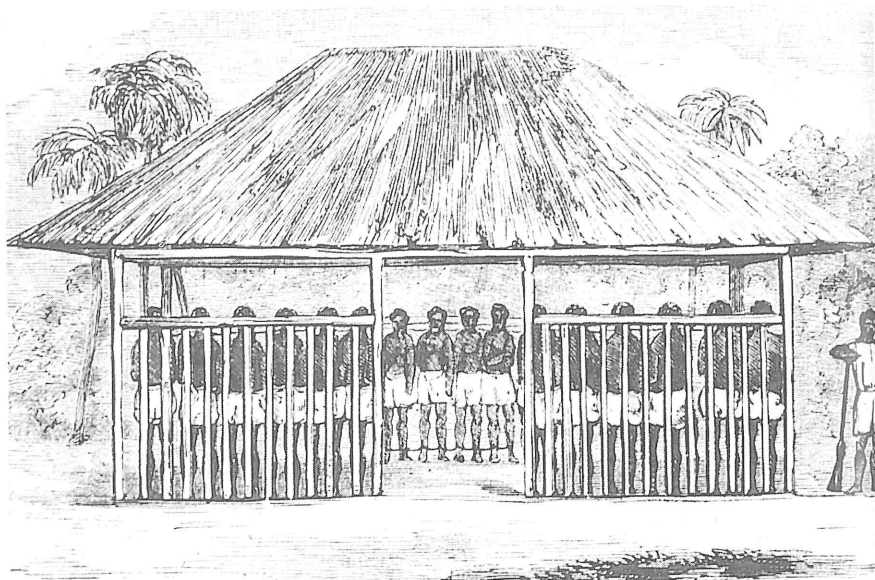
O Piloto, ao referir-se, em meados do século XVI, aos escravos armazenados na ilha de Santiago, salienta que os comerciantes que

---

[41] TENREIRO, F., 1961, p. 70.

[42] BRASIO, vol. I, 2.ª série, 1958, p. 684.

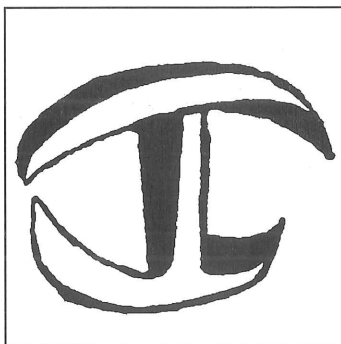
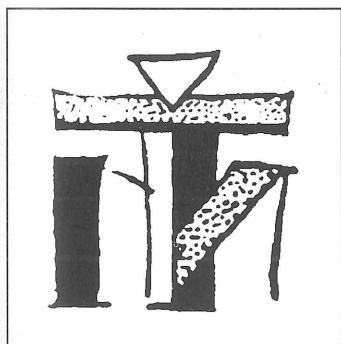
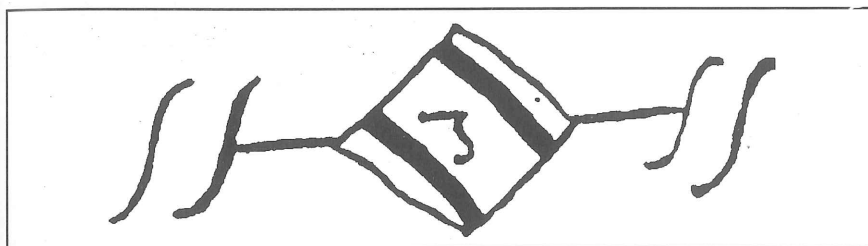
[43] Sobre a proibição das uniões entre escravos na América, situação que se verifica a partir do século XVII, ver, por exemplo, FABRE, M., 1978, MATTOSO, K. Q., 1979, GENOVESE, 1981.

69. ***Homens, mulheres e crianças eram transformados em mercadoria...***

Presos por forquilhas de madeira eram conduzidos para o litoral onde eram...

70. ***...armazenados em barracões***

Marcas de escravos; pormenor de uma folha de registo de escravos emancipados, 1841. Arquivo Nacional, Brasil.

Braço esq.do
O dto
SS Coxa esq.da
peito drt.o
peito drt.o
M do
braço drt.o
peito drt.o
O braço esquerdo
Coxa esquerda

71. ***Os escravos eram marcados com um ferro em brasa como os quadrúpedes (bois, burros, cavalos, éguas)***

Antes do embarque procede-se à marcação dos escravos de forma a que estes possam ser identificados pelos proprietários, já que, frequentemente, os navios transportam escravos pertencentes a diferentes traficantes.

72, 73 e 74. ***Ferros para marcar escravos utilizados em Angola***

aí os vão comprar para os transportar para a América espanhola «querem sempre ter tantos machos como fêmeas, porque os que depois lhos compram sempre os ajuntam aos pares, pois doutro modo não fariam bom serviço» [44].

É neste «bom serviço» que reside a questão central. A organização do trabalho escravo em São Tomé deve permitir ao proprietário o máximo de lucros e o mínimo de custos, pelo que:

1) o acasalamento dos escravos favorecendo uma estabilidade fisiológica e psicológica conduz a uma maior rendibilidade no trabalho;
2) a reprodução da mão-de-obra para a plantação e para o fabrico do açúcar estando assegurada diminui substancialmente a necessidade de aquisição de escravos no exterior;
3) a reprodução pode conduzir à existência de um excedente de mão-de-obra, tornando-se então o escravo uma mercadoria para o comércio negreiro, o que constitui outra fonte de lucro para o proprietário.

Quanto ao sistema de trabalho que permite ao escravo um dia livre por semana deve ser entendido numa perspectiva dinâmica, capaz de levar em conta os particularismos culturais e as exigências da organização da produção:

1) a capacidade de trabalho da mão-de-obra africana seria seriamente afectada por uma ruptura total das condições de vida anteriores: a passagem violenta do sistema de agricultura africano para um sistema de monocultura iria provocar danos físicos e psicológicos desfavoráveis à produtividade do trabalho, tanto mais que forçar os homens africanos, que deixavam às mulheres uma parte substancial da actividade agrícola [45], a trabalhar, quase exclusivamente, a terra era já certamente uma violência;

---

[44] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., p. 38.

[45] Todas as monografias consagradas às estruturas africanas sublinham a importância desta divisão sexual das tarefas, que de resto está presente nos mitos de criação da agricultura, como lembram HAUDRICOURT e HEDIN, *L'Homme et les Plantes Cultivées,* Paris, 1943.

75. ***A agricultura africana***

Fortemente ritualizada, a agricultura é um trabalho em que as mulheres desempenham um papel central.

76. ***Mulheres e celeiros***

A dimensão dos celeiros é um indicador do estatuto económico, social e político dos seus proprietários.

2) o facto de os escravos assegurarem totalmente as suas necessidades eliminava as despesas do proprietário com a subsistência da mão-de-obra utilizada nas plantações;
3) a monocultura da cana, indiscutivelmente a primeira fonte de lucros, encontrava-se associada à cultura de outras plantas — cultivadas em hortas — que, introduzidas quer do continente pelos Africanos, quer da América, da Europa e da Ásia pelos Europeus, necessitavam de mão-de-obra adaptada ao seu cultivo. Os Africanos, oriundos de um sistema produtivo baseado na agricultura, vão revelar-se indispensáveis também neste domínio, não só garantindo a sua própria alimentação, como também produzindo excedentes que revertem integralmente a favor do proprietário.

A cultura de horta é também uma prática africana que permitia ter à mão um conjunto de produtos para o consumo familiar. As terras agrícolas eram distantes das aldeias e os Africanos sempre rodearam as suas aldeias de pequenas hortas, como se verificou sempre nas economias de subsistência. Os Europeus utilizam o sistema nas plantações para a subsistência dos escravos, mas também para o seu próprio consumo e para o negócio. Um documento do século XVIII relativo às hortas urbanas da ilha do Príncipe mostra a utilização destas hortas não só pela população africana urbana mas também para alimentar o mercado local [46].

c) A cultura da cana e a produção do açúcar

Exigente em trabalho, a cultura da planta desenrolava-se ao longo de todo o ano, esgotando rapidamente uma mão-de-obra continuamente mobilizada para os inúmeros, longos e pesados trabalhos

[46] *Planta Iconográfica da Cidade de Santo António da Ilha do Príncipe,* de José António CALDAZ. AHU, Secção de Iconografia/Cartografia, n.º 174.

agrícolas, a que se acrescentavam as duras tarefas destinadas a transformar a cana em açúcar [47].

Depois de escolhido o local, iniciava-se, tal como na agricultura africana, o ciclo dos trabalhos agrícolas com o abate das árvores e a sua redução a cinzas, utilizadas depois como fertilizante da terra.

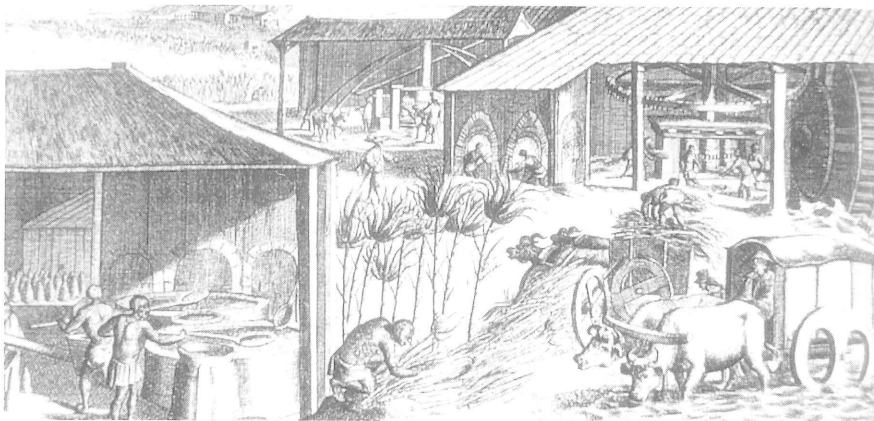
REPRÆSENTATIO AGRI-
CVLTVRÆ ET FRVCTVVM VARIORVM
ex terra naſcentium.

77. ***A preparação da terra para a plantação da cana sacarina***

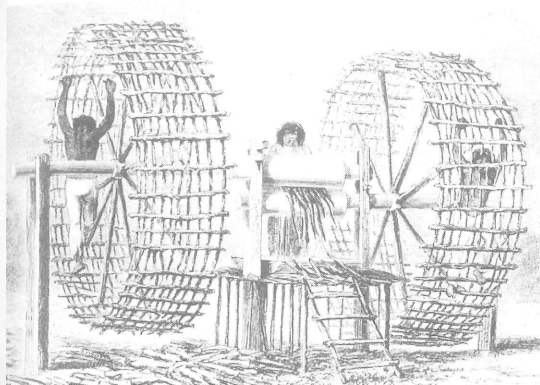
Preparar a terra para a agricultura — abate das árvores, queimada e fertilização da terra recorrendo às cinzas — é um trabalho masculino africano. Eram também os escravos que procediam à preparação dos terrenos destinados à plantação da cana sacarina.

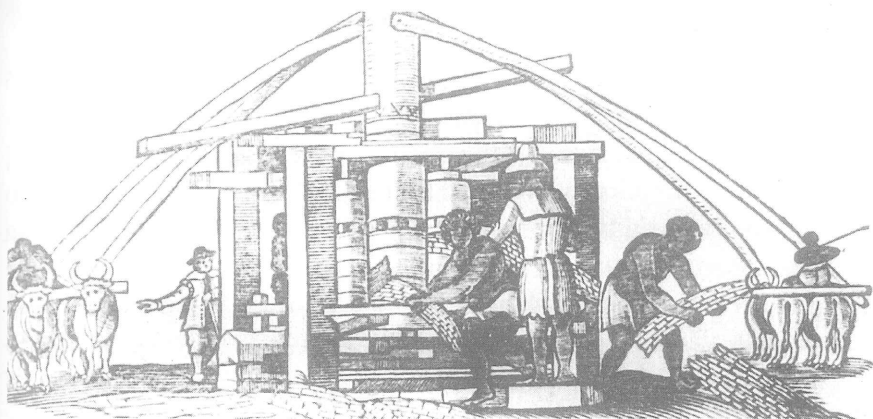
---

[47] O PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., pp. 54-56, descreve minuciosamente a cultura da cana e o processo de produção do açúcar.

Seguia-se o arroteamento das terras, plantando-se então as canas, cuja irrigação era assegurada pelos inúmeros cursos de água existentes, sendo o tempo de amadurecimento das canas de cerca de cinco meses. Estas eram então cortadas e transportadas pelos escravos, raramente por animais, para os moinhos, geralmente accionados pela energia hidráulica ou, no caso de não haver água,

78. ***A produção de açúcar na América nos finais do século XVI***

79. ***O trabalho do escravo no fabrico do açúcar***

Tal como na plantação o ritmo de trabalho é infernal.

Por vezes movidos a água ou por quadrúpedes (bois, mulas, burros ou «por cavalos», como refere o Piloto), eram geralmente accionados pelos escravos, em São Tomé, em meados do século XVI.

80. ***Trapiche ou moinho***

81. ***«...moem a cana e a pisam...»***

Nesta imagem, prensa de açúcar brasileira do século XVII.

82. ***Pães de açúcar e fabrico de melaço no Brasil setecentista***

pel«os braços dos negros e ainda... [por] cavalos» [48], tal como refere o Piloto Português na sua longa e minuciosa descrição do processo de produção do açúcar: «moem a cana e a pisam, deitam o suco em caldeiras grandíssimas e depois de fervido, o lançam em formas, em que fazem pães de quinze arráteis [49] e [os] purificam com cinza», sendo os resíduos das canas utilizados na alimentação dos porcos [50].

Depois de produzido o açúcar sob a forma de pães seguiam-se as fases de secagem e de armazenamento dessa mercadoria, de modo a não sofrer qualquer deterioração até ser embarcada para a Europa. Ora, os solos e o clima da ilha, húmido e quente, propícios à cultura da cana, não reuniam as características necessárias à produção de açúcares brancos e duros, como eram os da Madeira e da Sicília, os mais apreciados na Europa de então.

Para resolver este problema, os colonos de São Tomé não só fizeram apelo a mestres madeirenses como «imaginaram um método» para secarem os açúcares: «fazem um coberto alto de tábuas [...] todo fechado [...] somente com a abertura da porta. Levantam dentro dele um estrado da altura de seis pés, com traves distantes uma da outra quatro pés, e sobre elas vão estendendo madeiros secos, de árvores grossas, os quais lançando fogo, não fazem chama — nem fumo, mas vão-se consumindo a modo de carvão, e deste modo enxugam os açúcares como em uma estufa e os conservam depois em lugares todos fechados [...] e assim que vêm os navios logo os vendem, porque se os quisessem conservar dois ou três anos, logo se tornariam líquidos» [51].

Todos estes cuidados para produzir um açúcar com as características exigidas pelos mercados europeus, permitiram um efectivo aumento da procura e da oferta desta mercadoria santomense ao longo do século XVI, mas não foram suficientes para assegurar a preferência do produto, quando o Brasil começou a produzir açúcares de melhor qualidade e de melhor secagem [52].

---

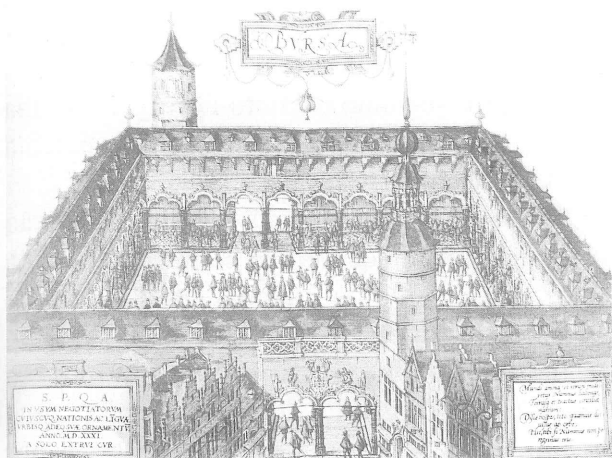
48 O PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), p. 55.

49 Arrátel, antiga medida de peso portuguesa equivalente a 458 gramas.

50 O PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., pp. 55-56.

51 *Id., ibid.*, pp. 57-58.

52 Sobre o açúcar brasileiro ver, por exemplo, Gabriel Soares de SOUSA, 1587, o. c.; ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (1711), Lisboa, Alfa 1989; e MAURO, 1960.

83. ***A Bolsa de Antuérpia em meados do século XVI***

Aqui eram dirigidos os negócios europeus relativos a diversas mercadorias, entre elas o açúcar.

Já em 1985, em carta dirigida ao capitão João de Paiva, o rei D. João II aconselhava a cultura da cana, e, nos inícios do século XVI, Valentim Fernandes diz claramente que «há nesta ilha grandes canaviais de açúcar e as canas maiores que da ilha da Madeira, de que já fazem melaço e daqui avante quer o capitão mandar fazer açúcar e cada dia crescem mais» [53].

Efectivamente, desde os primeiros tempos da colonização da ilha se procurou introduzir a «indústria» açucareira, que rapidamente se desenvolveu, embora não possamos dispor de um conjunto de dados capazes de nos permitir traçar com rigor a evolução da produção açucareira ao longo do século.

Em 1517, o regimento de venda dos açúcares de São Tomé referia que a Coroa devia receber, nesse ano, 25 000 arrobas de açúcar [54]. Tendo em conta que a Coroa recebia um quarto da produção total, esta seria de 100 000 arrobas, o que exigia o funcionamento de 14 engenhos.

Onze anos mais tarde, a produção atingia cerca de 123 000 arrobas [55], e em 1529 o rei ordenava ao feitor da ilha a construção

---

[53] FERNANDES, V., *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 44.

[54] Ver GODINHO, V. M., vol. II, 1965, p. 453.

[55] *Id., ibid.*

de doze novos engenhos [56]. Em 1535, a produção do açúcar ultrapassava já as 135 000 arrobas por ano [57].

Em meados do século XVI, segundo o Piloto Português, a ilha produzia mais de 150 000 arrobas, existindo então cerca de sessenta engenhos já construídos e a funcionar [58].

A segunda metade do século XVI é marcada por uma produção oscilante, acentuando-se um marcado declínio a partir dos anos 80. Um documento redigido em S. Paulo de Luanda, em 4 de Março de 1580, refere que «se carregam em S. Tomé cada ano dez ou doze navios de açúcar, ou seja, 20 000 arrobas» [59]. Se tivermos em conta uma informação de Filippo Pigafetta (1591), segundo a qual se carregavam no passado «de açúcar obra de 40 naus grossas por ano... [mas] que, de algum tempo para cá... de 40, não se carregam mais de cinco ou seis navios daquela matéria: donde se causa que o açúcar é tão caro nestas regiões» [60], podemos concluir sobre uma acentuada descida da produção e da exportação do açúcar, no início da década de 80 [61].

ANOS	ARROBAS
1517	100.000
1529	123.170
1531	135.860
1545	150.000
1578	175.000
1580	20-24.000
1588	60.000
1591	10-12.000

84. ***Quadro da evolução da produção do açúcar em São Tomé (século XVI)***

---

[56] BRASIO, vol. I, 1952, p. 508.

[57] GODINHO, V. M., vol. II, 1965, p. 454.

[58] O PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., p. 55.

[59] BRASIO, vol. III, 1953, pp. 188-189.

Este ano de 1580 foi marcado pela doença da cana sacarina, o que não podia deixar de ter repercussões na produção do açúcar. Dois anos antes (1578) a produção teria atingido 175 000 arrobas. GODINHO, 1965, vol. II, pp. 453-454.

[60] PIGAFETTA, F. (1591), 1951, p. 24.

[61] Em 1588 a produção do açúcar santomense atingiria as 60 000 arrobas/ano, cálculo feito a partir de dados fornecidos por GODINHO, 1965, vol. II, pp. 454-465.

CAPÍTULO IV

A AFRICANIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

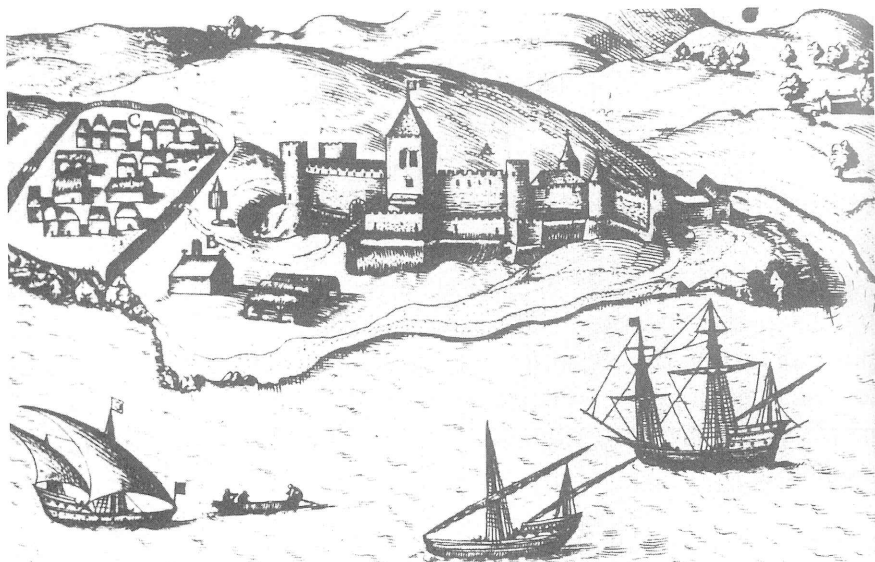
Se a cultura da cana e a produção do açúcar constituem as actividades produtivas e lucrativas essenciais da economia das ilhas, outras actividades económicas, dependendo também da exploração do trabalho africano, desempenham um papel relevante não só na economia do arquipélago, mas sobretudo no quadro económico da expansão portuguesa, e, mais tarde, internacional.

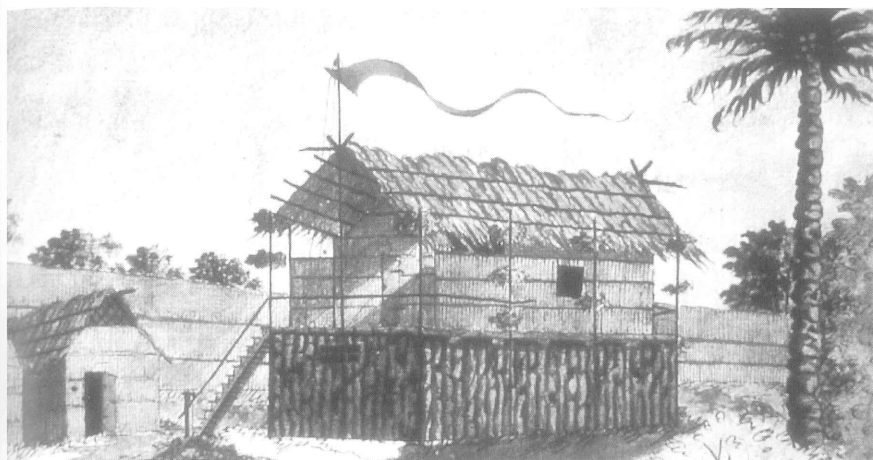
Efectivamente, se as ilhas aparecem como os espaços do continente africano privilegiados para a monocultura da cana e a produção do açúcar — pois se trata de ilhas desabitadas onde era possível instalar o controlo e a gestão portugueses —, as suas características ecológicas e posição geográfica, isoladas e simultaneamente próximas do continente, permitiram transformá-las rapidamente em:

1) centros de introdução e «ensaio» de plantas e de técnicas agrícolas novas;
2) pontos de apoio aos navios, de início apenas portugueses, depois também estrangeiros, que aí procuram abastecer-se;

3) «armazéns» destinados à redistribuição de escravos vindos do continente e destinados essencialmente ao Novo Mundo.

Esta multiplicidade de funções, característica desta fase inicial do desenvolvimento do capitalismo comercial, deve associar-se ao «carácter experimental» que os Portugueses conferiram às ilhas, ao mesmo tempo que as utilizavam como retaguarda das operações de expansão e de colonização em outros espaços do mundo.

Contudo, esta polivalência das ilhas só foi possível graças à intervenção africana, voluntária ou forçada: sem Africanos não havia açúcar, nem tão-pouco a agricultura para assegurar a alimentação de quantos aí habitavam ou se procuravam abastecer no arquipélago.

85. ***Feitoria e Fortaleza de São Jorge da Mina***

As fortalezas-feitoria instaladas em terra firme asseguravam as relações comerciais entre as ilhas e os Africanos, servindo de pontos de apoio e de protecção dos habitantes do arquipélago, nas suas viagens comerciais.

86. *Feitoria europeia no Loango*

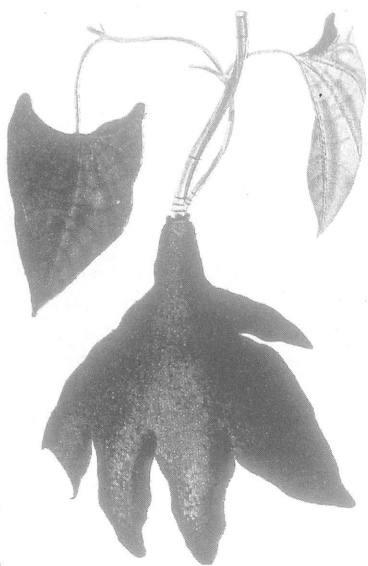
Desempenhavam também o papel de espaços de introdução de plantas, de técnicas e de influências europeias de natureza diversa, no continente africano.

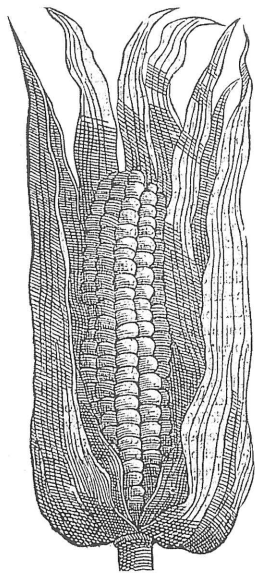
1. A intervenção africana nas actividades económicas complementares

O comércio de produtos agrícolas desempenhou um papel importante na economia do arquipélago, particularmente em S. Tomé. Já em 1500, uma concessão régia permitia «aos moradores e povoadores da dita ilha (...) vir vender aos moradores da nossa cidade de S. Jorge (da Mina) todos mantimentos frutas e legumes que tiverem na dita ilha e haverem por ele ouro» [1], mantimentos esses obtidos através do trabalho dos seus «escravos que lhes trabalham e roçam e criam inhames e milho com que ganham bem» [2], como sublinha Valentim Fernandes, alguns anos mais tarde.

Em meados do século XVI, em pleno período de apogeu da produção açucareira, o Piloto Português não deixa de salientar outro aspecto desta actividade agrícola e comercial que garante a obtenção de lucros: referindo-se às diferentes qualidades de inhames que os «negros de S. Tomé... cultivam... fazendo dela o seu principal sustento», sublinha que «os navios que vão carregar açúcar, trazem

[1] MATTOS, Cunha (1842), 1916, p. 118.

[2] FERNANDES, V. (1506), *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 34.

87. *O inhame* (**Dioscorea sp. L.**)

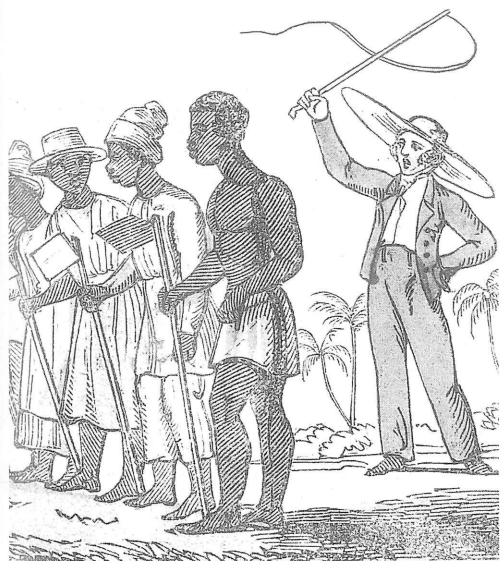
Planta de origem africana, levada provavelmente para o arquipélago pelos Africanos provenientes do Benim, onde era objecto de rituais especiais, este tubérculo constituía a base da alimentação dos escravos armazenados em terra ou a bordo dos navios negreiros. Segundo Gabriel Soares de SOUSA, 1587, parte II, cap. XXXV, este tipo de inhame teria sido levado, provavelmente pelos escravos africanos, dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, para o Brasil (Bahia).

88. ***O milho*** **(Zea Mays L.)**

89. ***A batata doce*** **(Ipomoea Batata L.)**

O milho maïz ou milho de maçaroca, de origem americana, foi introduzido pelos Portugueses nas ilhas de São Tomé e Príncipe, desde a sua chegada ao arquipélago. Os Portugueses introduziram igualmente outras plantas americanas provenientes do Brasil, como é o caso da batata doce e mais tarde da mandioca, que se tornaram plantas fundamentais na alimentação das populações africanas.

em grande quantidade para se sustentarem no mar» e que «os negros plantam bastantes porque também os navios levam muitas» [3].

Se o escravo negro é o elemento indispensável à produção do açúcar, é também ele que garante a produção agrícola destinada a satisfazer outros objectivos económicos da colonização, quer no contexto das ilhas, quer no quadro do comércio regional e internacional: abastecer os navios em trânsito e aqueles que vão carregar o açúcar, fornecer os produtos alimentares necessários aos habitantes da Mina, encravados em terra africana, e assegurar a alimentação dos escravos armazenados em São Tomé ou embarcados nos navios negreiros a caminho das Américas.

Todavia, os escravos africanos intervêm de forma ainda mais decisiva na actividade agrícola das ilhas. Em 1519, D. Manuel define, no *Regimento do Trato de São Tomé,* algumas das obrigações dos feitores no que respeita às «fazendas, roças e escravos» pertencentes à Coroa. Entre elas, contam-se as visitas regulares dos feitores a essas propriedades do Estado português, de modo «a verdes e proverdes sobre a cura dos ditos escravos e mantimentos que nelas se hão de semear e (sobre o) que os ditos caseiros (homens brancos) hão de fazer e aproveitar com os ditos escravos, os quais farão nisso servir, porque o sabem e são acostumados a isso em sua terra, por boçais que sejam. E se entre eles houver alguns que melhor tomem o serviço e trabalho das ditas fazendas, ficarão sempre nelas como mestres e não serão enviados ao Reino como os outros» [4].

90. ***Escravos de plantação americana trabalhando sob a vigilância e o chicote de um capataz branco***

[3] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s. d., pp. 63-64.
[4] BRASIO, vol. IV, 1954, pp. 126-127.

Por outras palavras, os colonos e as autoridades portugueses utilizam os conhecimentos técnicos, as competências e as qualidades de trabalho dos Africanos para racionalizar a produção.

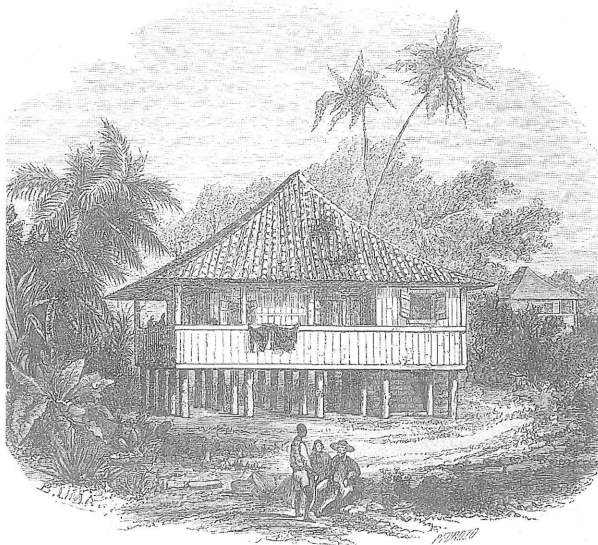
A actividade comercial e regional dos moradores do arquipélago não se limitava à troca de produtos agrícolas pelo ouro de São Jorge ou contra as mercadorias europeias que os navios europeus carregavam para esse efeito e que lhes eram indispensáveis [5]. Outras mercadorias originárias do continente africano proporcionavam igualmente um lucrativo comércio regional. É o caso dos escravos, agora não já o escravo/força de trabalho para as agriculturas do arquipélago, mas o escravo/mercadoria, e ainda produtos outros como a malagueta e a pimenta, o marfim e o pau-vermelho [6].

91. ***Pormenor de uma carta da Guiné (1743)***

Representação de uma espécie de entreposto comercial: espaços destinados às trocas e à produção, mercadorias como é o caso das pontas de marfim, mercadores, chefes, artesãos, estão organizados para fornecer ao leitor a imagem de uma intensa actividade.

---

[5] Ver PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s.d., pp. 63-64.

[6] Sobre a malagueta e a pimenta ver documentos de 1485 e 1493 publicados por MATTOS, Cunha, 1916, pp. 109-114. O marfim e o pau-vermelho são referidos em dois documentos de 1514 relativos à ilha do Príncipe, citados por SÁ-NOGUEIRA, 1989, p. 94. Ver também o *Regimento do trato de S. Tomé,* de 1519, *in* BRASIO, vol. IV, 1954, p. 130.

92. ***Casa de moradores da ilha do Príncipe***

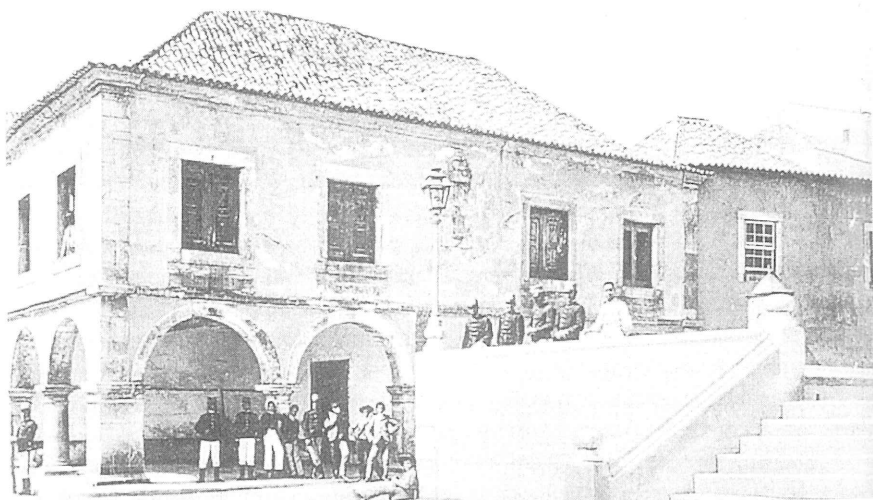
Arquitectura que combina materiais, técnicas e formas africanas e europeias.

93. ***Rua principal da cidade de Santo António da ilha do Príncipe***

Esta gravura de 1869 representa também as igrejas paroquial e da misericórdia. Ao longe o Pico do Papagaio. Aqui o negócio era mais diversificado desde o século XVI, já que o açúcar não tinha dominado de forma tão exclusiva a economia da ilha.

Este trato de mercadorias, definido e protegido por cartas régias dadas aos moradores do arquipélago e sujeito a um sistema de impostos a favor da Coroa portuguesa, variável de produto para produto e sofrendo alterações no tempo, desenvolveu-se particularmente a partir da ilha do Príncipe, menos dependente economicamente da produção e do negócio do açúcar [7].

Se as mercadorias referidas eram centralizadas e armazenadas no arquipélago para depois serem remetidas para a Europa, os escravos seguiam vias diferentes.

Efectivamente, desde a segunda metade do século XV e sobretudo durante o século XVI, os escravos foram uma das mercadorias mais procuradas pelos Portugueses na costa ocidental africana,

94. ***O Mercado de Escravos em Lagos***

transportando-os quer para as ilhas atlânticas, como a Madeira, onde a indústria açucareira era florescente no século XV [8], quer para Portugal, onde Zurara os descreve, em Lagos, em 1444 [9].

Não era esta, no entanto, a única direcção seguida pelos escravos: comprados na costa do Benim eram frequentemente vendidos na feitoria portuguesa de São Jorge da Mina, em troca de mercadorias

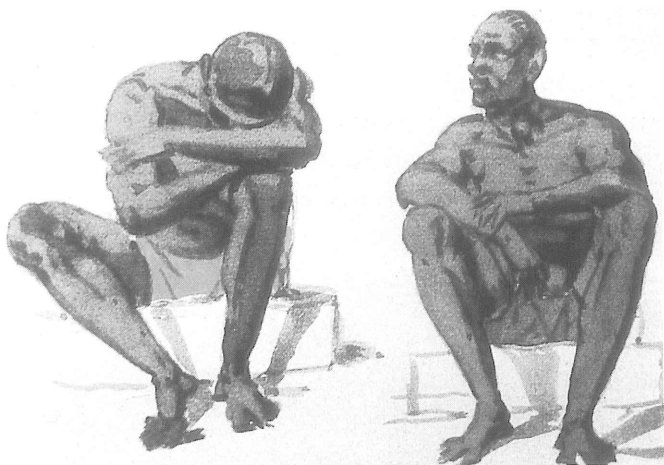
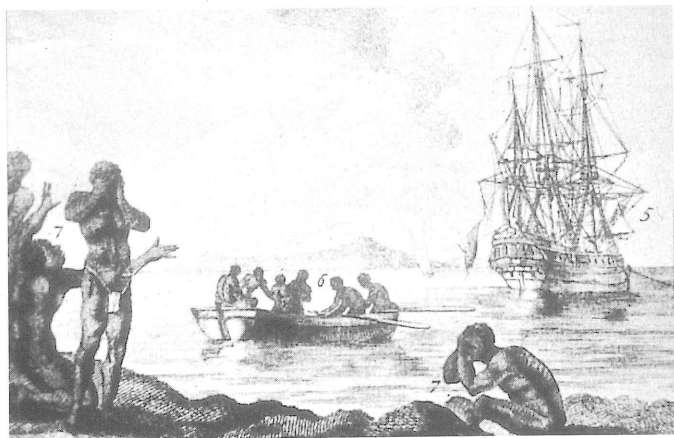
---

[7] *Id., ibid.*

[8] Sobre o açúcar da Madeira ver MACEDO e RAU, 1962.

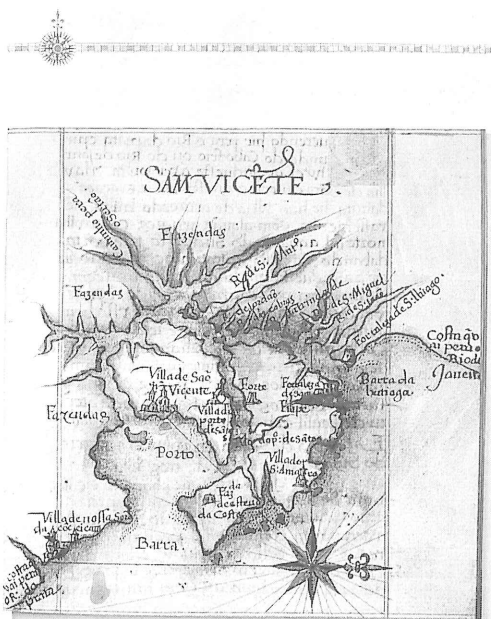
[9] ZURARA (1453), 1972, cap. XXV.

como o ouro, para depois ser injectados nos circuitos comerciais internos africanos da região [10].

A terceira direcção seguida pelos escravos africanos era o Novo Mundo, principalmente o Brasil. Armazenados nas ilhas, homens, mulheres e crianças aguardavam o embarque para as plantações americanas.

95. *Escravos africanos*

96. *A partida dos escravos*

---

[10] Ver, por exemplo, BRASIO, doc. de 1519, vol. IV, 1954, pp. 131-132, e doc. de 1520, vol. I, 1952, p. 446.

Esse circuito comercial começou a desenvolver-se provavelmente no início da década de 30, quando se dá a ocupação efectiva das terras de Vera Cruz, seguida pela introdução da cana-de-açúcar provinda das ilhas da Madeira e de Cabo Verde [11] e à construção, em 1533, do primeiro engenho brasileiro em S. Vicente (Santos) [12].

Nesta carta encontram-se assinaladas três «fazendas». A capitania de S. Vicente foi concedida a Martim Afonso de Sousa como recompensa da sua viagem de 1530-1533.

97. ***Carta de terra que deu origem à capitania de S. Vicente***

Ao longo da segunda metade do século XVI, esta via comercial atlântica desenvolve-se em detrimento dos circuitos anteriores, conduzindo a uma procura desenfreada de Africanos que vai dominar o tráfico europeu por mais de quatro séculos.

---

[11] Senhor de engenho na Bahia, Gabriel Soares de Sousa (1587) deixou uma pormenorizada *Notícia do Brasil,* indispensável ao conhecimento do Brasil quinhentista.

[12] A «villa de São (ou Sam) Vicente» está hoje integrada na cidade de Santos, Estado de S. Paulo.

2. A criação de uma população mestiça

Outro dos aspectos da colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe é a formação de uma população mestiça, mais precisamente constituída por «mulatos, que são os filhos dos brancos e das negras», tal como refere uma *Relação da Ilha de S. Tomé,* datada de 1595 [13]. Também neste caso, a intervenção dos Africanos é particularmente activa e voluntária, desmentindo a passividade africana que a literatura do período colonial sempre pôs em evidência [14].

98 e 99. ***Santomenses***

A «mulher e o homem da terra» constituem um tipo único na costa ocidental africana, resultante das várias miscigenações que se acumulam desde o século XV.

---

[13] BRASIO, vol. III, 1953, p. 521.

[14] Ver, por exemplo, TENREIRO, F., 1961, defensor das teses luso-tropicalistas que atribuem aos Portugueses todo o dinamismo na criação de Mulatos, o que transforma as mulheres negras em puros objectos sexuais. É verdade que a obra literária de Francisco José Tenreiro — sobretudo *Ilha de Nome Santo,* Coimbra, Novo Cancioneiro, 1942 — confirma amplamente esta maneira de ver, que corresponde às psicoses descritas por Frantz FANON, *Peaux Noires, Masques Blancs,* Paris, Seuil, 1952.

A criação de um grupo mulato constituiu uma das questões centrais das teses que pretendiam provar a brandura da colonização portuguesa, a ausência de preconceitos raciais dos Portugueses, bem como as suas particulares qualidades para se cruzarem biológica e culturalmente com o Outro [15].

Os grupos africanos eram vistos como formados apenas por mulheres, sujeitos passivos e neutros, já que se devia exclusivamente aos Portugueses o projecto e a criação das condições necessárias à eclosão e ao desenvolvimento da miscigenação.

É certo que coube aos Portugueses a ideia e a acção inicial de criar Mulatos através de medidas régias destinadas a «estimular as ligações entre brancos e negros devendo considerar-se livres as mulheres e os seus frutos» [16]. Estes Mulatos eram considerados pelos Portugueses como elementos indispensáveis tanto ao povoamento das ilhas, como, sobretudo, à constituição de um grupo social adaptado ao contexto ecológico local, já que a reprodução dos Europeus parecia estar condenada. No início do século XVI, Valentim Fernandes, referindo-se aos 2000 meninos judeus levados por Álvaro de Caminha para São Tomé, em 1493, sublinha a grande mortalidade que cedo vitimou estas crianças e acrescenta que «pelo presente serão vivos entre machos e fêmeas bem 600 (e que) o dito capitão os casou, porém poucas delas parem dos homens alvos, muito mais parem as alvas dos negros e as negras dos homens alvos» [17]. Esta referência do autor quinhentista explica o rápido recurso aos cruzamentos, onde nem sempre os homens eram o elemento branco da relação. Conscientes do seu poder numa sociedade de maioria negra, os Mulatos constituíam, aos olhos dos Portugueses, o único grupo capaz de assegurar a concretização e a gestão dos projectos nacionais.

---

[15] Gilberto Freyre foi o grande teórico destas teses criadas para permitir a tardia integração dos Africanos na explicação da génese da sociedade brasileira. Ver *Casa Grande e Senzala,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1933. Mais tarde, esta tese alargou-se à acção colonial portuguesa em África.

Não se tem reparado na singularidade da «teoria biológica» de Valentim Fernandes (1506), ed. 1951, p. 118, que nega aos Brancos a possibilidade de se reproduzir em África: só os Negros são naturalmente fecundos. Os Mulatos apareceriam como consequência inevitável da perda de qualidade reprodutora dos Brancos em África!

[16] TENREIRO, F. (1961), p. 69.

[17] FERNANDES, V. (1506), 1951, p. 118.

É hoje evidente que os Africanos não se limitaram, passivamente, a gerar falsos brancos [18], mas criaram homens e mulheres mulatos culturalmente marcados pela família africana, que assegurava a sua socialização.

Por outro lado, este recurso ao cruzamento não revela qualquer atributo particular aos Portugueses, já que, como afirma o Piloto Português, quaisquer comerciantes residentes nas ilhas, fossem eles «portugueses, castelhanos, franceses e genoveses e de qualquer outra nação... morrendo-lhes as mulheres brancas as tomam negras, no que não fazem muita dificuldade, sendo os habitantes negros de grande inteligência e ricos e criando suas filhas a nosso modo, tanto nos costumes, como no traje, e os que nascem destas tais negras são de cor parda e lhes chamam mulatos» [19]. Esta passagem revela uma questão central: estes Mulatos não resultavam de relações ocasionais, mas de relações institucionais, isto é, do casamento dos comerciantes europeus com as filhas de Africanos de estatuto elevado na sociedade santomense em formação.

Ora se o casamento era para os Portugueses um acto da maior relevância social [20], também o era no sistema africano, onde o acesso às mulheres era controlado pelos mais velhos. Por outras palavras, o acto jamais se realizaria sem que as regras de aliança africanas fossem satisfeitas pelos Europeus interessados [21]. O que põe em evidência a participação, o interesse e a mobilização dos Africanos neste processo de «criar» Mulatos.

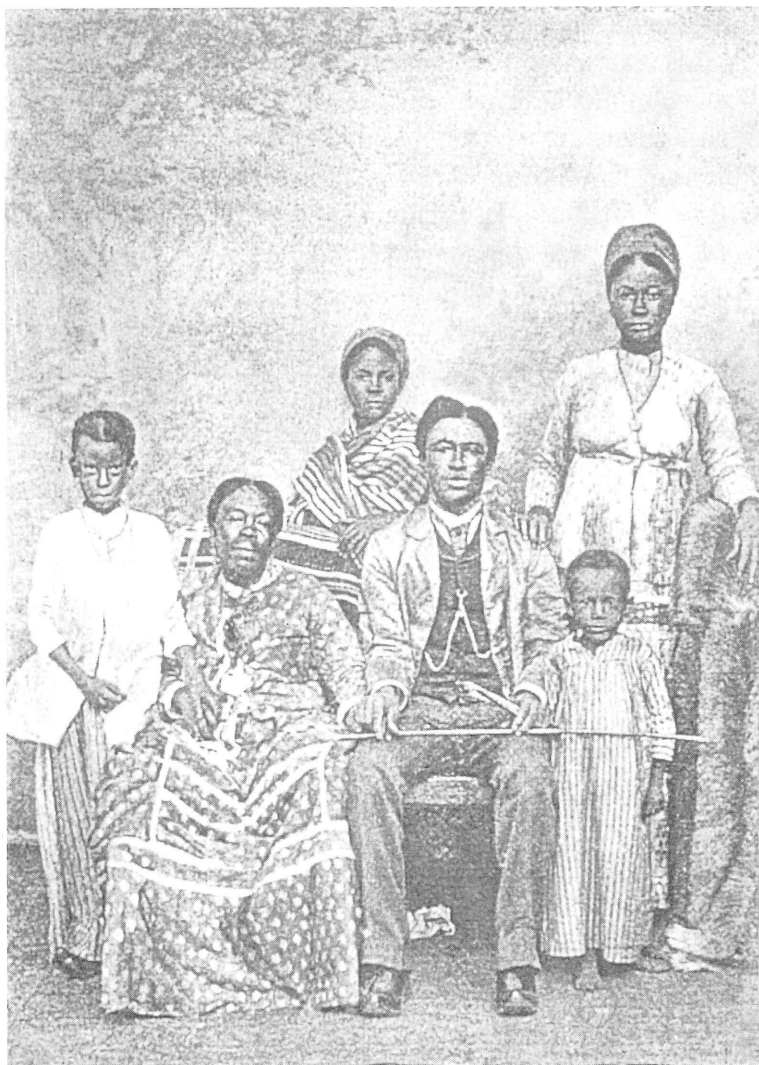
É conveniente acrescentar um outro elemento particularmente relevante: estes Mulatos não possuem uma família europeia. Mesmo

---

[18] Falta-nos a reacção qualificativa dos Brancos perante estes homens novos. É contudo evidente que as reacções africanas possuem a sua autonomia, que os documentos não registam. Sobre esta questão ver MARGARIDO, 1995.

[19] PILOTO PORTUGUÊS (c. 1545), s.d., p. 52.

[20] Era condição para merecer cargos públicos. Ver, por exemplo, BRASIO, doc. de 1528, vol. I, 1952, p. 501.

[21] A regra imperativa do dote implicava uma negociação entre o noivo europeu e a família africana. Elias Alexandre da Silva CORRÊA, na sua *História de Angola* (1792), Lisboa, 1973, vol. I, pp. 140-143, descreve o «ritual da cola» que devia ser observado pelos Brancos que pretendiam, em Luanda, manter relações com as jovens africanas. O candidato devia submeter-se às regras africanas. Ver MARGARIDO, 1989.

100. ***Família santomense***

A fotografia foi feita num estúdio, repetindo a estética da distribuição dos membros da família que se registam na Europa. Por sua vez, os membros desta família aparecem como representantes de uma burguesia «europeizada» formada por santomenses ainda proprietários da terra e das roças que, mais tarde, perderão em favor dos Europeus, graças à «guerra do crédito» aberta pelas agências bancárias e pelos exportadores.

101. *«Soldado em família»*

102. ***Jovem santomense pertencente à burguesia urbana***

103. ***«...criam suas filhas a nosso modo, tanto nos costumes como no traje...»***

A frase que servira ao Piloto Anónimo, no século XVI, para definir o comportamento das famílias africanas, «...criam suas filhas a nosso modo, tanto nos costumes como no traje...», podia ser utilizada nos finais do século XIX, começos do século XX. Todavia, não podemos deixar de salientar que esta europeização não elimina a importância do substrato africano, dando origem a práticas sociais especificamente santomenses. A salientar o cuidado do fotógrafo na organização do estúdio que repete o quadro urbano que Lisboa importara de Paris, antes de o transferir para São Tomé.

se o pai — geralmente o elemento branco — está presente, «os querem e amam» [22], a família presente é a da mãe africana.

Pelo que, estes «homens pardos», «pessoas possantes (que) têm vinte, trinta, cinquenta escravos cada um» [23], pensados e reconhecidos pelos Portugueses como sendo os verdadeiros «povoadores desta ilha, porque são filhos dela» [24], como sublinha um documento de 1517, e

104. ***A cidade de São Tomé... uma cidade mestiça***

Uma cidade mestiça, sem dúvida: tal era a condição urbana de São Tomé, onde se pode registar o equilíbrio da avenida que integra a praia na estrutura citadina. O fotógrafo fez do jovem africano o eixo central da fotografia, contrastando com os canhões já em via de reforma, a linha do caminho-de-ferro de via reduzida e os candeeiros da iluminação pública. A duração da pose — sente-se o aparelho fotográfico e o seu tripé — aparece nos olhares dos Santomenses que estavam no campo fotográfico. Como nos desenhos do século XVI, o coqueiro serve para assinalar o carácter africano da cidade.

---

[22] BRASIO, vol. I, 1952, doc. de 1517, p. 391.

[23] *Id., ibid.*

[24] *Id., ibid.*, p. 392.

destinados a desenvolver nesse espaço africano um projecto português, se tornaram, segundo uma fonte portuguesa de 1553, «uma das principais coisas e mais de temer que ao presente há...» [25]. Estes Mulatos, se absorveram alguns valores culturais europeus, contribuíram para enraizar os valores maternos, criando assim um sistema novo de características culturais predominantemente africanas.

105. ***Tchiloli***

O Tchiloli assenta na representação anual de uma peça do século XVI, possivelmente importada pelos mestres do açúcar madeirenses, pois é de autoria do também madeirense cego Baltasar Dias. Pode entender-se a peça como um elemento ritualizado, mas no quadro desta reflexão histórica ela é infinitamente mais problemática, pois salienta a violência dos choques entre os dois grupos, os brancos e os pretos, procurando estes recuperar a autonomia simbólica graças ao recurso às máscaras brancas. A violenta africanização aparece claramente nas máscaras, assim como na maneira como estão vestidas algumas personagens, que remetem de maneira visível para o vestuário utilizado pelos Angolanos nos rituais da circuncisão. A presença de pequenas esculturas reforça o carácter africano da cerimónia, fotografada num «quinté», como revela o fundo de bananeiras e a casa que mostra a regularidade das pranchas de pau-caixão, que foi tão utilizado na construção santomense.

---

[25] *Id., Ibid.*, vol. II, 1953, doc. de 1553, p. 293.

3. A ocupação e o controlo africanos do arquipélago

«É por algumas cartas que dessa ilha são vindas, soubemos como os negros do mato andavam muito favorecidos e em condição de se essa ilha perder... por onde senhores parece que segundo este negócio vai, se não houver resistência que se perderá essa ilha e cedo será toda dos negros» [26].

Este excerto de um documento de 1531, dá-nos conta da preocupação da Coroa portuguesa perante o progressivo controlo do interior da ilha de São Tomé pelos Africanos que, ao longo do século, procedem à ocupação dos espaços despovoados, mediante operações levadas a cabo fora da intervenção e da direcção das autoridades portuguesas.

O processo de povoamento organizado pelos Portugueses respondia, como é evidente, aos objectivos económicos e ideológicos dos Descobrimentos. Daí que, desde o início, esse povoamento tenha sido orientado para as regiões litorais do norte e do nordeste de São Tomé, onde se encontravam reunidas as melhores condições para introduzir e desenvolver a monocultura da cana-de-açúcar, a produção do açúcar e a sua comercialização.

Essas opções permitiram que espaços imensos ficassem despovoados vindo a ser ocupados por Africanos, na sua maioria escravos fugidos das plantações. O mesmo é dizer que o processo de povoamento dos espaços interiores da ilha é consequência da decisão dos Africanos, sem qualquer intervenção dos Portugueses, ou melhor contra estes.

As duras condições de vida e de trabalho na plantação eram as principais razões que provocavam tais fugas para o interior, onde estes homens e mulheres africanos se reorganizavam procurando proteger-se, subsistir e impedir a penetração das autoridades portuguesas. Mais tarde, foi a partir deste interior «africanizado» que foram atacados os engenhos e as regiões sob controlo português.

De início, a falta de mantimentos e as deslocações de escravos de uma roça (da Coroa) para outra parecem ter sido as primeiras causas directas das fugas. Um documento de 1529 refere esta

---

[26] *Id., Ibid.*, vol. I, 1952, doc. de 1531, p. 548.

Com as suas longas hastes, este colar impedia os escravos de se esconderem ou fugirem.

106. ***Escravos com colares de ferro, no Brasil***

107. ***Perseguição de escravos fugidos... na América (século XVI)***

108. ***«Como os Portugueses chicoteiam os seus escravos quando estes desertam»***

109. ***O chicote***

O castigo faz-se perante os escravos da plantação, para servir de exemplo.

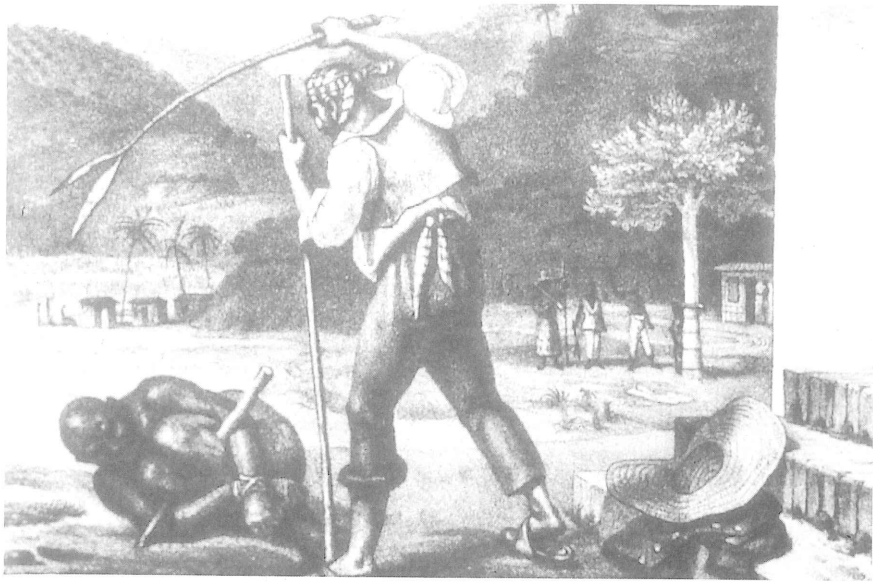
situação: «E depois de ter despejado a maior (parte) delas e entregue ao feitor dos tratadores, na outra mais pequena... estive até acabar de mudar e repartir as ditas peças e criações que nelas estavam pelas outras fazendas: e por as peças não acharem nelas mantimentos e abastança... fugiram muitas para o mato e para outras fazendas onde há o mantimento. E vendo este movimento que as ditas peças faziam, por míngua... e por se verem fora do gasalhado que tinham com suas mulheres e filhos...» [27], o autor, João Lobato, feitor da ilha, pede e espera o envio de mantimentos de forma a suster essa fuga e, se possível, reaver as «peças» — os escravos — fugidas.

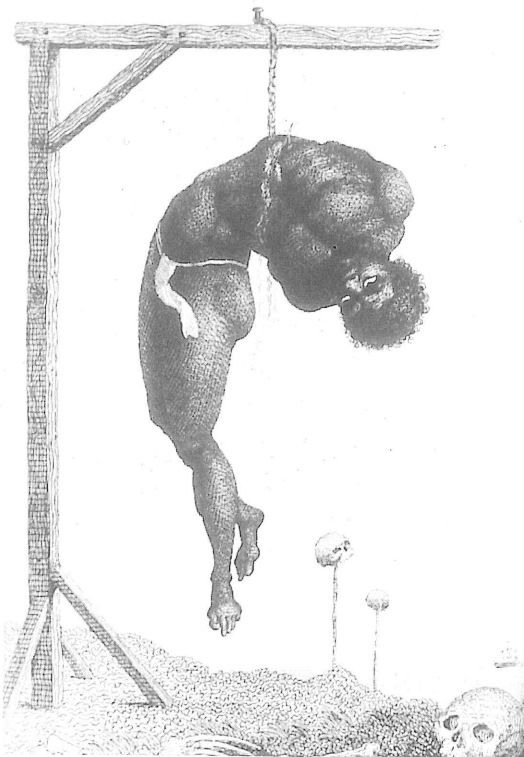
É também em 1531 — data que retemos não só porque revela a tomada de consciência portuguesa da dificuldade de fazer da ilha de São Tomé um espaço exclusivamente português, mas também porque simboliza a africanização da ilha do açúcar — que as autoridades da ilha aliadas aos proprietários das roças e dos escravos organizam «exércitos», formados de «homens brancos e pretos» [28] para atacar e capturar os «negros fugidos» [29]. É também

---

[27] *Id., Ibid.*, doc. de 1529, p. 516.

[28] *Id., Ibid.*, doc. de 1531, p. 548.

[29] *Id., Ibid.*, doc. de 1535, pp. 46-47. Note-se a terminologia utilizada: os africanos/ /escravos fugidos são negros, enquanto que os africanos que lutam ao lado dos brancos e mulatos são pretos.

110. ***Castigos e torturas***

Os castigos aplicados aos escravos variavam em função dos crimes de que eram acusados, caracterizando-se todos por uma grande violência física, que provocava lesões graves ou até a morte.

111. ***Escravo pendurado vivo***

Pendurado num gancho pelas costelas, este escravo, que tinha participado na revolta dos escravos do Surinam em 1772, sobreviveu três dias sem proferir um queixume.

neste momento que assistimos a um facto por demais esclarecedor da africanização de São Tomé: os Portugueses instalados na ilha pedem à Coroa portuguesa autorização «para se fazer fortalezas» [30], destinadas à protecção da «gente» que andava na «guerra do mato» [31], bem como mantimentos para assegurar a sobrevivência desses «exércitos» [32].

O carácter singular deste pedido de autorização para construir fortalezas, dada a «portugalização» do arquipélago, põe em evidência a incapacidade dos Europeus em controlar e assumir plenamente a gestão da ilha. Tal como no litoral africano, onde os Portugueses construíam fortalezas para se protegerem dos Africanos e poderem desenvolver o comércio sem grandes sobressaltos, também a africanização das ilhas obriga à instalação de estruturas de defesa contra uma maioria populacional cada vez mais culturalmente africana.

O problema não mais deixará de existir, constituindo, em diversos momentos do século XVI, a preocupação central dos habitantes europeus e socialmente europeizados das ilhas de São Tomé e Príncipe.

O temor da população relativamente aos «negros fugidos» é uma questão recorrente nos documentos portugueses.

Em 1535, uma carta dos juízes de São Tomé aos oficiais régios assinala o agravamento da situação: «fazemos saber a vossas mercês e como é verdade e notório que mocambo [33] com muita gente andam no mato e fazem quanto dano pode e matar e roubar homens e destruir

---

[30] *Id., Ibid.,* vol. I, 1952, doc. de 1531, p. 549.

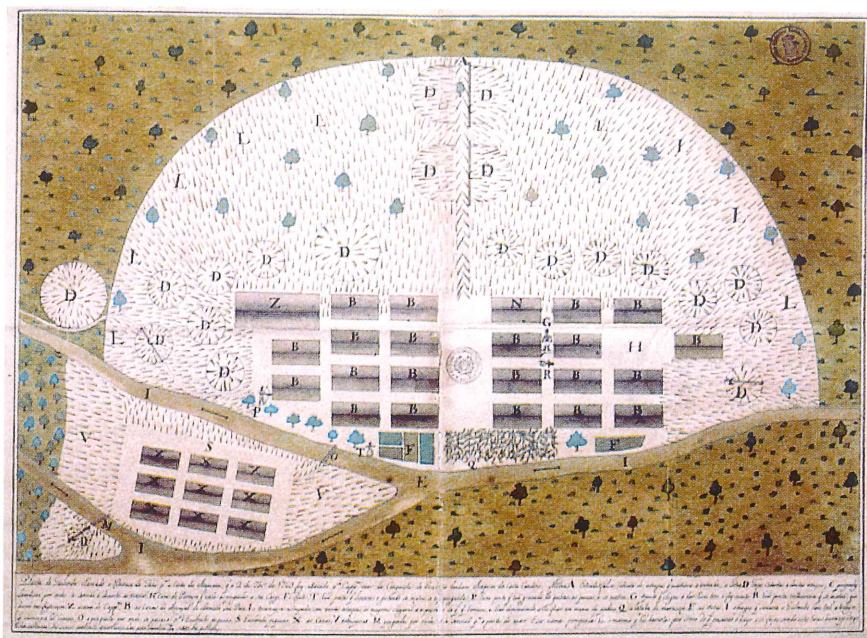
[31] *Id., Ibid.,* vol. II, 1952, doc. de 1535, p. 46.

[32] *Id., Ibid.,* vol. I, 1952, doc. de 1531, p. 549.

[33] O termo mocambo é para a maioria dos autores brasileiros que analisam a questão sinónimo de quilombo (ex.: A. PERDIGÃO, *A Escravidão no Brasil,* 1867, p. 21). Os dois termos, mas sobretudo o segundo, servem para designar as instalações dos escravos africanos que se refugiavam no mato, longe dos Europeus. De origem africana, encontramos estes mocambos ou quilombos em São Tomé no século XVI, desempenhando a mesma função destinada a assegurar a preservação dos valores africanos (BRASIO (1535), vol. II, 1953, p. 47).

CADORNEGA (1680, vol. III, p. 209, sublinha a existência de uma autoridade angolana intitulada mocambo, e o missionário italiano CAVAZZI (l687), 1965, livro 2, p. 180, faz referência ao Kilombo angolano (acampamento militar). Mas Gregório de Matos, poeta baiano do século XVII, refere-se a um quilombo na Bahia, que serve para a iniciação à música e às religiões africanas (*Obras de Gregório de Matos,* Rio de Janeiro, Academia Brasileira, 1923).

fazendas, o que todo é perda e dano do povo desta ilha e moradores dela e desserviço del Rei» [34]. O mesmo documento refere ainda a necessidade de apoio financeiro régio «para a guerra do mato», sem o qual não é possível pagar à «gente rota para ir contra os ditos negros fugidos e estamos atemorizados aguardando o dia (em) que o dito mocambo e sua gente pode fazer algum mal...» [35].

Por volta de meados do século, a «guerra do mato» parece ter diminuído de intensidade, possivelmente devido à resolução dos problemas de subsistência que afligiam a população escrava. O que

112. ***Planta do Quilombo chamado do Buraco do Tatú***

Instalação de escravos fugidos que combina o carácter defensivo com as actividades agrícolas indispensáveis à sobrevivência dos seus habitantes, segundo o modelo de numerosas povoações africanas, rodeadas pelas suas hortas.

---

[34] BRASIO, vol. II, 1953, doc. de 1535, p. 46. Assinale-se a leitura incorrecta que Arlindo CALDEIRA (1999, p. 89) faz desta passagem do documento, transformando o «mocambo» em «chefe rebelde», quando o termo designa apenas a instalação dos Africanos no mato, o seu espaço de habitação, onde podem reconstruir a sua identidade africana.

[35] *Id.*, *Ibid.*, pp. 46-47.

não impede as autoridades portuguesas da ilha de continuarem a manifestar a sua preocupação contra a «guerra dos negros que andam alevantados» [36] procurando encontrar soluções — como a de considerar a hipótese de fundar uma nova Povoação na «banda sul desta ilha» [37] — para travar a ocupação africana das zonas despovoadas.

Se este início da segunda metade do século é particularmente marcado por uma agitação provocada pelos Mulatos, «os Filhos da Terra», descontentes com a situação de discriminação política e social que lhes era imposta pelas autoridades portuguesas em benefício dos «brancos», isto é, dos Portugueses vindos do reino [38], a «ameaça negra vinda do mato» não deixa de ser a principal causa da insegurança permanente em que vivem os moradores da ilha.

No último quartel do século a situação vai de novo agravar-se com fugas de escravos para o interior da ilha, revoltas que se multiplicam nas roças e ataques cada vez mais frequentes aos engenhos e às plantações. Em 1574, grupos numerosos de Africanos aproximam-se da Cidade de São Tomé, sendo obrigados a recuar pela população.

«No ano de 1595 um preto da Ilha de S. Tomé, chamado Amador, se levantou com os homens da sua cor e se proclamou Rei da mesma ilha, cometendo os excessos que eram do esperar de uma besta feroz», como se pode ler num documento da época [39]. Escravo de um «Gentilhomem chamado D. Ferdinando» [40], Amador apresentava-se como «Capitão General das Armas digo *(sic)* de Guerra Rey nomeado absoluto com poder de dar liberdades a todos os captivos» [41], arrastando atrás de si uma multidão de Africanos que «juraram obedecer-lhe até à morte» [42].

---

[36] *Id., Ibid.,* doc. de 1553, p. 291.

[37] *Id., Ibid.*

[38] Sobre esta questão ver o estudo de RAMOS, Rui, 1986, onde o autor, embora fazendo uma leitura europeizante das revoltas, fornece um grande número de indicações interessantes.

[39] BRASIO, vol. III, 1953, p. 524.

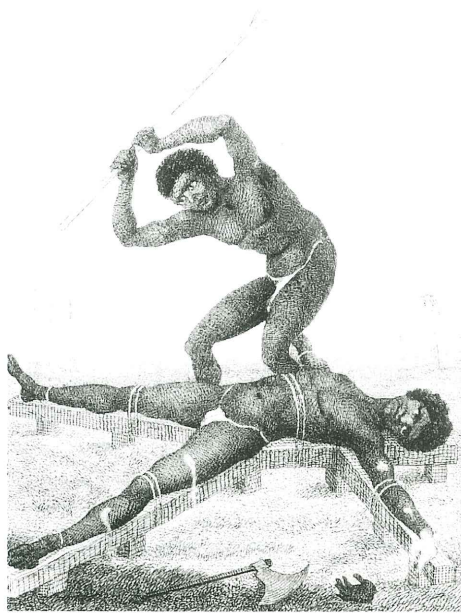
[40] *Id., Ibid.,* p. 522.

[41] PINTO, Rozário (1734), 1970, p. 246.

[42] BRASIO, vol. III, 1953, doc. de 1595, p. 522.

113. ***O Rei dos Angolares***

A fotografia do século XIX, publicada por António de Almada Negreiros, representa o Rei dos Angolares. O rei está vestido com uma farda, certamente fornecida pelas autoridades portuguesas, que se apoiam nesta autoridade tradicional para permitir uma integração das populações angolares na organização colonial portuguesa. Uma tradição que se tornou corrente a partir do século XIX quer que a Monarquia Angolar tenha sido fundada pelo Rei Amador. Não podemos deixar de verificar que esta tradição limita a função majestática de Amador, designado nos documentos quinhentistas como rei da ilha de São Tomé. Pode ver-se nesta operação a marca ideológica do colonialismo, que só pode aceitar a realeza limitada a um grupo cuja história continua a aparecer como misteriosa, e que não dispunha dos meios sociais, técnicos e financeiros para se opor às autoridades portuguesas. Esta amputação da dimensão do poder de Amador — de Rei da Ilha a Rei dos Angolares —, consagrada na tradição santomense, constitui um dos fenómenos mais perturbadores da História de São Tomé e Príncipe...

A *Relação* setecentista de Manoel do Rozário Pinto fornece indicações precisas sobre o «exército» de Amador: organizado em torno de cinco chefes principais [43], movimentando-se segundo um plano bem definido para atacar os engenhos e a cidade [44], o grupo era constituído por mais de 2500 Negros e Mulatos, entre os quais, o lugar-tenente do Rei, «um crioulo da fazenda de Ruy Dias» [45]. As destruições, os incêndios e os combates semearam o pânico generalizado na população da ilha, até à prisão e à morte de Amador. O choque pôs frente a frente uma grande massa de homens armados de arcos e flechas, contra um número mais reduzido, armado com arcabuzes [46]. A vitória coube, como aconteceu frequentemente no continente africano, aos Europeus — cujas tropas incluíam igualmente Negros e Mulatos — que dispunham das armas de fogo. Derro-

Por terra vê-se, no primeiro plano, uma mão preta, amputada, pois todos os colonos recorriam aos mesmos métodos para liquidar os trabalhadores rebeldes.

114. ***Antes de ser enforcado, Amador sofreu o castigo do corte das mãos***

---

[43] *Id., Ibid.*, p. 523.
[44] PINTO, R. (1734), 1970, pp. 245-248.
[45] *Id., Ibid.*, p. 247.
[46] Ver BRASIO, vol. III, 1953, doc. de 1595, p. 522.

tados, os cinco chefes africanos que tinham apoiado Amador, decidiram entregá-lo aos Europeus, que o enforcaram e o esquartejaram [47]. O carácter da entrega do Rei aos Portugueses — facto geralmente silenciado —, revela que a solidariedade interafricana não

115. ***A Revolta dos Escravos Negros de São Domingos***

Ataques, incêndios e combates tornaram-se uma constante do mundo das plantações, permitindo que a segunda nação independente americana fosse o Haiti (1804).

conseguiu resistir à violência da resposta militar portuguesa. O cimento que assegurava a união dos Africanos era a resistência aos Portugueses. Com a partida destes, desagregou-se a falsa união e cada grupo procurou, a partir de então, subsistir colado à natureza.

Esta situação de instabilidade e de insegurança vivida na ilha, provocada pelos sucessivos ataques dos «negros alevantados» e pela incapacidade das autoridades portuguesas em controlar o espaço santomense, agora ocupado pelos Africanos, é ainda agravada por outros factos que marcam negativamente a vida santomense. A desorganização e a corrupção dos poderes públicos, a discórdia permanente entre as autoridades religiosas e civis, o conflito entre São Tomé e Lisboa, os ataques dos corsários de diferentes nacionalidades reforçados depois da anexação de Portugal pela Coroa de Castela, em 1580, e ainda a doença que ataca a cana sacarina, provocando a morte da planta e a destruição das colheitas são os factores que contribuem

---

[47] *Id., Ibid.*, p. 523, e também PINTO, R. (1734), 1970, pp. 241 e seguintes.

decisivamente para que «os mais ricos proprietários fo(ssem) uns após outros emigrando para o Brasil» [48]. Aí instalados, estes homens vindos da experiência santomense, reforçaram os grupos que iam ocupando, com o imenso mar verde das plantações de cana-de-açúcar, a costa atlântica americana, de Alagoas a Espírito Santo.

116. ***De São Tomé para o Brasil em 1600***

---

[48] LIMA, Lopes, 1844, parte II, p. 9.

CAPÍTULO V

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, A ÁFRICA E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO ECONÓMICO MUNDIAL

Desde os primeiros tempos da colonização, o arquipélago de São Tomé e Príncipe desempenhou uma função primordial, não só no quadro da expansão portuguesa, mas sobretudo no alargamento das fronteiras africanas para essa região insular e na construção da modernidade, desde logo esboçada através das formas particulares de associação entre Brancos, Negros e Mulatos e dos sistemas económicos que aí foram sendo instalados.

É nas ilhas do Equador, em particular em São Tomé, que Europeus e Africanos inventam uma sociedade inédita, introduzem e experimentam processos novos nos mais diversos domínios da economia: «ensaiam-se» plantas, técnicas, homens, formas de trabalho, fontes de lucro que alimentam a modernidade já capitalista.

Decididos a desenvolver uma economia então moderna, os responsáveis políticos portugueses, que não hesitam em recrutar os Europeus competentes, são obrigados a proceder à valorização dos Africanos sem os quais não é possível assegurar a coerência do sistema, dada a falta de colonos brancos.

Ao longo do século XVI, o arquipélago viveu um processo de africanização que o transformou, na perspectiva portuguesa, num espaço difícil de gerir de forma rendível e segura, já que «continuamente... (havia) guerra assim das portas a dentro como das portas a fora, que é muito mais que ter frontaria num lugar de África» [1].

Os Portugueses, que pretendiam construir no arquipélago uma sociedade profundamente europeizada à semelhança do que haviam feito na Madeira e nos Açores, deram-se conta, pouco a pouco, da sua incapacidade em manter o controlo total e real das ilhas e das actividades económicas aí desenvolvidas. Os «Filhos da Terra», pensados para perpetuar a hegemonia e os valores dos Portugueses,

117. ***Capoeira***

A agricultura de São Tomé salienta a luta contínua contra a vegetação autóctone, que procura recompor o obó *e multiplica as* capoeiras, *vegetação parasita que asfixia as plantações agrícolas rendíveis. Uma parte da mão-de-obra foi sempre utilizada para capinar, tarefa indispensável à manutenção do espaço agrícola destinado ao cacau e ao café. Podemos por isso compreender a intensidade das operações que permitiram que a floresta (o* obó*) originário fosse substituído pela cultura da cana-do-açúcar, autorizando mais tarde tanto a introdução do café, como a do cacau. As plantas, devido ao seu ciclo vegetativo, impõem aos homens os seus ritmos próprios.*

---

[1] BRASIO, MMA, vol. II, 1953, p. 294.

transformaram-se nos seus mais poderosos inimigos. Portugal vê-se assim na necessidade de assegurar constantes acções de «pacificação» — primeiro contra os Africanos refugiados no interior, depois também contra os Mulatos —, única maneira de garantir a protecção dos habitantes europeus instalados no arquipélago, e de canalizar homens e capitais para a manutenção de uma paz sempre violada.

A ilha do açúcar africanizada, graças a uma intervenção activa e contínua dos Africanos, manifestada nos vários domínios da vida económica e social, deixaria de ser um lugar seguro, um lugar português, onde, durante um século, a exploração da mão-de-obra africana permitiu a Portugal e à Europa realizar lucros incalculáveis.

Se em África até aos finais do século XIX a violenta contestação dos Africanos impediu, neste período, as acções de colonização, a fixação de Europeus e a estruturação da monocultura da cana ou de qualquer outro sistema de exploração económica directamente gerido pela Europa, também as ilhas de São Tomé e Príncipe africanizadas perdem as suas vantagens de espaço ideal para proceder ao desenvolvimento da «indústria» açucareira.

Por outro lado, o açúcar de São Tomé perdera a estima nos mercados europeus. As regiões do Novo Mundo provavam rapidamente a sua capacidade de responder de forma satisfatória às necessidades e aos gostos europeus. Tanto mais que a sua situação geográfica, distante da fonte abastecedora de mão-de-obra, longe de constituir um entrave, permitia o desenvolvimento de estruturas de comércio consideradas, a partir dos finais do século XVI, como altamente lucrativas do ponto de vista dos Estados e dos comerciantes europeus de então. O comércio colonial — e o seu sector mais rendível, o tráfico negreiro —, atraía vigorosamente os capitais europeus e tornava-se uma das principais fontes de riqueza dos «capitalistas» da Europa de seiscentos.

O papel das diferentes regiões do mundo no processo de consolidação da economia-mundo capitalista definia-se, assim, em função dos interesses da Europa e dava origem a uma especialização económica dos diversos espaços que compunham esse sistema construído pelo mundo europeu.

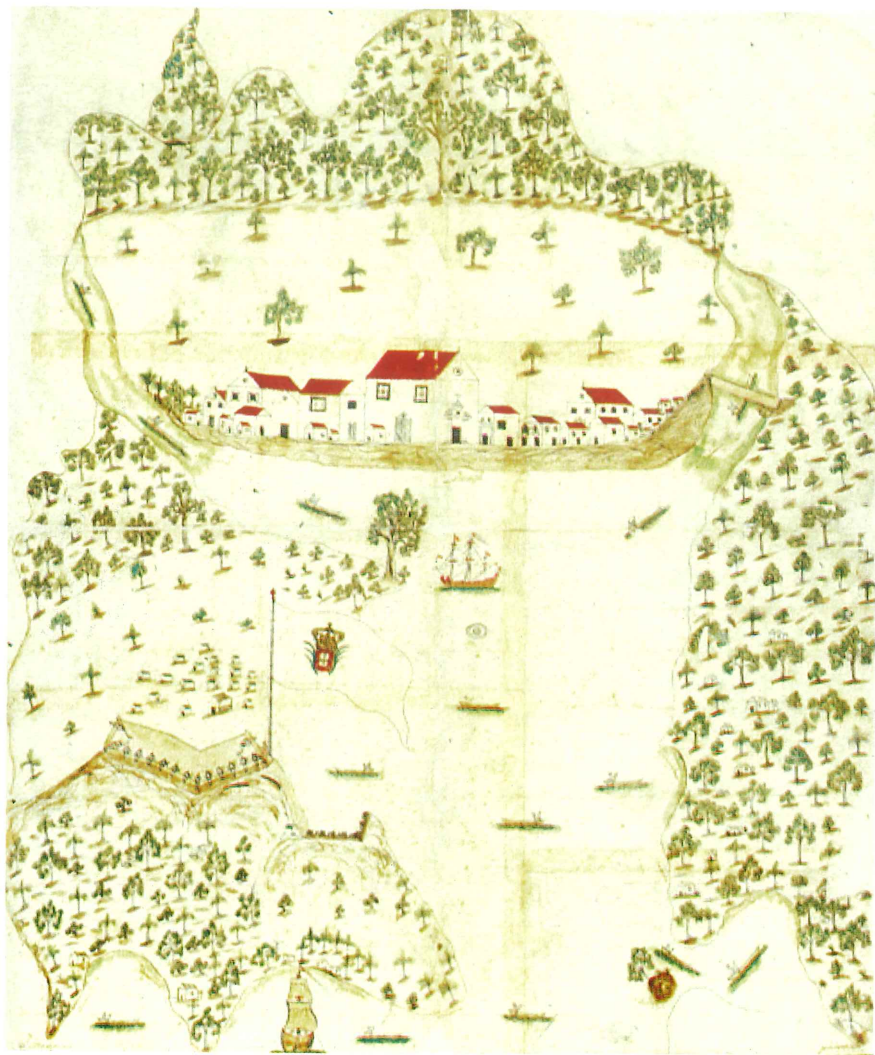
Enquanto nas Américas os Europeus procuravam estruturar uma economia de plantação, o controlo das minas, a gestão directa dos

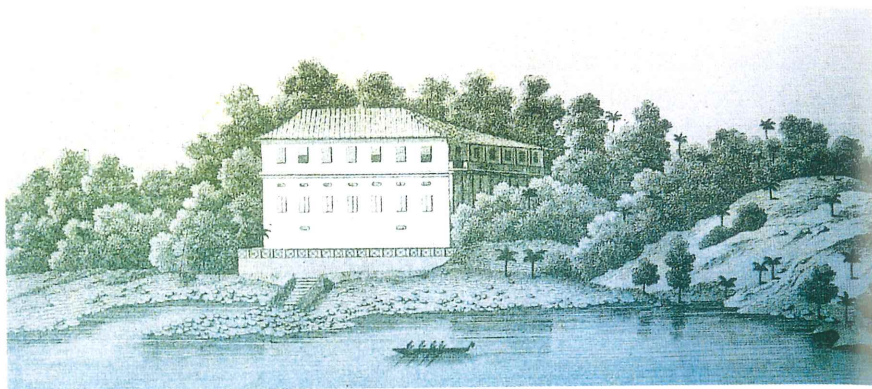
espaços, em África, e também em São Tomé e Príncipe — locais privilegiados para o armazenamento dos escravos em trânsito —, os seus objectivos centravam-se na estruturação de mecanismos destinados a assegurar o fornecimento de mão-de-obra escrava indispensável à consolidação das economias americanas. Ou seja, a África continental ou insular passava a desempenhar exclusivamente o papel de fonte de mão-de-obra barata e abundante, permitindo à Europa o desenvolvimento do comércio de escravos negros para o outro lado do Atlântico, actividade que durou até ao século XIX.

Mas a africanização do arquipélago, longe de rejeitar a importação de um certo número de práticas europeias, permitiu a criação de uma sociedade nova caracterizada pela miscigenação dos homens

118. ***A cidade de São Tomé: a miscigenação das formas urbanas***

O reforço da europeização da cidade-capital verifica-se a partir de 1852, aquando do regresso da administração do arquipélago à ilha de São Tomé. Estas operações foram amplamente reforçadas pela importação das duas plantas provenientes do sistema industrial agrícola americano, o cacau e o café. As duas plantas agem como um íman, atraindo Europeus ou Asiáticos e alguns Americanos, que organizam a ocupação sistemática das terras, assim como a sua «branquização», recorrendo a todos os meios, legais ou ilegais — embora avulte, graças ao apoio dos bancos a «guerra do crédito», assentando na concessão de empréstimos que os devedores não estavam em condições de pagar, dando lugar a penhoras e a vendas em leilão — para recuperar a totalidade das terras, agrícolas ou não. Mas, ao mesmo tempo, esta operação assegura o crescimento da mestiçagem, não havendo praticamente mulheres brancas na cidade-capital.

e dos sistemas sócio-económicos, dos conhecimentos, das técnicas e das plantas, assim como da organização do espaço e das formas urbanas. A cidade de São Tomé — mas também a cidade de Santo António do Príncipe — é a prova disso mesmo: não sendo europeia, separa-se ela nitidamente das cidades africanas ao sul do Sahara.

119. ***A cidade e a baía de Santo António do Príncipe no século XVIII***

A transferência da administração do arquipélago para a ilha do Príncipe em 1753, não podia deixar de acelerar o processo de europeização da cidade de Santo António.

120. *A casa de Maria Correia na ilha do Príncipe*

121. ***Residência do Governador***

A arquitectura oitocentista portuguesa na cidade de Santo António da ilha do Príncipe é reveladora da importância política e administrativa que a ilha desempenhou até meados do século XIX.

As formas mestiças perduram até aos dias de hoje: a africanização de São Tomé e Príncipe resulta de uma combinatória entre elementos culturais africanos de origem diversa e da adesão a propostas europeias sedimentadas ao longo dos séculos. Se actividades, técnicas, valores ancestrais permanecem, estes não impediram nunca a modernização...

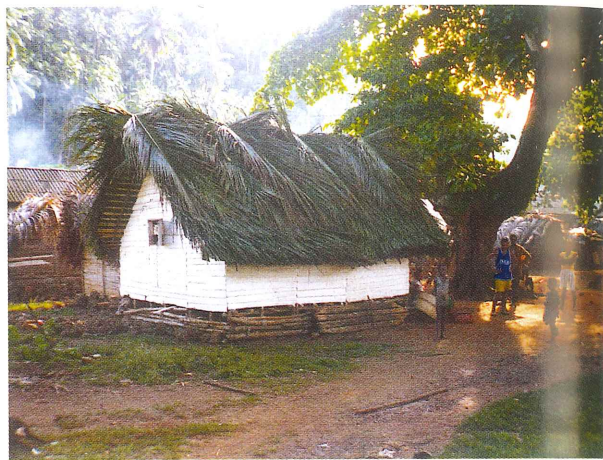
122. ***A técnica ancestral da seca do peixe realizada por uma mulher no ilhéu das Rolas***

Já no século XVI as mulheres receberam autorização da Coroa portuguesa para exercer a função de regateiras, o que lhes permitia regular a oferta e o preço dos produtos na estrutura urbana. A literatura tornou famosas as quitandeiras angolanas, que exerceram a mesma função reguladora. A manutenção das técnicas e o seu controlo pelas mulheres permite estabelecer o laço indispensável entre as formas sociais de hoje e a sua instalação no arquipélago no século XVI.

123. ***Tradição e modernidade***

Na praia um barco de estrutura tradicional recorre ao motor fora de bordo, enquanto uma criança chega com os dois coales (cestos) necessários ao transporte do pescado.

124. ***Casa tradicional no ilhéu das Rolas***

Se o telhado recorre à andala de sempre, a janela e a cal marcam a adesão a formas e matérias europeias.

125. ***Igreja de Santo António da ilha do Príncipe***

Um castanheiro de Fernando Pó fornece a marca vegetal ao lado da Igreja com o galo metálico no catavento. O sinal da Igreja não consegue dissolver a fortíssima presença das religiões de origem e estrutura africanas.

126. ***Roça Água Izé, em 1999***

A manga que pende sobre o espaço da fotografia salienta os particularismos do arquipélago: não é a manga uma planta em deslocação constante, asiática antes de ser africana e americana? A densidade das construções numa roça moderna, hoje em via de despovoamento, parece assinalar a morte de um sistema de exploração da terra e dos homens, que começara a estruturar-se no século XVI.

127. ***Meninos da Roça Água Izé...***

...brincam numa calçada «à portuguesa», que fornece uma pista às «motas» de construção local...

128. ***O cacau***

A planta que favoreceu o desenvolvimento do capital e que hoje contribui para o empobrecimento...

CONCLUSÃO

Durante alguns séculos, o arquipélago de São Tomé e Príncipe foi gerido pelos Portugueses, membros e agentes das concepções capitalistas europeias. A posição geográfica do arquipélago parece incluí-lo inteiramente no continente africano, mas, pelo menos até aos anos finais da Primeira Guerra Mundial, o arquipélago esteve ligado ao Brasil e uma parte da sua história não pode ser nem compreendida nem explicada senão através dos laços que se teceram, envolvendo plantas e animais, homens e tragédias.

Se, do ponto de vista somático, a população apresenta todos os sinais das misturas genéticas, deve salientar-se que as duas ilhas são o resultado de uma mestiçagem que começa na natureza, radicalmente transformada em pelo menos dois momentos da sua história, o primeiro dos quais, caracterizado pela monocultura açucareira que procurámos analisar, o segundo marcado pelo cacau e pelo café, e pela dureza dos sistemas de trabalho e de recrutamento dos homens.

Não podemos nem ignorar nem dissolver a importância da violência na história do arquipélago, violência que não pode deixar de nos chocar, mesmo se ela constitui o suporte indispensável à criação da sociedade santomense, como o foi também no caso da criação do Brasil. A cana-do-açúcar surge na esteira dos escravos, e a modificação do ecossistema santomense aparece já como um

dos primeiros sinais da mundialização do capitalismo: onde há escravos, poderíamos nós dizer, há certamente capitais.

A história santomense do século XVI só pode ser compreendida quando integrada na extraordinária pulsão transformadora do conhecimento e das práticas sociais que marcaram o corte profundo do século XVI. No caso dos Santomenses, as operações europeias, que não hesitam em associar alguns africanos a este projecto, permitem a criação de uma sociedade completamente nova, onde Africanos e Mulatos desempenham um papel activo e decisivo. Se não podemos afirmar que São Tomé e Príncipe é uma sociedade criada pelos Mulatos, já podemos contudo salientar que, sem os Mulatos, o arquipélago não teria podido manter a coesão estrutural que continua a ser a sua.

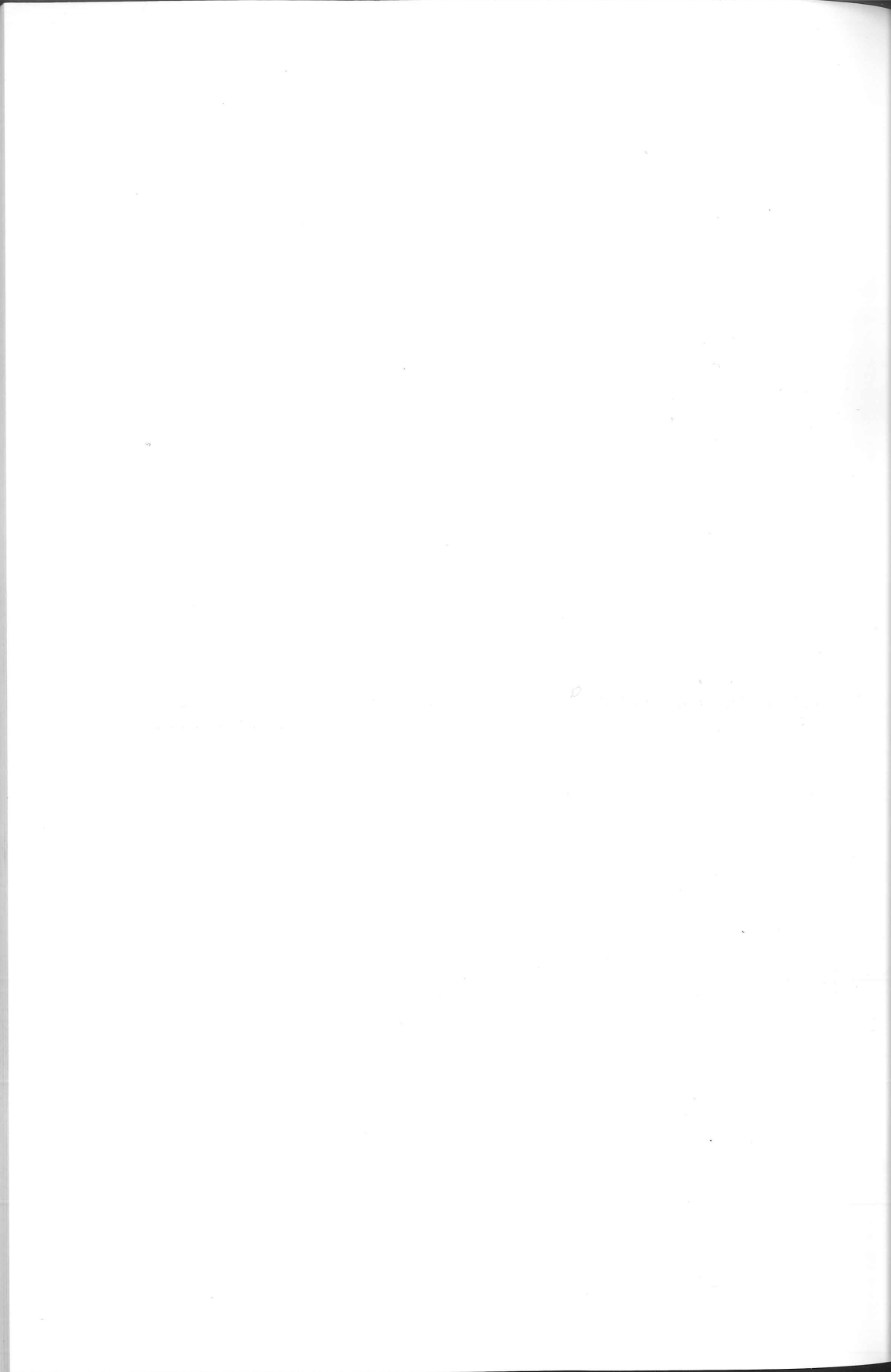
É certo que, entre os anos finais do século XVI e os primeiros anos do século XVII, os Portugueses, e mais geralmente os Europeus, se deslocaram para as Américas. O açúcar de São Tomé, acompanhado pelos engenhos e pelos mestres de açúcar, emigrou para o Brasil. Semelhante operação, cujos efeitos podemos medir nos nossos dias, arrastou consigo a banalização da escravatura. Esta foi alimentada pelo tráfico de escravos, que havia de durar oficialmente até 1850 e que só podemos considerar abolido a 13 de Maio de 1888, graças ao famoso «decreto áureo».

Quase paradoxalmente, estas operações brasileiras não libertaram os homens no arquipélago: é do Brasil que chegam a São Tomé e Príncipe as duas plantas principais da reconversão agrícola do arquipélago, o café primeiro, seguido pelo cacau. O que se importa do Brasil não são apenas as plantas, como teimosamente se diz ainda hoje nos manuais de história: as plantas são portadoras de um sistema, que impõe a reorganização do ecossistema para satisfazer os apetites dos capitalistas europeus. Tais plantas, de flores suaves, produtoras de belos frutos, não podem viver então sem recorrer ao trabalho escravo.

O capitalismo não podia renunciar aos lucros prometidos pelos grãos de café ou pelas favas do cacau, pelo que multiplicou as astúcias para obter trabalhadores a fim de assegurar a produção no arquipélago: os trabalhadores autóctones, descendentes de

africanos livres e de mulatos amados pelos pais brancos, quase sempre portugueses, recusaram trabalhar nas terras que lhes tinham sido extorquidas, pela violência ou pela astúcia, realizando desta maneira a primeira grande operação política dos Santomenses da modernidade. O capitalismo procurou impor-lhes a disciplina da exploração. Eles preferiram a dignidade de ser livres. Mesmo se empurrados para a míngua pela conjunção internacional.

Esta situação não podia ser resolvida pelo recurso à violência, como acontecera no século XVI, pelo que foi indispensável criar novas condições de recrutamento dos trabalhadores. Multiplicaram-se os falsos trabalhadores «livres», acabando as autoridades e os roceiros portugueses por recorrer novamente às velhas técnicas da escravatura. Capturados no continente, ou vítimas da fome em Cabo Verde, os trabalhadores contratados transformaram-se nos «serviçais» que, durante mais de um século e meio produziram riqueza para os proprietários.

Tal será a história de um arquipélago cuja situação geográfica e cujas possibilidades produtoras foram integradas pelo capitalismo em via de se mundializar no quadro dos territórios lucrativos. A violência da dominação foi inevitável, e nos dias de hoje o arquipélago continua a contas com a pesada herança do colonialismo. O novo agente da colonização são as próprias plantas importadas pelo colonizador. A independência não podia cortar os pesados laços do passado, e estamos hoje perante a nova violência dos mercados, que pagando cada vez mais baratos os produtos santomenses, condenam a mal viver e a mal morrer em São Tomé e Príncipe.

ABREVIATURAS

ACL — Academia das Ciências de Lisboa
AGU — Agência Geral do Ultramar
AHM — Arquivo Histórico Militar (Lisboa)
AHU — Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
ANTT — Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa)
APH — Academia Portuguesa de História
BA — Biblioteca da Ajuda (Lisboa)
BM — Biblioteca da Marinha (Lisboa)
BNL — Biblioteca Nacional de Lisboa
BNP — Biblioteca Nacional de Paris
BMP — Biblioteca Municipal do Porto
CEGP — Centro de Estudos da Guiné Portuguesa
CNCDP — Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
DDF/IPM — Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus
IICT — Instituto de Investigação Científica Tropical
JIU — Junta de Investigações do Ultramar
SGL — Sociedade de Geografia de Lisboa

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de, *Estudos de História,* vols. I a VI, Coimbra, Acta Universitatis Coninbringensis, 1974-78.

——, *Os Descobrimentos Portugueses,* Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

——, *Portugal no Mundo,* Lisboa, Publicações Alfa, 3 vols., 1993.

ATLAS DO MUNDO (1492-1992), Lisboa, Ediclube, 1992.

ALMEIDA, António de, *Das origens dos Angolares, habitantes da ilha de São Tomé,* Separata das *Memórias da Academia das Ciências,* Lisboa, 1962.

AMBRÓSIO, António, *Subsídios para a História de São Tomé e Príncipe,* Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

——, «Dona Simoa de São Tomé em Lisboa — O seu testamento e a sua capela», Lisboa. *Revista Municipal,* n.^{os} 21 e 22, 1987.

——, «Alguns problemas da evangelização em África no século XVI», in *Congresso Internacional de História. Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas,* vol. I, Braga, 1993.

ARAÚJO, Benedita, «A ilha de São Tomé. Alguns problemas históricos», *Clio — Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa,* Nova Série, vol. 1, 1995 [na capa: 1996], pp. 47-66.

ARAÚJO, Maria Benedita de Almeida, «Algarvios em São Tomé no início do século XVI», *Cadernos Históricos,* n.º IV, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, Agosto 1993, pp. 27-39.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico,* Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.

AZEVEDO, Lucas Pereira de, «Memórias da ilha de São Tomé». Introdução e notas de Celso Baptista de Sousa, *Mare Liberum,* n.º 4, Dezembro 1992, pp. 165-186 [c. 1720].

BALLONG-WEN-MEWUDA, J. B., *São Jorge da Mina (1482-1637),* Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1993.

BARROS, João de, *Ásia, Primeira Década,* livro II, 4.ª ed. revista e prefaciada por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, direcção, *História da Expansão Portuguesa,* Lisboa, Círculo de Leitores, 5 vols., 1998.
BIRMINGHAM, David, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their neigbours under the influence of the Portuguese 1483-1790,* Oxford, 1966.
BOULÈGUE, Jean, *Les Luso-Africains de Sénégambie,* Lisboa, IICT, 1989.
BOXER, C. R., *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825,* Oxford, Clarence Press, 1963. Tradução portuguesa, Porto, Afrontamento, 1977.
BRASIO, P. António, *Monumenta Missionaria Africana (MMA),* vols. I, II, III, IV e I, II, III da 2.ª série, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1952-1954 e 1958-1964.
CADORNEGA, A. de Oliveira, *História Geral das Guerras Angolanas (1680),* Lisboa, AGU, 3 vol., 1972.
CALDEIRA, Arlindo, *Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe,* Lisboa, Cosmos e GTMECDP, 1999.
CAPELA, José, *Escravatura. A Empresa de Saque. O Abolicionismo.* Porto, Afrontamento, 1974.
CARREIRA, António, *Notas sobre o tráfico português de escravos* , Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, 1978.
——, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878),* 2.ª ed., Praia, Instituto Cabo Verdeano do Livro, 1983 [1972].
——, *Cabo Verde, Classes sociais, estrutura social, migrações,* Lisboa, Ulmeiro, 1977.
CASTELO-BRANCO, Fernando, «Navegação da Metrópole para S. Tomé nos meados do século XVI», STUDIA, n.os 30-31, pp. 71-80, Lisboa, 1970.
——, «Subsídios para o estudo dos 'Angolares' de S. Tomé», STUDIA, n.° 33, pp. 149--159, Lisboa, Dezembro de 1971.
——, *Fontes para a História do Antigo Ultramar Português,* vol. I — *São Tomé e Príncipe,* Lisboa, APH, 1982.
CAVAZZI de Montecúccolo, J. A., *Descrição Histórica dos três reinos: Congo, Matamba e Angola* (1687), Lisboa, JIU, 2 vols., 1965.
COATES, Timothy J., *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755,* Lisboa, CNCDP, 1998.
COSTA, Fernando Ferreira da, «A Ilha de S. Tomé — um reino de escravos na ilha do Equador», *Revista História,* 50, Lisboa, Publicações Pro-Jornal, Dezembro 1982, pp. 66-78.
COSTA, Cristóvão da, *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais,* Lisboa, JIU, 1964.
CRUZ, Carlos Benigno, *S. Tomé e Príncipe: do Colonialismo à Independência,* Lisboa, Moraes Editora, 1975.
CURTIN, Ph. D., *The Atlantic slave trade. A census.* Madison, Univ. Wisconsin Press, 1970.
DAPPER, Olfert, *Description de l'Afrique,* Amsterdam, 1686.
DEVISSE, Jean, «Routes de commerce et echanges en Afrique occidentale en relation avec la Mediterranée. Un essai sur le commerce africain mediéval du XIe au XVIe siècle», *Revue d'Histoire Economique et Sociale, L,* 1972, n.° 1, pp. 42-73 e n.° 2, pp. 357-397.
——, *L'Image du Noir dans l'Art occidental,* Fribourg (Suisse), Office du Livre, 2 vols., 1979.
DIAS, Jill, *África. Nas Vésperas do Mundo Moderno,* Lisboa, CNCDP, 1992.
——, *Brasil. Nas Vésperas do Mundo Moderno,* Lisboa, CNCDP, 1992a.

ESPÍRITO SANTO, Carlos, *Contribuição para a História de S. Tomé e Príncipe,* Lisboa, 1979.

ESSOMBA, B., *Sucre Mediterranéen, Sucre atlantique et le Commerce du Nord Européen aux XVe et XVIIe siècles,* Universidade de Paris, I, 1981 (mimeografado).

FABRE, Michel, *Esclaves et Planteurs,* Paris, Gallimard, 1978.

FARO, J. Sousa, «A organização comercial de S. Jorge da Mina em 1529, e as suas relações com a ilha de S. Tomé», *Boletim Colonial da Guiné Portuguesa,* XIII, 51, Bissau, 1958, pp. 305-363.

FERNANDES, Valentim, *O Manuscrito...,* (1506-1510), Leitura de António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940; publicado em francês *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénegal au Cap de Monte, Archipels),* com comentários e notas por Th. Monod, A. Teixeira da Mota e R. Mauny, Bissau, CEGP, 1951. Os capítulos relativos às ilhas de S. Tomé e Ano Bom foram também publicados por BRASIO, MMA, vol. IV, 1954, pp. 33-49.

FERRÃO, J. E. Mendes, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses,* Lisboa, IICT e CNCDP, 1992.

GARFIELD, Robert, *A history of São Tomé Island, 1470-1655 — The key of Guinea,* São Francisco, Mellen Research University Press, 1992.

GAULME, François, *L'apport africain a São Tomé,* Paris, Fundação Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985.

GENOVESE, E., «Le traitement des esclaves dans différents pays; problèmes d'application de la méthode comparative», *in* MINTZ, *Esclave = facteur de production, l'économie politique de l'esclavage,* Paris, Dunod, 1981, pp. 172-183.

GIOFFRE, Domenico, «Il mercato degli schiavi a Genova nel secolo XV», *Collona Storica di Fonti e Studi diretta da Geo Pistarino,* 11, Génova, Fratelli Bozzi, ed., 1971.

GODINHO, Vitorino Magalhães, «Le Portugal, les flottes du sucre et les flottes de l'or», *Annales E. S. C.,* 1-2, 1950.

——, *A Economia dos Descobrimentos henriquinos,* Lisboa, Sá da Costa, 1962.

——, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial,* 2 vols., Lisboa, Arcádia, 1963 e 1965.

——, «Os Descobrimentos: Inovação e Mudança nos séculos XV e XVI», *Revista de História Económica e Social,* n.° 2, Lisboa, Sá da Costa, Julho/Dezembro 1978.

——, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar* (séculos XIII-XVIII), Lisboa, Difel, 1990.

GOMES, Diogo, «De prima inventione Guinee», BRASIO, MMA, I, 2.ª série, Lisboa, 1958, pp. 150-181; edição francesa de MONOD, Th., MAUNY, R. e DUVAL, G., *De la première découverte de la Guinée. Récit par Diogo Gomes (fin XVe siècle)* Bissau, CEGP, 1959.

GONÇALVES, Manuel J. S., «Angolares: uma aproximação antropológica», *Geographica — Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa,* Lisboa, Ano IX (1973), n.° 34, pp. 77-93.

HEERS, Jacques, L'occident aux XIV-XVe. siècles. Aspects économiques et sociaux, Paris, PUF, 1963.

HENRIQUES, Isabel Castro, *Les Plantes importées et l'Economie de Plantation dans le Golfe de Guinée* (XV-XVII), Universidade de Paris 1, 1974 (mimeografado).

——, «Ser escravo em S. Tomé no século XVI: uma outra leitura de um mesmo quotidiano», *Revista Internacional de Estudos Africanos,* n.^{os} 6-7, Lisboa, 1987, pp. 167-178.

——, «O ciclo do açúcar em S. Tomé nos séculos XV e XVI», *Portugal no Mundo,* direcção de Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Alfa, 1993, pp. 264-280.

——, «Formas de intervenção e de organização dos Africanos em S. Tomé nos séculos XV e XVI», *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira,* Funchal, 1989, pp. 797-813.

——, «Os Portugueses e a reconstrução do mundo das plantas», *Actas do Colóquio Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época,* vol. III, Porto, 1989a, pp. 363-386.

——, «L'invention sociale de São Tomé au XVIème siècle», in *Les Assises du Pouvoir. Temps Médiévaux, Terroirs Africains,* Saint Denis, PUV, 1994, pp. 199-211.

HENRIQUES, Isabel Castro e MARGARIDO, Alfredo, «Os Italianos como revelador do projecto político português nas ilhas atlânticas (XV-XVII)», *Ler História,* 16, Lisboa, 1989, pp. 29-50.

LIMA, J. J. Lopes de, «Ensaio sobre a Estatística das Ilhas de S. Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné, e sua dependência o forte de S. João Baptista de Ajuda...», *Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas,* livro II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

LOPES, Edmundo C., *A escravatura — Subsídios para a sua história,* Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.

MARGARIDO, Alfredo, *La Vision de L'Autre (Africain et Indien d'Amérique) dans la Rennaissance Portugaise,* Paris, Fondation C. Gulbenkian, 1984.

——, «Du commerce e l'écologie capitaliste», *STUDIA,* 47, Lisboa, 1989, pp. 291-309.

——, *Plantas e Conhecimentos do Mundo nos Séculos XV e XVI,* Lisboa, Alfa, 1990.

——, «As mulheres outras nas ilhas atlânticas e na costa ocidental africana nos séculos XV-XVII», *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa,* Congresso Internacional, Lisboa, vol. 1, 1995, pp. 357-374.

——, *As Surpresas da Flora no Tempo dos Descobrimentos,* Lisboa, ELO, 1994.

MARQUES, J. M. Silva, *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História,* Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, vol. 1, 1944.

MATOS, Artur Teodoro de, «Os donos do poder e a economia de São Tomé e Príncipe no início de Seiscentos», *Mare Liberum,* n.º 6, Dezembro 1993, pp. 179-187.

MATTOS, R. J. da Cunha, *Chorographia histórica das ilhas de S. Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó* (1842), Lisboa, Imprensa Nacional, 4.ª ed., 1916.

MATTOSO, K. Queirós, *Être Esclave au Brésil — XVI-XIX,* Paris, Hachette, 1979.

MAUNY, R., *Tableau Géographique de l'Ouest Africain au Moyen-Age,* Mémoire de L'IFAN, n.° 61, 1961, Amsterdam, 1967.

MAURO, F., *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670),* Paris, SVEPEN, 1960.

——, Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1900), Paris, Fondation C. Gulbenkian, 1970.

MEDINA, João e HENRIQUES, Isabel Castro, *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Negreiro,* Lisboa, CEGIA (FLAD), 1996.

MEILLASSOUX, Claude, *L'Esclavage en Afrique pré-coloniale,* Paris, Maspero, 1975.

MEYER, Jean, *Esclaves et Négriers,* Paris, Gallimard, 1986.

MIGUEL, Carlos Montenegro, «O açúcar, sua origem e difusão», *Arquivo Histórico da Madeira* (separata), Funchal, 1962.

MINTZ, Sidney, *Sucre Blanc, Misère Noire. Le Goût et le Pouvoir,* Paris, Nathan, 1991.

MONOD, Theodore, «Notes sur quelques cartes anciennes de São Tomé», *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* vol. II, Lisboa, 1961, pp. 277-298.

MOTA, A. Teixeira da, «Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos Portugueses na África Ocidental nos séculos XV-XVI», Lisboa, JIU, 1976.

NEGREIROS, A. Lobo de Almada, *História etnográfica da ilha de S. Tomé,* Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editor, 1895.

PARREIRA, H. Amorim, «História do Açúcar em Portugal», *Anais da Junta de Investigações do Ultramar,* vol. VII, T. 1, 1952.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis* (ca. 1508), Lisboa, SGL, 1905.

PIGAFETTA, Filippo e LOPES, Duarte, *Relação do Reino do Congo e das terras vizinhas* (1591), Lisboa, AGU, 1951.

PILOTO PORTUGUÊS, *Navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé* (séc. XVI — ca. 1545). Edição anotada por A. Reis Machado, *Viagem de Lisboa à ilha de S. Tomé,* Lisboa, Portugália, s. d. Publicado também por BRASIO, MMA, vol. IV, 1954, pp. 619-632.

PINTO, P. Manuel do Rozário, «Relação do descobrimento da ilha de S. Tomé» (1734), publicado por AMBROSIO, A., *STUDIA,* n.os 30-31, Lisboa Ag.-Dez. 1970, pp. 205-329.

RAMOS, Rui, «Rebelião e sociedade colonial: alvoroços e levantamentos em S. Tomé» (1545-1555), *Revista Internacional de Estudos Africanos,* n.os 4-5, 1986, pp. 17-74.

RANDLES, W. G. L., *L'ancien royaume du Congo des origines à la fin du XIXe siècle,* Paris, Mouton, 1968.

RAU, Virgínia, «O açúcar de S. Tomé no segundo quartel do século XVI», AAVV, *Elementos de História da ilha de S. Tomé,* Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1971, pp. 7-23.

——, *Estudos de História Económica e Social do Antigo Regime,* Lisboa, Ed. Presença, 1984. Trata-se de uma compilação de vários artigos da autora reunidos por José Manuel Garcia.

RAU, Virgínia e MACEDO, J. Borges de, *O Açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de Produção e comércio,* Funchal, 1962.

REIS, Fernando, «Folclore de São Tomé e Príncipe», Separata do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa,* Ano XXVIII, n.º 109, Bissau, 1973.

RENAULT, F. e DAGET, S., *Les Traites Nègriéres en Afrique,* Paris, Karthala, 1986.

SÁ-NOGUEIRA, I. e B., «A ilha do Príncipe no 1.° quartel do século XVI: administração e comércio», *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época,* vol. III, Porto, 1989, pp. 81-115.

SANTOS, Maria Emília Madeira, «Rotas atlânticas, o caso da carreira de São Tomé», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira,* Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 649-55.

——, «Mulatos, sua legitimação pela Chancelaria Régia no século XVI», *Studia,* n.º 53, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, pp. 237-46.

SAUNDERS, A. C. de C. M., *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555),* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994 [Ed. orig. 1982].

SERAFIM, Cristina Maria Seuanes, *As ilhas do golfo da Guiné no século XVII (São Tomé, Príncipe e Ano Bom),* Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (policopiada), Lisboa, 1993.

SILVA, José Manuel Azevedo e, «A mulher no povoamento e colonização de São Tomé (séculos XV-XVII)», in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio,* Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986.

SILVEIRA, Luís, *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do Ultramar,* 4 vols., Lisboa, JIU, s.d.
SMITH, Guillaume, *Nouveau voyage de Guiné,* 2 vols., Paris, Durand et Pissot, 1751.
SOUSA, Celso Baptista, *São Tomé e Príncipe. Do descobrimento aos meados do século XVI,* Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (policopiada), Lisboa, 1990.
SOUSA, Gabriel Soares de, *Notícias do Brasil (1587),* S. Paulo, Edição do Ministério da Educação e Cultura, 1974.
TENREIRO, Francisco, «Aspectos da colonização da ilha de S. Tomé nos séculos XVI--XX», *XIII Congresso Luso-Espanhol,* T. VI, 5.ª secção, 1950.
——, «Descrição da ilha de S. Tomé no século XVI», *Separata de GARCIA DE ORTA,* vol. I, 2, Lisboa, 1953, pp. 219-228.
——, *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: um esquema de uma evolução conjunta,* Praia, Imprensa de Cabo Verde, 1956.
——, «Engenhos de água na ilha de São Tomé no século XVI», XXIII, Congresso Luso--Espanhol, Coimbra, 1957.
——, *A Ilha de S. Tomé,* Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
——, «S. Tomé: um exemplo de organização do espaço», *Colóquios sobre Problemas Humanos nas regiões tropicais,* n.° 51, Lisboa, 1961(a).
——, «A Floresta e a ocupação humana na Ilha de S. Tomé», *Garcia de Orta,* vol. 9, 1961b, pp. 649-656.
VELARDE, A. Mantero, *L'espansione política e coloniale portoghese con special riguardo alle isole di São Tomé e Príncipe,* Roma, Frateli Treves di Roma, 1924.
VERLINDEN, Charles, «L'influenze italiana nelle colonizzazione ibérica. Uomini e metodi», *Nuova Rivista Storica,* XXXVI, 1952, pp. 254-270.
——, *L'esclavage dans L'Europe mediévale,* 2 vols., Bruges/Gand, 1955-1977.
WALLERTEIN, I., *Capitalisme et Économie-Monde 1450-1640,* Paris, Flammarion, 1980.
ZURARA, G. Eanes de, *Crónica da Guiné* (1453), edição anotada por José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização, 1973.

ÍNDICE E FONTES DAS IMAGENS

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

OS PORTUGUESES E O ACHAMENTO DAS ILHAS DO EQUADOR

CAPÍTULO II

OS HOMENS E A OCUPAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO

CAPÍTULO III

AÇÚCAR E ESCRAVOS: A SOCIALIZAÇÃO DO ESPAÇO INSULAR

CAPÍTULO IV

A AFRICANIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

CAPÍTULO V

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, A ÁFRICA E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO ECONÓMICO MUNDIAL

ÍNDICE

Outras obras já publicadas:

ESTUDOS HISTÓRICOS E ECONÓMICOS (2 Vols.)
Alberto Sampaio

ENSAIOS DE HISTÓRIA MEDIEVAL PORTUGUESA
A. H. Oliveira Marques

QUESTÕES COLONIAIS
Luciano Cordeiro
(Organização de A. Farinha de Carvalho)

A INQUISIÇÃO ESPANHOLA
A. S. Tuberville

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO ECONÓMICO NACIONAL – Portugal 1810-1913 (2 Vols.)
David Justino

A FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS 1415-1580 (2 Vols.)
Bailey W. Diffie e George Winius

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL
Max Justo Guedes

O LIVRO DE MARINHARIA DE ANDRÉ PIRES
Luís de Albuquerque

DÚVIDAS E CERTEZAS NA HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES (2 Vols.)
Luís de Albuquerque

PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA (2 Vols.)
António José Telo

OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES E A ITÁLIA
Carmen M. Radulet

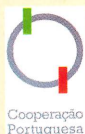
CRÓNICA DE UMA VIAGEM À COSTA DA MINA NO ANO DE 1480
Eustache de La Fosse

A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL
Séculos XVI-XVII – Período Filipino
Isaías Rosa Pereira

OBJECTIVO EXTERMÍNIO
G. Miedzianagora e G. Jofer

DOCUMENTA HISTORICA

A criação de uma sociedade tão complexa como a do arquipélago de São Tomé e Príncipe, nos séculos XV e XVI, resulta da convergência de duas operações: a modificação da natureza, graças à introdução de plantas e das técnicas a elas associadas, e a invenção de estruturas sociais, resultante da importação de populações europeias mas sobretudo africanas. Esta operação constitui certamente um dos mais singulares projectos ultramarinos portugueses, permitindo compreender a formação das sociedades novas ou inéditas que caracterizam o mundo moderno. Todavia, a importância da acção portuguesa não pode eliminar nem reduzir a força e o dinamismo da intervenção africana. Se as relações euro-africanas, que foram reforçadas pelas relações com a América, constituem o motor da transformação dessas ilhas desabitadas em espaços socialmente organizados, são contudo os homens e os valores africanos que impõem o ritmo e determinam a africanização do arquipélago. Para tornar mais visível a novidade e a modernidade desta construção social afro-europeia quinhentista, recorre-se a uma ampla iconografia, oriunda de espaços, de artistas e de épocas diferentes, para suscitar leituras que se cruzem com o texto e com a documentação existente nos arquivos portugueses.

Edição patrocinada por:

Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

ISBN 972-699-569-8